

Águas de Santo André, S.A.

Relatório e Contas **2008**



Vila Nova de Santo André, 13 de Março de 2009

Índice

Mensagem do Presidente.....	5
A Empresa	8
Principais Indicadores	8
O Sistema da Águas de Santo André.....	8
Organograma da empresa	26
Principais Acontecimentos.....	27
Água Potável	27
Água Industrial.....	28
Água Residual.....	29
Resíduos Industriais.....	30
Outros.....	31
A. Governo da Sociedade	32
1. Missão, Objectivos e Políticas	32
2. Modelo de Governo	33
2.1. Órgãos Sociais.....	33
2.2. Estrutura Organizacional	39
2.3. Relações com Stakeholders	42
3. Remunerações e Outros Encargos	42
4. Regulamentos Internos	43
5. Informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas.....	44
6. Análise de Sustentabilidade.....	44
6.1. Gestão do Capital Humano.....	44
6.2. Controlo de Risco	52
6.3. I & D e Inovação.....	55
7. Código de Ética.....	56
8. Relatório dos Administradores Não Executivos.....	57
B. Actividade da Empresa	58
I. Introdução	58
Política de Gestão Integrada.....	58
Sistema de Gestão Integrado.....	58

Subsistema de Gestão da Qualidade.....	59
Subsistema de Gestão Ambiental.....	59
Subsistema de Gestão da Segurança.....	59
Subsistema de Gestão da Responsabilidade Social.....	60
2. Enquadramento Macro Económico.....	60
3. Enquadramento do Sector.....	63
4. Cadeia de Valor.....	65
5. Regulação.....	67
6. Análise Económica e Financeira.....	69
7. Actividade Operacional.....	74
7.1. Água Potável.....	74
Qualidade da Água na Origem.....	77
Qualidade da Água distribuída.....	80
7.2. Água Industrial.....	87
Qualidade da Água Captada.....	89
Qualidade da Água Produzida e Distribuída.....	94
Qualidade da Água Distribuída.....	97
7.3. Água Residual.....	101
7.4. Resíduos Industriais.....	115
7.5. Outras Actividades.....	120
Projectos e Obras de Infra-estruturas Comuns.....	120
Comunicação e Imagem.....	121
7.6. Análise Comercial.....	127
8. Perspectivas para o Futuro.....	138
9. Considerações Finais.....	139
10. Proposta de Aplicação de Resultados.....	139
11. Anexo ao Relatório.....	139
12. Objectivos de Gestão.....	140
C. Contas do Exercício.....	144
Demonstrações Financeiras 2008.....	144
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	166
Certificação Legal de Contas.....	168

MENSAGEM DO PRESIDENTE

À Águas de Santo André, SA (AdSA) foi cometida por contrato de concessão assinado com o Estado em 2001 a responsabilidade do abastecimento de água, do tratamento dos efluentes e da recolha de resíduos sólidos das indústrias da Zona Industrial de Sines (ZILS) e, parcialmente, dos concelhos de Sines e de Santiago de Cacém, utilizando para o efeito as infra-estruturas do Estado que transitaram para a AdSA.

Sendo a Águas de Portugal, SGPG, S.A. (AdP) o accionista único da empresa, esta é a única empresa integrada na Unidade de Negócios Água – Produção e Depuração, da AdP (UNAPD), que não tem os municípios como accionistas, resumindo-se a sua relação com estes a uma simples prestação de serviços.

Por outro lado, os serviços disponibilizados pela empresa, também são algo atípicos, uma vez que integram para além do abastecimento de água e tratamento de efluentes urbanos em “Alta”, aos municípios, a distribuição de água em “Baixa” ao centro urbano da cidade de Vila Nova de Santo André e um serviço integrado de abastecimento de água (potável e industrial); tratamento de águas residuais industriais; drenagem de águas salinas e resíduos industriais banais às indústrias da ZILS.

É ainda de salientar que o Volume de Negócios da AdSA, de acordo com a média do último triénio, é gerado maioritariamente nos serviços prestados às empresas situadas na ZILS (86%), repartindo-se o restante pelos Municípios de Santiago do Cacém e Sines (7%) e pelo Centro Urbano de Vila Nova de Santo André (7%).

Resultados do exercício

No âmbito das suas atribuições a AdSA, durante o ano de 2008, continuou a assegurar o regular fornecimento de água industrial e o tratamento dos efluentes das indústrias bem como o abastecimento de água potável aos consumidores da cidade de Vila Nova de Santo André e ao Município de Sines e ainda o tratamento dos efluentes de parte da cidade de Sines e a totalidade dos efluentes de Vila Nova de Santo André. A actividade de Resíduos Industriais manteve-se suspensa.

Da actividade desenvolvida resultou um volume de negócios de 8,8 milhões de Euros o que corresponde a um acréscimo de 24% comparativamente com o ano anterior. O acréscimo de volume de negócios deve-se essencialmente à actividade de águas residuais industriais, motivado por descargas para o sistema de efluentes industriais com menor grau de pré tratamento e consequentemente facturados na banda superior (classes IV e V) das tarifas de tratamento da AdSA, situação que contraria a tendência verificada desde 2005.

A actividade de abastecimento de água industrial ficou no entanto abaixo das expectativas, motivado pelas paragens técnicas da Petrogal e da Repsol com uma duração de cerca de dois meses cada uma.

A aprovação do projecto de tarifário, apenas em Julho, também condicionou o desempenho da AdSA, uma vez que só a após a sua aprovação é possível a sua aplicação aos consumidores finais que, neste caso, constituem a maior parte dos clientes da AdSA.

Análise da actividade

A empresa continua a depender de um número muito restrito de clientes, sendo de salientar que apenas duas empresas da ZILS representam 70% do volume de negócio, situação que constitui um elevado risco para a sustentabilidade da empresa, em particular por serem constituídos por clientes industriais, com níveis de actividade condicionados pelo mercado e sem qualquer garantia da necessidade da prestação de serviços da AdSA a médio/longo prazo.

Relativamente aos serviços disponibilizados, o volume de negócios da AdSA centra-se maioritariamente no abastecimento de água industrial e nas águas residuais industriais e efluentes salinos, assumindo em conjunto 79% do volume total de actividade.

Efectivamente o Sistema de Santo André tem sido considerado pelas entidades competentes como se de um Sistema Multimunicipal se tratasse quando o facto é que a actividade da AdSA se exerce num contexto e num quadro de relacionamento com os clientes e utilizadores do Sistema completamente diferente daquele que está subjacente aos Sistemas Multimunicipais.

Com efeito, à excepção do abastecimento de água e tratamento das águas residuais da Freguesia de Santo André, que representa 10% do volume de negócios, a actividade da AdSA não se exerce em regime de exclusivo, uma vez que há indústrias com origens próprias e sistemas de tratamento de águas residuais próprios, sendo que a AdSA trata apenas os efluentes de parte da cidade de Sines e no que respeita ao abastecimento de água a este Município os fornecimentos não têm carácter regular uma vez que a AdSA se limita a complementar esporadicamente as origens próprias do Município.

Por outro lado o facto de os clientes do Sistema na Zona Industrial e Logística de Sines, que representa 86% do Volume de Negócios da AdSA, serem empresas e não municípios, como acontece com os Sistemas Multimunicipais, implica um modelo de relacionamento comercial e de contratos bilaterais entre a AdSA e os clientes, de natureza completamente diferente dos que regulam o relacionamento dos Sistemas Multimunicipais com as Câmaras Municipais.

Principais acontecimentos de 2008

Ao longo do exercício de 2008 desenvolveram-se uma série de actividades com implicações significativas no futuro da empresa sendo de realçar as negociações levadas a cabo com a Artenius, empresa do grupo La Seda, que irá desenvolver um projecto industrial na ZILS, em Sines, e com a qual se estabeleceu em Março de 2008 um Memorando de Entendimento (MdE) com as bases para um contrato de prestação de serviços a estabelecer entre as partes, com uma duração prevista de 15 anos.

Pelo impacte que este novo cliente trará à actividade da AdSA (aumento de serviços, em volume, de 66% em água industrial, 26% em águas residuais e 260% em efluentes salinos), uma série de projectos de remodelação e ampliação tiveram de ser desenvolvidos tendo em vista a integral prestação dos novos serviços, previstos para iniciar em finais de 2009.

Para além das componentes infra-estruturais, há ainda a referir todo o desenvolvimento de um novo conceito de relacionamento AdSA/Cliente Industrial, tendo em vista contratos de prestação de serviços a prazo, assentes em serviços mínimos garantidos e preços fixos ao longo do tempo, naturalmente indexados a uma taxa de inflação. Este novo paradigma de relacionamento foi submetido para análise ao concedente, uma vez que, para ser efectivado, independentemente de ter enquadramento no contrato de concessão, carece da sua aprovação prévia

Numa outra dimensão, foram desenvolvidos projectos e lançados concursos públicos para a abertura de uma nova célula de Resíduos Industriais Banais no Aterro de Santo André, complementada com a respectiva selagem das células de RSI e RSU existentes e do respectivo pedido de licenciamento ambiental. Esta medida tem como objectivo o relançamento da actividade neste domínio, suspensa desde 2005, por incapacidade das infra-estruturas existentes.

No âmbito da renovação/ampliação de infra-estruturas foram ainda lançados os concursos para as empreitadas de intervenção na ETAR de Ribeira de Moinhos no sentido de a preparar para a recepção e tratamento dos efluentes da Arténus e de optimização de consumos de energia e tratamento de lamas.

Tendo em vista o aumento da satisfação dos clientes e da diversificação dos produtos disponibilizados, foram realizados em 2008 dois projectos-piloto tratamento de água, um destinado à redução da dureza da água potável distribuída e outro de redução do teor em sais da água industrial disponibilizada. Ambos os projectos utilizaram como tecnologia a Electrodialise Reversível (EDR). Tendo-se obtido resultados muito positivos e promissores para os objectivos preconizados.

Foi desenvolvido em 2008 um novo modelo de Viabilidade Económico-financeiro (EVEF) para a empresa, destinado a substituir o EVEF inicial do contrato de concessão que se encontra totalmente desligado da realidade, em particular pela dificuldade que o concedente tem demonstrado em assumir os compromissos financeiros de investimentos a realizar na empresa, sob a sua responsabilidade.

No sentido de adaptar a organização da empresa aos novos desafios foi desenvolvida uma nova orgânica destinada a entrar em funcionamento em 2009.

Perspectivas para 2009

Sendo a actividade da AdSA marcada pelo desenvolvimento das actividades das empresas suas clientes, localizadas na ZILS, que por sua vez dependem da evolução da economia nacional e internacional, o volume de negócios da AdSA para 2009 será obviamente condicionado pelo que vier a ocorrer em termos de dinâmica desses mercados.

Assim colocam-se perante a AdSA três linhas de actuação:

- Aumento da melhoria da qualidade dos serviços prestados às actuais empresas servidas;
- Preparar as infra-estruturas para os novos clientes já confirmados e contratualizados;
- Preparar a empresa e as infra-estruturas para o período remanescente da Concessão dentro do quadro de incerteza de evolução do sector

Neste contexto, perspectiva-se para 2009 desenvolver as actividades necessárias para a autonomização das componentes de água e saneamento associadas ao consumo humano, das que estão associadas À actividade industrial, uma vez que a estas estão associados riscos e previsibilidade de evolução totalmente diferentes da relativa estabilidade do sector de consumo humano.

A implementação de tal modelo implicará forçosamente a alteração do enquadramento da empresa, com a consequente revisão profunda do contrato de concessão em ordem a adequá-lo ao novo paradigma e á nova estratégia de gestão da AdSA.

Em síntese, o ano de 2008 foi caracterizado por um conjunto de factos relevantes e por um dinamismo da actividade da Empresa que só foi possível através do empenho dos seus colaboradores e da confiança e apoio demonstrado pelos Accionistas bem como da colaboração do Revisor Oficial de Contas que o Conselho de Administração entende dever realçar e que foram determinantes para os resultados alcançados.

A EMPRESA

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA), é uma sociedade de capitais públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de Maio, a quem foi atribuída a concessão de gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição água, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha, tratamento e destino final de resíduos sólidos de Santo André.

Esta empresa foi constituída com um capital social de € 500.000,00, integralmente realizado e detido a 100% por Águas de Portugal, SGPG, S.A.

O Contrato de Concessão foi assinado em 27 de Dezembro de 2001, em regime de concessão exclusiva por 30 anos, para a exploração e gestão do Sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, que serve a Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), a zona urbana de Vila Nova de Santo André e, parcialmente, os municípios de Sines e Santiago do Cacém.

Principais Indicadores

Figura 1 – Principais Indicadores

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Capital Social (€)	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000	500.000
Capital Próprio (€)	605.092	647.929	1.138.712	1.120.888	2.483.842	1.412.802	1.799.789
Activo Líquido Total (€)	77.600.410	77.487.020	77.085.263	75.379.115	76.049.148	72.920.895	71.848.109
Investimento (€)	328.803	616.820	243.659	744.193	664.969	411.059	918.999
Vendas e Serviços Prestados (€)	6.368.571	7.040.449	9.071.441	7.409.456	6.508.619	7.189.243	8.369.202
Resultados Operacionais (€)	-1.858.655	-1.934.989	-1.470.266	-2.096.699	-1.812.280	-3.327.789	-2.554.340
Resultados Financeiros (€)	6.058	76.119	112.368	113.083	-159.540	-73.975	359.484
EBIT + Amortizações + Provisões (EBITDA) (€)	4.242.126	4.394.256	6.040.136	4.143.979	6.329.281	3.419.487	4.834.492
Result. Operacionais + Result. Extraordinários (EBIT) (€)	263.607	126.414	565.722	-66.460	2.258.493	-1.112.811	129.631
Resultados Antes Impostos (€)	269.664	202.533	678.090	43.283	2.098.954	-1.186.786	489.116
Resultado Líquido do Exercício (€)	144.403	83.086	528.711	18.576	1.383.942	-1.036.532	386.988
Números de Colaboradores em 31 de Dezembro	56	59	59	57	61	64	63
Número de Clientes	5.115	5.169	5.204	5.389	5.496	5.523	5.531
Número de Municípios Abastecidos *	2	2	2	2	2	2	2
População Residente na Área Abastecida	28.650	28.650	28.650	28.650	28.650	28.650	28.650
Água Total Fornecida (m³)	12.158.397	11.148.407	11.187.807	11.702.468	11.040.120	11.412.559	11.662.641
Água Total Captada (m³)	13.078.069	12.008.785	11.740.738	12.243.376	11.581.074	10.151.602	10.143.589
Águas Residuais Tratadas Total Tratado (m³)	4.080.960	4.769.757	4.770.960	4.672.927	5.179.892	5.012.410	4.198.516
Capacidade Diária de Tratamento Água Industrial (m³)	260.000	260.000	260.000	130.000	130.000	130.000	130.000
Capacidade Diária de Tratamento Água Potável (m³)	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Capacidade Diária de Tratamento de Efluentes (m³)	43.000	43.000	43.000	43.000	43.000	43.000	43.000

A diminuição da capacidade diária de tratamento de Água industrial deveu-se ao facto de parte dos filtros rápidos se encontrarem desactivados.

O Sistema da Águas de Santo André

O sistema de Santo André é constituído por quatro subsistemas: o subsistema de água potável, o subsistema de água industrial, o subsistema de água residual e o subsistema de resíduos industriais.

O sistema de Santo André está inserido nos Concelhos de Santiago do Cacém e Sines.

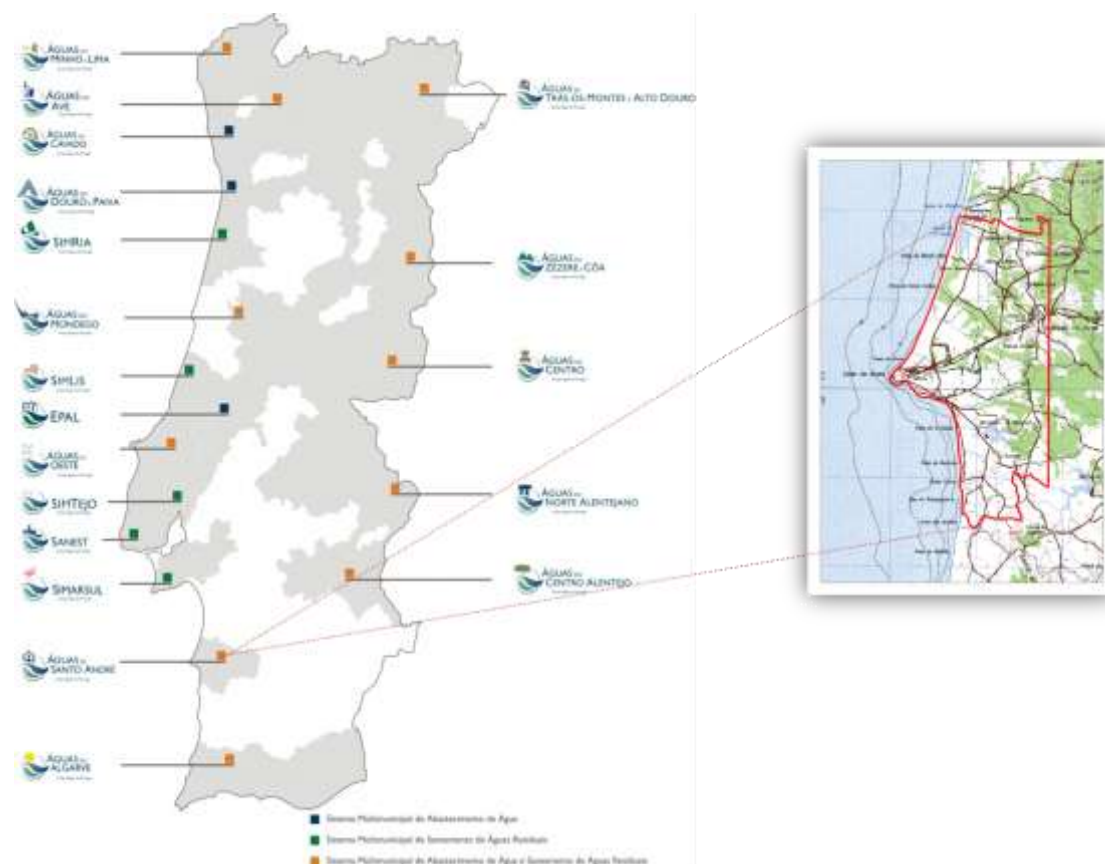


Figura 2 – Área de Intervenção

I. Água Potável

O Subsistema de água para consumo humano compreende a captação, o transporte, o tratamento, o armazenamento e a distribuição de água.



Figura 3 - Captação no Aquífero de Sines

Captação

A captação é feita no Centro de Produção de Santo André localizada a Norte de Vila Nova de Santo André, no designado Sistema Aquífero da Bacia de Sines (Figura 4), que se estende por uma área entre Melides e Sines, de Norte para Sul, e entre a Serra de Grândola e a costa Atlântica, de Este para Oeste, conforme consta na figura seguinte.



Figura 4 – Localização Geográfica do Aquífero da Bacia de Sines

Com uma área aproximada de 250 km², um valor de precipitação média anual próximo dos 750 mm na zona de infiltração (Estação de Santiago do Cacém), com taxas de infiltração que se situarão próximas dos 17 % do valor total de precipitação, pode estimar-se uma recarga do Sistema Aquífero da Bacia de Sines, na sua globalidade, em cerca de 32 milhões de m³. Destes, cerca de 12 milhões de m³ constituem a componente de recarga do aquífero cativo cársico (profundo) onde se situam as captações de água subterrânea de Santo André.

O Sistema Aquífero da Bacia de Sines é um sistema composto por aquíferos sobrepostos, sendo os dois mais importantes, na zona de Santo André: um, livre, na zona superior, em depósitos mais recentes; e outro, mais profundo, semi-confinado. O primeiro dos aquíferos, com uma espessura variável até aos 50 m, é explorado fundamentalmente por privados, e o segundo, o mais profundo e de características cársicas, onde se situam as captações da AdSA.

A captação de água subterrânea, por parte da Empresa, é efectuada no referido Centro de Produção de Santo André, que compreende um conjunto de 6 captações subterrâneas activas, apresentando-se na figura seguinte uma instalação típica de uma captação subterrânea.

Encontram-se igualmente neste Centro, várias outras captações subterrâneas que constituem reserva das actuais, e piezómetros que auxiliam na monitorização dos níveis quantitativos e qualitativos do aquífero. Estão ainda a ser executados alguns novos piezómetros no sentido de alargar o campo de monitorização.



Figura 5 - Captação Subterrânea tipo (Porto de Peixe)

Na generalidade, as captações apresentam-se com uma profundidade entre os 120 m e os 220 m, com produtividades elevadas, e com artesianismo positivo, em repouso, que vai dos 14 aos 100 l/s. Estes caudais podem ser significativamente ampliados através de bombeamento.

As captações subterrâneas activas são as identificadas na figura abaixo apresentada, onde se pode verificar a produtividade individualmente, não entrando em conta com a interacção entre elas. Na coluna “Artesianismo” apresenta-se a produtividade directa à boca da captação e, na coluna de bombagem, os caudais captados em regime óptimo de exploração.

A produtividade total máxima, para o conjunto das origens de água estima-se em 350 l/s, e a capacidade máxima instalada face às infra-estruturas e equipamento existentes foi, em 2007, de 200 l/s.

Captações Subterrâneas	Caudal de Artesianismo (l/s)	Caudal de Exploração (l/s)
Galiza	14	33
Porto Peixe	21	40
Monte Velho	30	30
JKC 8	90	120
AdSA 2	30	50
AdSA 3	100	150
Total	285	423

Figura 6 - Produtividade das Captações Activas

O Centro de Produção de Santo André compreende, também, a Estação Elevatória do Moinho Novo, cuja localização permite o aproveitamento das características hidrológicas das captações subterrâneas, designadamente, os caudais de artesianismo. Esta Estação Elevatória, onde se reúne a água proveniente das várias captações (sem recurso a bombagem), é constituída por dois desarenadores, por onde circula toda a água aduzida à estação, e por 3 electrobombas de eixo horizontal, de velocidade variável, que possibilitam o encaminhamento da água para os reservatórios dos Centros Operacionais. Com a inclusão, em 2006, da referida estação elevatória no Subsistema, registou-se uma apreciável redução nos custos de exploração, especialmente os energéticos.



Figura 7 - Centro de Produção de Santo André
Estação Elevatória do Moinho Novo

Transporte

O transporte da água entre o Centro de Produção e os Centros Operacionais, é feito por meio de duas condutas adutoras, uma para o Centro Operacional de Santo André (COSA) e outra que segue para o Centro Operacional de Monte Chãos (COMC), na Zona Industrial e Logística de Sines. O comprimento total das adutoras é de 26 km, apresentando diâmetros que variam entre os 250 e 600 mm. Quanto à sua constituição, cerca de 80% das adutoras são em Poliéster Reforçado a Fibra de Vidro (PRV) sendo as restantes em Fibrocimento. Estas adutoras, construídas na década de 80, encontram-se interligadas em dois pontos do seu percurso: entre o Centro de Produção de Santo André e a cidade com o mesmo nome.



Figura 8 - Subsistema de Água Potável

Tratamento

O tratamento da água, que consiste numa desinfecção, é feito nos Centros Operacionais, antes da entrada da água nos respectivos reservatórios.

O processo de desinfecção é por Dióxido de Cloro, gerado em unidades de produção automatizadas, uma em cada Centro, e com uma capacidade de tratamento instalada, de 540 m³/h, cada.



*Figura 9 - Centro Operacional de Santo André
Gerador de Dióxido de Cloro*

Distribuição

A distribuição de água é feita através dos dois Centros Operacionais já referidos, de Santo André e de Monte Chãos, abastecendo o primeiro, o centro urbano de Santo André e a Câmara de Santiago do Cacém (Giz), e o segundo, a ZILS e o Município de Sines.

Centro Operacional de Santo André

A água armazenada no reservatório do Centro Operacional de Santo André, é fornecida à população residente na cidade de Santo André.



Figura 10 - Centro Operacional de Santo André

O processo de distribuição é feito, em Santo André, por meio de uma estação elevatória, com 3 electrobombas de funcionamento progressivo, que abastecem a uma pressão constante e predefinida, a rede malhada urbana de 60 km.



Figura 11 - Rede de Abastecimento de Santo André

As características da rede de distribuição, em termos de diâmetros, variam entre 63mm e 350mm, distribuindo-se como se indica na figura seguinte. Em termos de materiais, 71% são em Fibrocimento, 27% em PVC e o restante noutros materiais.

Além do abastecimento de água ao consumidor final (em baixa), a AdSA fornece água tratada à Câmara Municipal de Santiago do Cacém, em Alta, para abastecimento à povoação de Giz.

O comando e controlo de todo o Subsistema de Água Potável – captação, transporte, tratamento, armazenamento e distribuição - está localizado em Santo André. O Centro Operacional de Monte Chãos funciona em automático, supervisionado por Santo André.

Centro Operacional de Monte Chãos

O Centro Operacional de Monte Chãos funciona em automático, supervisionado por Santo André, e apresenta duas valências no que respeita ao armazenamento de água, uma vez que alberga o reservatório de água industrial, e os reservatórios de água potável.



Figura 12 - Centro Operacional de Monte Chãos

A distribuição em ambos os subsistemas é gravítica, à excepção do ponto de entrega de água potável, em Alta, à C.M. Sines, que necessita de bombagem. O fornecimento à cidade de Sines é supletivo, uma vez que se configura como um reforço do abastecimento à população, em caso de escassez de produção daquele Município. Em Alta, a AdSA abastece ainda a Câmara Municipal de Sines nos Pontos de Entrega de Porto Côvo, Paiol, Bêbeda.



Figura 13 - Mapa da rede de abastecimento de Monte Chãos

2. Água Industrial

O subsistema de água para uso industrial tem origem no Rio Sado e compreende a captação, a adução, o tratamento, a armazenagem e a distribuição por toda a Zona Industrial e Logística de Sines.

Captação

A captação é feita em Ermidas do Sado, de um açude de comportas no Rio Sado, através de uma estação elevatória munida de seis electrobombas de capacidade instalada de 4,5 m³/s e reserva de 2 m³/s.



Figura 14 - Câmara de Bombagem

Transporte

O transporte desta água até à Albufeira da Barragem de Morgavel, a uma distância de 39 km, utiliza três tipos de adutor (ver figura 14 Canal):

- Conduto elevatória ($Q= 6 \text{ m}^3/\text{s}$) 3 km
- Canal adutor ($Q= 12 \text{ m}^3/\text{s}$) 23 km
- Túnel ($Q= 12 \text{ m}^3/\text{s}$) 13 km

Entre parêntesis apresentam-se as capacidades nominais de cada uma das infra-estruturas.



Figura 15 - Canal de Transporte à Albufeira

A Albufeira da Barragem de Morgavel funciona como um grande reservatório de água bruta da ETA, com capacidade útil total para armazenar 25 milhões de m^3 , correspondentes a cerca de 2 anos de reserva para os consumos actuais. As afluições próprias da ribeira de Morgavel à albufeira são diminutas.

Na Albufeira de Morgavel existe uma torre de captação e um poço de bombagem com uma E.E. equipada com electrobombas de capacidade até $1,2 \text{ m}^3/\text{s}$ e uma adutora DN 1200mm com 1,5 km, até à ETA.



Figura 16 - Vista Aérea da Albufeira de Morgavel

Produção

A ETA de Morgavel projectada para um caudal máximo 12 m³/s, tem em funcionamento um único módulo de tratamento correspondente apenas a metade das infra-estruturas construídas, com uma capacidade máxima de 3,0 m³/s. Pelo facto de parte dos filtros rápidos não se encontrarem operacionais, presentemente, apenas existe uma capacidade de 1,5 m³/s, ainda assim, excedentária em cerca de cinco vezes à procura actual. A linha processual de tratamento, actualmente em funcionamento, é constituída por:

- Oxidação;
- Coagulação química (por sulfato alumínio) / Flocculação;
- Decantação;
- Filtração rápida.



Figura 17 - Módulo Poente da ETA de Morgavel

A água tratada é armazenada num reservatório situado dentro da ETA, com capacidade para 23.000 m³ e, posteriormente, é transportada por uma conduta gravítica em betão DN 1500 com 7 km e DN 1000 com 2,5 km e armazenada em Monte Chãos, num reservatório de 50.000 m³ com duas células.

Distribuição

A distribuição de água é feita por gravidade a partir deste reservatório do Centro de Distribuição de Monte Chãos, utilizando uma rede de distribuição própria e independente da de água potável, embora com traçados paralelos. Estas condutas, com 17 km de comprimento, estão divididas em 3 ramos com diâmetros que variam de DN110 a DN800. Os materiais destas condutas, são em cerca de 32% fibrocimento, em 26% PRV, em 18% PVC e o restante em PEAD e aço.

O facto dos reservatórios de distribuição de água industrial e de água potável se encontrarem no mesmo local e as condutas seguirem paralelas, permite que em pontos estratégicos possa haver interligação entre as condutas e entre reservatórios, permitindo transvases de água de uma rede para outra, garantindo-se assim uma maior fiabilidade no fornecimento de água industrial, ou mesmo de água potável quando em situação extrema, neste último caso apenas ao nível dos reservatórios.

No sentido de aumentar a fiabilidade do sistema de abastecimento de Água Industrial à Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), os sistemas de Água Potável e Água Industrial estão interligadas, sendo possível aduzir água produzida no centro de produção de Santo André para Monte Chãos e a partir daí efectuar um transvase para o reservatório de Água Industrial tratada e, consequentemente abastecer os consumidores de Água Industrial da ZILS a partir desta origem. Na figura seguinte apresenta-se, no seu conjunto, os 2 sistemas.

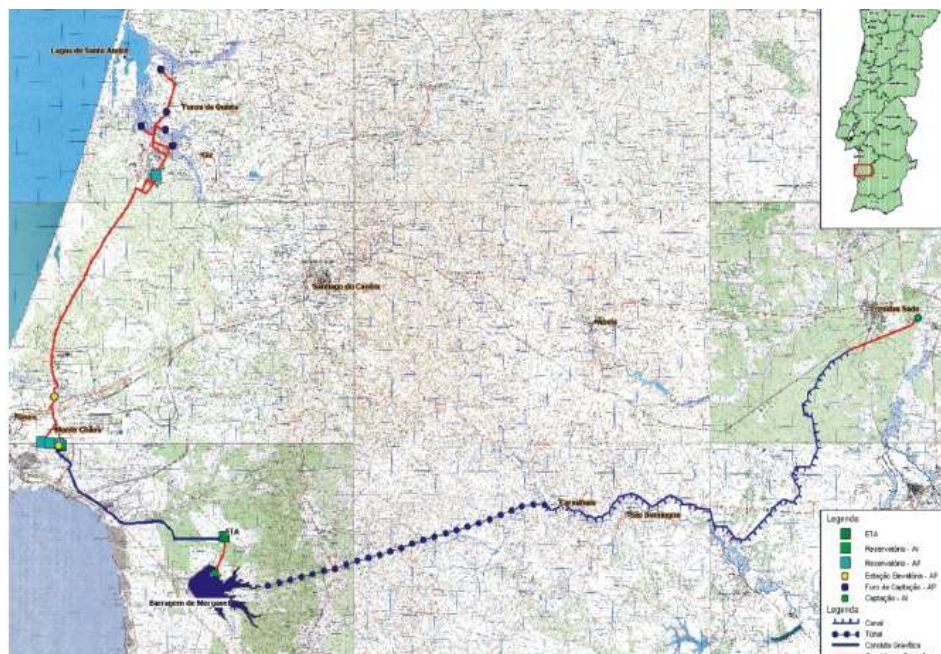


Figura 18 - Subsistema de Água Potável e Água Industrial

3. Água Residual

O Subsistema de Água Residual compreende um conjunto de infra-estruturas associadas ao transporte, tratamento e descarga final de água residual, e desenvolve-se numa área rectangular de cerca de 104 km², que se estende entre a Cidade de Vila Nova de Santo André a Norte, e a ZILS a Sul, apresentando uma largura de cerca de 5 km.



Figura 19 - Subsistema de Água Residual

Afluências

Ao Subsistema de Água Residual afluem diferentes tipologias de água residual, de acordo com a sua origem:

- Água Residual Urbana (ARU), proveniente da Freguesia de Santo e André e de parte da Cidade de Sines;
- Água Residual Industrial (ARI), proveniente das empresas instaladas na ZILS;
- Água Residual Salina (ARS), proveniente dos Sistemas de Desmineralização e de purgas das torres de refrigeração das unidades de produção das empresas Petrogal e Repsol, estabelecidas na ZILS.

Transporte

Água Residual Urbana

O transporte de Água Residual Urbana de Santo André é efectuado através de um emissário em PEAD de cerca de 11 km de extensão, com DN 250 e DN 400 e uma estação para injeção de oxigénio, que tem como objectivo evitar que a qualidade da água residual entre em estado anóxico e, consequentemente, proteger a conduta contra a formação de gás sulfídrico (H₂S). Esta infra-estrutura é ainda servida por uma estação elevatória, uma bacia de retenção com uma capacidade para 5000 m³, junto a Vila Nova de Santo André.

A Água Residual Urbana proveniente da cidade de Sines é recolhida numa caixa designada por “Caixa de Reunião da Barbuda” e transportada num emissário comum com a Água Residual Industrial proveniente do Utilizador Petrogal até à “Caixa de Reunião Final R41”, a montante da ETAR de Ribeira de Moinhos.



Figura 20 - Vila Nova de Santo André Fonte: Google

Água Residual Industrial

Ao serviço da Água Residual Industrial estão 9 estações elevatórias, distribuídas entre a ZILS (8) e o Aterro de Santo André (1), uma rede de emissários com uma extensão de cerca de 29 km, caracterizada por diâmetros variáveis entre DN 150 e DN 1500 e uma gama diversa de materiais sendo o PEAD o mais corrente, constituindo cerca de 35% desta rede, seguindo-se o PVC com 29% e o PRV 21%.

Na ZILS existe ainda uma bacia de retenção, com capacidade para 5000 m³ que permite que a rede de ARI se encontre salvaguardada perante situações de drenagem excepcionais, em termos de qualidade ou quantidade.



Figura 21 - A Zona Industrial e Logística de Sines Fonte: Google

Água Residual Salina

Relativamente à Água Residual Salina, esta é entregue directamente pelos Utilizadores, através de emissários próprios, numa caixa de reunião a jusante da ETAR de Ribeira de Moinhos, para posterior descarga no emissário submarino.

Tratamento

A Água Residual Urbana e Industrial recolhidas pelo Subsistema AR são tratadas na Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Ribeira de Moinhos, localizada na margem direita da Ribeira de Moinhos, a Norte da cidade de Sines.

Salienta-se que Água Residual Salina não é encaminhada para a ETAR, sendo descarregada directamente para o emissário submarino, por se tratar de uma água residual não poluída, conforme já descrito.

Esta ETAR foi concebida no final da década de 70, tendo em vista o tratamento da água residual industrial da ZILS em conjunto com a água residual urbana de Sines, da Cidade de Vila Nova de Santo André e, eventualmente, de Santiago do Cacém. Actualmente, para além dos efluentes industriais já é recebida a água residual urbana da Freguesia de Santo André, que inclui a Cidade de Vila Nova de Santo André, parte de Sines e, num futuro próximo, conta-se vir a receber a de Santiago do Cacém.

A ETAR, que ocupa uma área de cerca de 9,2 ha, no seu projecto inicial foi dimensionada para um caudal de 2 m³/s, tendo sido executada apenas a primeira fase, para um caudal nominal de 0,5 m³/s. Presentemente, entram na ETAR, em média, 160 L/s, ou seja, cerca de 415.000 m³/mês.

Em termos de cargas, a ETAR de Ribeira de Moinhos foi dimensionada para servir 360.000 hab/equivalente, tendo por base as seguintes concentrações na afluência de:

- 200 mg CBO₅/L
- 3 mg/L de Óleos e gorduras.



Figura 22 - Tanque de Remoção de Óleos e Gorduras



Figura 23 - Decantador Primário



Figura 24 - Tanque de Arejamento

O processo de tratamento utilizado é o de lamas activadas por arejamento convencional (em média carga), cuja linha processual é constituída por:

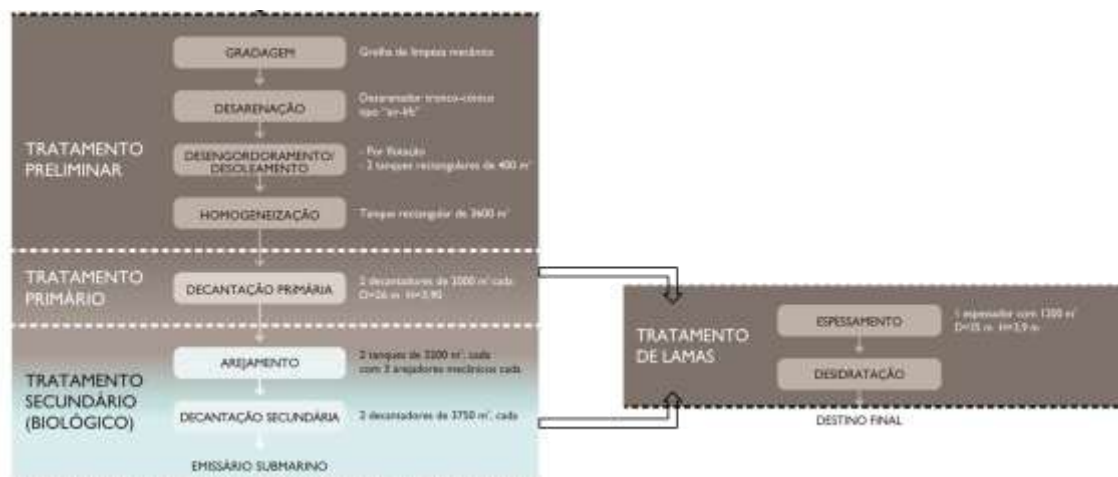


Figura 25 - Diagrama do Processo de Tratamento da ETAR de Ribeira de Moinho

Descarga Final

A Água Residual Urbana e Industrial tratada na ETAR da Ribeira de Moinhos, e a Água Residual Salina, recolhida pelo Subsistema, são lançadas, por gravidade, no mar, através de um emissário submarino com 2480 m de extensão e uma capacidade de descarga de 2 m³/s. A água residual é descarregada através de uma série de 60 difusores situados ao longo de um troço com 240 m, na extremidade do emissário, a uma profundidade de 40 m.

O Emissário Submarino é constituído por tubos de aço soldado, com uma espessura de 12,5 mm, protegido interiormente por produtos à base de resina epoxy com uma espessura de 0,5 mm, e exteriormente por mantas de fibra de vidro impregnadas de betume com uma espessura de 6,3 mm, e ainda um revestimento exterior formado por uma camada contínua de betão fracamente armado com uma espessura de 15,5 cm.

Este emissário, em funcionamento desde 1976, representa um complemento do tratamento efectuado na ETAR, sendo o tratamento global das águas residuais constituído, fundamentalmente, por duas peças que se complementam: a ETAR e o Emissário Submarino.

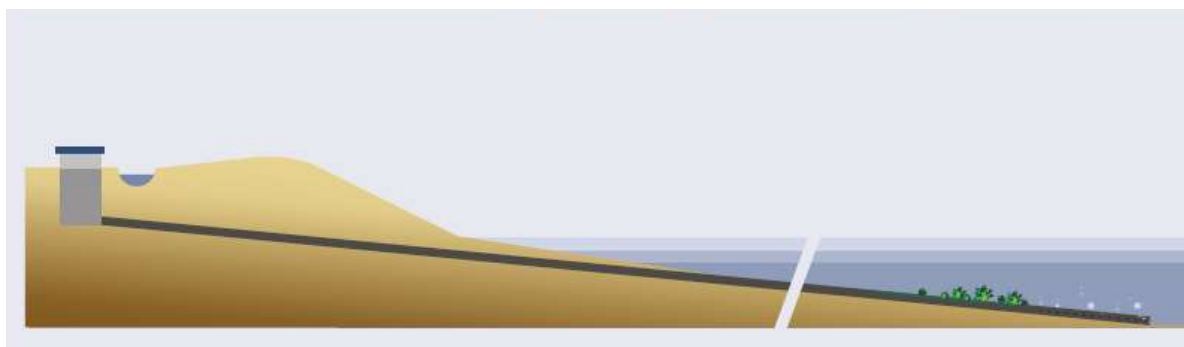


Figura 26 - Perfil do Emissário Submarino

4. Resíduos Industriais

O Subsistema de Resíduos Industriais é constituído pelo Aterro de Santo André, promovido pelo então Gabinete da Área de Sines, que se situa a noroeste de Santiago do Cacém, sensivelmente a Sul de Vila Nova de Santo André.

A área afectada ao aterro é de, aproximadamente, 59 ha e é constituído por 3 zonas distintas, nomeadamente:

- Zona de deposição de resíduos sólidos urbanos (RSU), provenientes dos circuitos de remoção dos Municípios de Santiago do Cacém e de Sines (zona encerrada);
- Zona de deposição de resíduos sólidos industriais (RSI), provenientes das indústrias e da ETAR de Ribeira de Moinhos (zona encerrada para clientes);
- Zona de deposição temporária de lamas oleosas provenientes das indústrias e da ETAR da Ribeira de Moinhos (zona encerrada para clientes).

Para além das citadas zonas de deposição de resíduos, existem ainda:

- A zona de infra-estruturas de apoio ao funcionamento do aterro;
- A zona de protecção, constituída basicamente pela vedação e cortina arbórea de todo o perímetro da área afectada à instalação;
- Uma rede piezométrica, constituída por 8 piezómetros, para monitorização das águas subterrâneas na envolvente do Aterro de Santo André.



Figura 27 - Aterro de Santo André

Zona de Deposição de RSU

A zona do Aterro de Santo André destinada à deposição de RSU, constituída por 3 alvéolos, com uma área de projecto de 27200 m², entrou em funcionamento em 1977, com a finalidade de servir os concelhos de Santiago do Cacém e Sines, tendo sido encerrada, em Abril de 2000, após a entrada em

funcionamento do Aterro Sanitário do Sistema de Resíduos Sólidos do Litoral Alentejano, Aljustrel e Ferreira do Alentejo.

Um dos três alvéolos possui impermeabilização de fundo, através de uma geomembrana de polietileno de alta densidade.

Os lixiviados recolhidos são encaminhados, através de um sistema elevatório, para a ETAR de Ribeira de Moinhos.

Relativamente ao biogás gerado no aterro, existem poços de drenagem vertical, que possibilitam a dispersão dos gases para a atmosfera.



Figura 28 - Zona de Deposição de Resíduos Sólidos Urbanos

Zona de Deposição de RSI

A zona do Aterro de Santo André destinada à deposição de RSI é constituída por 2 alvéolos, designados por bacias 9 e 10, tendo-se iniciado a sua utilização em 1994. Estes alvéolos têm a forma quadrada em planta, com cerca de 85 m de lado, e uma profundidade de cerca de 1,6 m, definindo uma área total de deposição de 14.450 m² e um volume de 23.120 m³.

Ambos os alvéolos possuem, tanto no fundo, como nos taludes, infra-estrutura de protecção à contaminação de águas subterrâneas.

A drenagem dos lixiviados é assegurada por um dreno de fundo, que os encaminha para um poço de junção, de onde são bombeados para um tanque de recepção, a partir do qual são conduzidos à ETAR de Ribeira de Moinhos, por bombagem.

Actualmente, e desde Janeiro de 2005, a zona do Aterro de Santo André destinada à deposição de RSI encontra-se encerrada para clientes, mantendo-se apenas como destino final para os gradados/areias produzidos na ETAR de Ribeira de Moinhos.



Figura 29 - Zona de Deposição de Resíduos Sólidos Industriais

Zona de Deposição Temporária de Lamas Oleosas

Com o objectivo de armazenar as lamas oleosas provenientes da ETAR da Ribeira de Moinhos e das empresas situadas na plataforma industrial de Sines, foram construídas, em 1982, pelo então Gabinete da Área de Sines (GAS), uma série de 8 bacias, com dimensões aproximadas de 84x84x1,6 m3. Posteriormente, em 1996, foram construídas mais duas bacias e outras duas em 2000, estas quatro últimas já executadas pelo INAG. As bacias construídas em 2000 têm 2 m de profundidade.

As 12 bacias são revestidas, tanto no fundo como nos taludes, a argila compactada, que constitui a barreira impermeabilizante destinada a evitar a contaminação das águas subterrâneas. A protecção dos taludes na zona de descarga é feita através de estruturas de betão.

Existem sistemas de drenagem dos sobrenadantes que são conduzidos à ETAR de Ribeira de Moinhos através de um sistema de bombagem.

Actualmente, e desde Janeiro de 2005, também esta zona se encontra encerrada para clientes.



Figura 30 - Zona de Deposição Temporária de Lamas Oleosas

Organograma da empresa

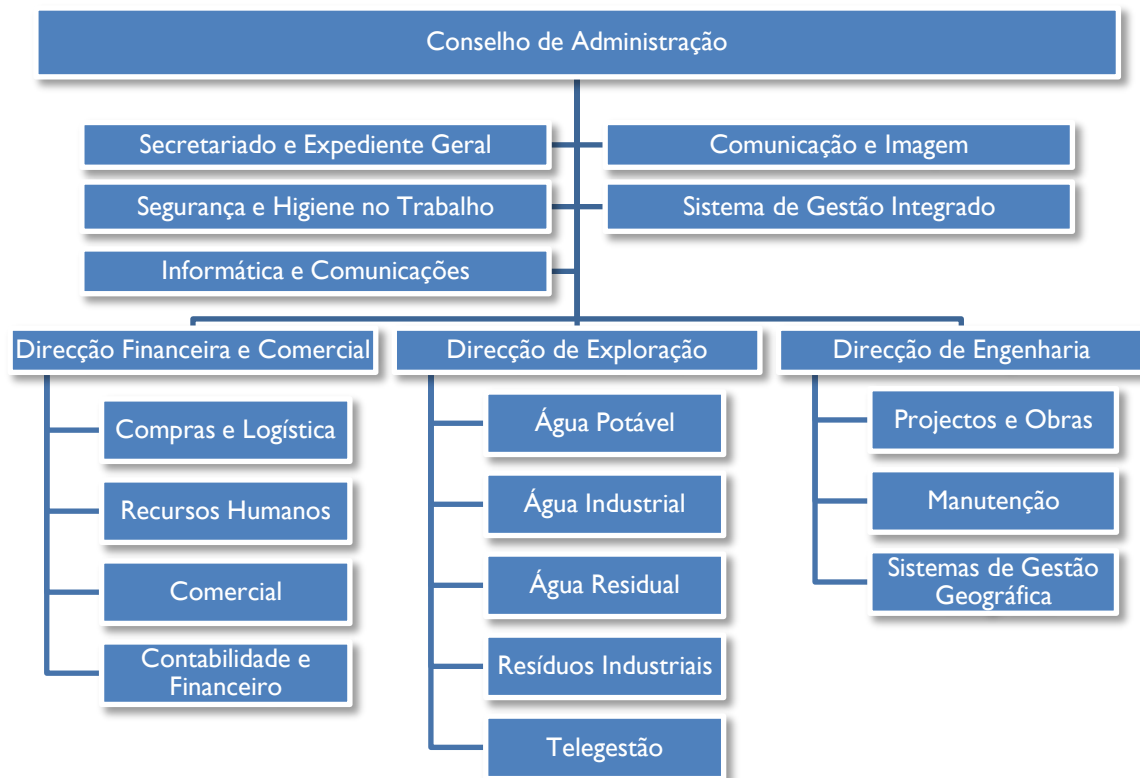


Figura 31 – Organograma da Águas de Santo André

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Água Potável

Renovação do sistema de bombagem de Porto Peixe.

O abastecimento de água às povoações de Brescos e Costa de Santo André era constituído por um sistema de captação e bombagem directa para a rede municipal de distribuição.

Não existindo um reservatório de reserva e distribuição de água, a pressão na rede era garantida pelo funcionamento da bombagem 24 horas por dia, sendo o caudal remanescente reencaminhado para o centro urbano de Santo André

Com o objectivo de melhorar as condições de funcionamento deste abastecimento, e integrar uma etapa de tratamento por desinfecção, foi desenvolvido um projecto e executada a respectiva obra, constituída por:

- Instalação de duas bombas submersíveis idênticas, de modo a garantir o fornecimento do caudal necessário por patamares
- Instalação de equipamento de variação de velocidade;
- Adaptação de um reservatório hidropneumático de 6m³, para controlo das solicitações de pressão na conduta de distribuição e assegurar os caudais mais baixos
- Instalação de equipamento de desinfecção de água bruta na origem, permitindo o abastecimento em alta com água tratada.

O valor total da obra foi de cerca 50 000 euros, tendo a sua execução sido efectuada em Fevereiro e Março de 2008 e entrado em funcionamento em Abril.



Figura 32 – Sistema de Bombagem de Porto Peixe

No âmbito do Sistema de Abastecimento de Água, foi ainda, dada continuidade ao processo de licenciamento das captações da AdSA.

Licenciamento das captações subterrâneas

Na reunião de 21 de Novembro de 2008 com a ARH Alentejo, a AdSA foi informada de que o processo estaria em fase de conclusão, faltando a validação da georeferenciação das localizações das captações por parte desta entidade, uma vez que a AdSA apresentou todos os elementos necessários neste âmbito.

A ARH apresentará uma proposta de delimitação das zonas que integrarão os perímetros de protecção, respectivas servidões administrativas e restrições de utilidade pública, a qual será remetida ao Gabinete do MAOTDR, para publicação sob a forma de Portaria, sendo desenvolvidos em paralelo os procedimentos para a redacção de uma proposta de texto de contrato de concessão.

Água Industrial

Beneficiação dos decantadores 1 e 2 da ETA de Morgavel.

Conforme planeado, a AdSA deu seguimento à obra de reparação dos decantadores 1 e 2 da ETA de Morgavel, obra enquadrada no plano de renovação desta infra-estrutura.

A Empreitada de Reparação dos Decantadores 1 e 2 da ETA de MORGAVEL foi lançada a Concurso em Novembro de 2007. O empreiteiro seleccionado foi a “BEL – Engenharia e Reabilitação de Estruturas, SA”.

O Contrato da Empreitada foi celebrado no dia 5 de Março de 2008 e a Consignação da obra ocorreu em 12 de Março 2008, data em que se iniciaram os trabalhos.

A obra decorreu com normalidade tendo sido realizada a Recepção Provisória da obra em 09.07.2008. Os trabalhos realizados consistiram essencialmente no seguinte:

- Reparação do betão dos decantadores, caleiras e passadeiras.
- Pintura das paredes interiores e exteriores e fundo dos decantadores 1 e 2 e caleiras.
- Pintura dos varandins.
- Reparação das juntas de dilatação.
- Substituição dos tubos de recolha de lamas.
- Substituição dos tubos de descarga de sedimentos.
- Adequação das escadas de acesso ao interior dos Decantadores, às actuais normas de segurança.

O custo total da empreitada foi cerca de 217000 euros.



Figura 33 - Aspecto final da Intervenção



Figura 34 - Operação de Recuperação de Betões

Licenciamento da captação superficial

O processo para a atribuição do título de concessão para a Captação Superficial da AdSA, em Ermidas do Sado ainda decorre.

Em Agosto de 2008, foi nomeado pelo MAOTDR, um grupo de trabalho na ARH Alentejo, para regularizar a situação jurídica das captações de água de abastecimento público da responsabilidade das empresas multimunicipais. Com base nas minutas que têm sido discutidas e preparadas no âmbito do referido grupo de trabalho, será produzida a proposta final, adaptado às características da captação da AdSA, e submetida à aprovação do Sr. Ministro.

Água Residual

Reabilitação do Edifício de Comando da ETAR.

De acordo com o planeado, foi dado seguimento à Reparação dos Edifícios da ETAR de Ribeira de Moinhos, de acordo com projecto desenvolvido em 2007 e integrado no plano de reabilitação desta infra-estrutura.

A Empreitada de foi lançada a Concurso em Outubro de 2007, tendo-se procedido à abertura das propostas em 30.11.2007. Da análise das condições das propostas a obra foi proposta ser adjudicada à “H.Tecnic” por ter sido considerada a proposta economicamente mais favorável,

Não se tendo chegado a acordo com esta empresa sobre o critério de medição de reparação em superfícies de betão e tendo a mesmo recusado a assinar o contrato, avançou-se para negociações com o segundo classificado (Soproel – Sociedade de Projectos, Obras e estudos, SA) com quem a referida minuta foi discutida e aceite sem restrições, tendo-lhes sido adjudicada a obra

O Contrato da Empreitada foi celebrado no dia 25 de Agosto de 2008 tendo a Consignação da obra ocorrido a 08 de Setembro 2008, data em que se iniciaram os trabalhos. A Recepção Provisória da obra ocorreu em 22.01.2009.

Trabalhos Realizados:

- Reparação de betão em vigas, pilares e paredes.
- Reparação de rebocos de paredes.
- Pintura das paredes interiores e exteriores.
- Criação de instalações sanitárias novas, no R/Chão.
- Criação de dois escritórios nas antigas instalações sanitárias, no 1º andar.
- Substituição dos tubos de queda.
- Substituição de toda a caixilharia nos Edifícios I e II e varandins.
- Impermeabilização do terraço e cobertura da casa das máquinas do elevador no Edifício I e terraço do Edifício II.
- Criação de uma cobertura em chapa metálica no Edifício I, no lado Nascente.
- Reparação da cobertura dos Edifícios II e III, por substituição da chapa de fibrocimento.
- Criação de nova cobertura no PT I em chapa metálica, em substituição da existente em fibrocimento.

O valor total da empreitada ascendeu a 250000 euros.



Figura 36 - Intervenções na Fachada do Edifício 2



Figura 37 - Aspecto final após a 1ª Intervenção

PMAM

No sentido de evidenciar as boas condições do ambiente marinho na envolvente meio receptor da água residual tratada na ETAR de Ribeira de Moinhos, a AdSA desenvolveu, entre Maio de 2007 e Julho de 2008, e em parceria com o Instituto Superior Técnico, o Programa de Monitorização do Ambiente Marinho (PMAM).

O relatório final relativo ao 1º ano de execução do PMAM 2007-2008 mostra que não há evidências de degradação da qualidade do meio ambiente onde é efectuada a descarga, nem se observaram alterações no ecossistema marinho na envolvente do emissário submarino, informação confirmada com as observações visuais sobre a fauna e flora efectuadas pelo INAG e pela AdSA ao longo do tempo.

Assim, e na sequência dos resultados apresentados e das reuniões realizadas, a AdSA solicitou à ARH-Alentejo que seja dado seguimento ao requerimento da emissão de novo Alvará de Licença, tendo em consideração os resultados obtidos pelo PMAM

Resíduos Industriais

Licenciamento do Aterro de Santo André

Em Julho de 2008 a AdSA promoveu, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, o Concurso Público para a "Empreitada de Construção da Célula de Deposição de Resíduos Industriais Banais do Aterro de Santo André". O anúncio do concurso foi publicado no Diário da República n.º 145, 2.ª Série em 29 de Julho de 2008.

Em Novembro de 2008, a APA comunica à AdSA que a alteração ao projecto para a construção do Aterro para RIB foi considerada uma alteração substancial ao projecto inicial, pelo que foi necessário iniciar um novo procedimento de licenciamento ambiental, considerando que o processo anterior seria encerrado.

Assim, em Dezembro de 2008, a AdSA submeteu à APA o novo pedido de licenciamento ambiental e licença de instalação do Aterro de Santo André.

Resolução do Passivo Ambiental

Em Junho de 2008 a AdSA promoveu, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, o Concurso Público para a "Empreitada de Selagem e Recuperação Ambiental das Células de Resíduos Sólidos Urbanos e das Células de Resíduos Sólidos Industriais do Aterro de Santo André". O anúncio do concurso foi publicado no Diário da República n.º 120, 2.ª Série, em 24 de Junho de 2008, tendo sido posteriormente rectificado a 29 de Julho. Durante o ano 2008 decorreu a apreciação das várias propostas concorrentes, encontrando-se em fase de tomada de decisão.

Em Agosto de 2008, a AdSA submeteu uma candidatura para financiamento do projecto "Selagem, Recuperação e Requalificação Ambiental das Células de Resíduos Sólidos Urbanos e das Células de Resíduos Sólidos Industriais do Aterro de Santo André", no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e ao abrigo do Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT) no seu Eixo Prioritário III - Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos.

Em Agosto de 2008, a AdSA submeteu uma candidatura para financiamento do projecto "Valorização das Lamas Industriais Depositadas/Confinadas em Bacias Próprias no Aterro de Santo André", no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) e ao abrigo do Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT) no seu Eixo Prioritário III - Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos Naturais e Tecnológicos.

Outros

Aplicação para a gestão de Clientes - AQUAmatrix

É competência da AdSA a distribuição de água em baixa, à cidade de Santo André. A gestão dos cerca de 6000 clientes foi efectuada com base num programa herdado do INAG e que já não se adequava às exigências da contabilidade da AdSA, em particular no que diz respeito à articulação com o SAP.

Neste contexto foi estabelecido um contrato com a EPAL para o desenvolvimento da aplicação AQUAMATRIX para a gestão dos clientes da AdSA; a implementação do novo sistema de gestão de clientes terminou em Janeiro de 2008.

A oferta de um serviço público de qualidade em condições de fiabilidade exige a afinação dos procedimentos e a optimização dos processos, atitude que visa essencialmente a satisfação dos objectivos dos clientes, sem descurar a dos colaboradores.

Reestruturação da contabilidade analítica

Face à existência de sete produtos nas áreas de negócio da AdSA, houve necessidade de alterar a estrutura da contabilidade analítica, no sentido de identificar custos e proveitos de cada actividade.

Esta necessidade surge por um lado para permitir estabelecer tarifas e preços, e por outro decorre da necessidade de reportar institucionalmente informação ao IRAR, AdP e outros.

Em Dezembro de 2008 foi aprovada a nova estrutura que entrou em vigor em Janeiro de 2009.

A colaboração e o empenhamento de muitos dos departamentos da empresa foram a chave do sucesso destes projectos que tem mobilizado grande parte da organização, devido ao reconhecimento das mais-valias que comportam, ao possibilitar um maior conhecimento e controlo dos processos inerentes aos subsistemas de abastecimento de água, de recolha e tratamento de águas residuais e de resíduos bem como da contabilidade analítica.

Assinatura de Memorando de Entendimento com Novo Cliente

Na sequência da campanha levada a cabo pela Aicep Global Parques na internacionalização dos seus parques, com o objectivo de captar o interesse de investidores estrangeiros e promover a excelente localização dos seus parques, a 13 de Março, a empresa espanhola, líder europeia no sector de Pet – Packaging, oficializou o arranque das obras para a construção da nova fábrica de PTA, através da sua filial portuguesa, Arténius Sines. No âmbito deste projecto a La Seda de Barcelona formalizou com a Águas de Portugal, SGPS, S.A. um Memorando de Entendimento, que constitui um quadro de referência ao contrato a efectuar futuramente, entre a Arténius Sines e a Águas de Santo André S.A. A La seda de Barcelona estima que a nova fábrica esteja terminada no final de 2009 e comece a sua produção comercial durante o primeiro trimestre de 2010.

A. GOVERNO DA SOCIEDADE

I. Missão, Objectivos e Políticas

Missão

“Gerir e explorar o Sistema de Santo André, de forma a assegurar o abastecimento de água às populações abrangidas, em qualidade e quantidade, e a recolha e tratamento dos efluentes urbanos das áreas abrangidas, bem como satisfazer as necessidades das indústrias localizadas na ZILS, relativamente a água potável, água industrial, efluentes e resíduos industriais.”

Visão

A AdSA pretende ser reconhecida como a empresa de referência, nas questões ambientais relacionadas com o abastecimento de água, tratamento de efluentes e resíduos industriais da ZILS, potenciando, dentro das suas competências, a instalação e operação de unidades industriais.

Para tal, deve:

- Contribuir para a utilização racional dos recursos ambientais da região, nomeadamente o recurso água, em todo o seu ciclo, constituindo assim um factor de desenvolvimento sustentável ao nível regional, e uma vantagem comparativa para o desenvolvimento do tecido industrial local, no quadro da economia nacional;
- Optimizar o Sistema de Santo André e desenvolver a sua área de intervenção, numa óptica regional e de economia de escala, envolvendo outros Municípios e parceiros com interesse estratégico;
- Prestar um contributo significativo para a qualidade de vida da população abrangida, assegurando as suas necessidades básicas em termos de abastecimento de água potável e tratamento de efluentes e garantindo a utilização sustentada dos recursos naturais e a preservação dos valores ambientais.

Valores

A AdSA assume como valores:

- A satisfação dos clientes, consumidores e público em geral, enquanto factor de reconhecimento da Empresa como prestadora de um serviço essencial à população;
- A qualidade ambiental como integrante da qualidade de vida dos cidadãos e do desenvolvimento sustentável da região;
- O conhecimento pluridisciplinar, a competência e o profissionalismo como premissas para um bom desempenho da Empresa como um todo;
- O espírito de equipa, apoiado na realização pessoal e profissional dos seus colaboradores, enquanto factor de sucesso para a Empresa.

Objectivos Estratégicos

Os objectivos estratégicos estabelecidos para a Empresa, estabelecidos no Orçamento e Proposta de Tarifário e apresentados a todos os colaboradores em reunião geral realizada a 3 de Agosto 2007, foram:

- ✓ Aumentar o volume de negócios, diversificando a oferta e captando novos clientes;
- ✓ Desenvolver as condições para a reactivação desta área de actividade;
- ✓ Rever o EVEF, adaptando-o às novas realidades da empresa;
- ✓ Elaborar um Plano de Renovação das infra-estruturas;
- ✓ Obter a certificação nas áreas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social;
- ✓ Assegurar a sustentabilidade económica da Empresa;
- ✓ Ser reconhecida como Empresa de Referência na Região onde se insere.

2. Modelo de Governo

2.1. Órgãos Sociais

2.1.1. O Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 12º do Contrato da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por três Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 17º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

Os membros dos órgãos sociais consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos, permanecendo em funções até à posse dos membros que os venham substituir, ressalvando-se os casos previstos na lei, nomeadamente, de suspensão, destituição ou renúncia.

Nos termos do artigo 13.º do Contrato de Sociedade, ao Conselho de Administração compete:

Aprovar os objectivos e as políticas de gestão da empresa;

Aprovar os planos de actividade financeiros anuais, bem como as alterações que se revelem necessárias;

Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;

Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;

Adquirir, vender ou por qualquer forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;

Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;

Estabelecer a organização técnico-administrativo da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e suas remunerações;

Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;

Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

Na Assembleia Geral da AdSA, que teve lugar no dia 10 de Julho de 2007, foram eleitos os membros dos órgãos sociais para o triénio 2007/2009, tendo passado o Conselho de Administração a ser composto por três membros e a ter a seguinte composição:

Presidente: Dr. Joaquim Marques Ferreira

Administrador Executivo: Eng.º João da Silva Costa

Administrador Não Executivo: Dr. Octávio Santos Almeida

2.1.2. Fiscalização

Nos termos do n.º I do artigo 17º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da actividade da sociedade compete a um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, ou a um Fiscal Único e a um Fiscal Único suplente, conforme for decidido, nos termos da lei, pela Assembleia Geral que os elege por mandatos de três anos, renováveis.

Para o mandato de 2007/2009, e na sequência da deliberação da Assembleia Geral de dia 10 de Julho de 2007, foi eleito um Fiscal Único e um Fiscal Único Suplente.

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.

Representado pelo Dr. Jorge Manuel Santos Costa ou Dr. José Manuel de Oliveira Vitorino.

Suplente – Dr. José Manuel Henriques Bernardo.

2.1.3. Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º I do artigo 9º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, sendo estes escolhidos entre accionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes

Vice-Presidente: Dra. Alexandra Varandas

Secretária: Dra. Ana Cristina Rebelo Pereira

Joaquim Marques Ferreira
Nasceu na Batalha a 18 de Abril de 1954



Habilitações Académicas

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa.

Carreira Profissional

Técnico da Secretaria de Estado do Orçamento;
Presidente do Instituto da Conservação da Natureza;
Presidente da Comissão Nacional da REN;
Administrador da Empresa de Desenvolvimento Infra-estruturas de Alqueva (EDIA);
Consultor de Empresas;
Coordenador de Planos de Bacia Hidrográfica dos Rios Internacionais;
Presidente do Conselho de Administração da EDIA;
Assessor do Instituto da Água;
Membro do Conselho Nacional da Água.

Funções Actuais

Gestor da Unidade Negócios da Água – Produção e Depuração da AdP, SGPS; Presidente do Conselho de Administração da Águas do Algarve, S.A., da Águas do Centro e da Águas de Santo André, S.A.

João Manuel da Silva Costa

Nasceu em Lisboa a 13 de Agosto de 1954



Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia Civil, opção Hidráulica pelo Instituto Superior Técnico em 1980, com Pós-graduação em Hidráulica e Recursos Hídricos, do Instituto Superior Técnico em 1984.

Situação Profissional

Funcionário Público, Técnico Superior do Quadro da Direcção Geral do Ambiente, Organismo do MAOTDR, desde 1986, actualmente em comissão de serviço no Grupo AdP.

Principais funções e cargos desempenhados

Administrador Delegado da Empresa Águas de Santo André, do Grupo AdP, desde Julho de 2007;

Administrador Delegado da Empresa Águas do Norte Alentejano, do Grupo AdP, desde Abril de 2006 a Julho de 2007;

Administrador Delegado da Empresa Águas de Santo André, do Grupo AdP, desde Novembro de 2004 a Abril de 2006;

Presidente do Instituto da Conservação da Natureza, do MAOTDR, de Agosto de 2002 a Novembro de 2004;

Chefe de Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, de Março a Agosto de 2002;

Director de Projecto da FBO Consultores, empresa do Grupo DHV, na área de Gestão de Recursos Hídricos e Ambiente, de Janeiro de 1998 a Fevereiro de 2001;

Director Regional de Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo de Junho de 1992 a Maio de 1996;

Perito destacado na DGXI (Ambiente, Protecção Nuclear e Defesa do Consumidor) da Comissão das Comunidades Europeias em Bruxelas, como especialista em Recursos Hídricos, de Junho 1990 a Maio de 1992;

Director de Serviços do Centro de Investigação do Ambiente da Direcção Geral da Qualidade do Ambiente, de Outubro de 1986 a Junho 1990;

Professor Adjunto da Academia Militar (AM) de Outubro 1984 a Setembro de 1990;

Assistente do Instituto Superior Técnico (IST), de Outubro de 1980 a Setembro de 1986.

Octávio de Almeida

Nasceu no Porto a 28 de Novembro de 1952



Habilitações Académicas

Licenciatura em economia pela Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão, com Pós-Graduação em “Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental na Perspectiva das Comunidades Europeias” e com Mestrado em “Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental” na Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa.

Principais funções e cargos desempenhados

Administrador Executivo da Águas do Norte Alentejano, S.A., desde Julho de 2007;

Administrador Não Executivo da Águas de Santo André, S.A., desde Julho de 2007,

Assessor do Conselho de Administração da Águas de Portugal Internacional, desde Novembro de 2006;

Administrador Não Executivo da Electra – Empresa de Electricidade e Água, S.A. – Cabo Verde, desde Outubro de 2006;

Administrador Executivo da Electra – Empresa de Electricidade e Água, S.A. – Cabo Verde, desde Janeiro de 2006 a Outubro de 2006;

Director Financeiro da Empresa Geral de Fomento (EGF) – Sub-holding do Grupo Águas de Portugal, sgps, S.A., desde Setembro de 2003 a Setembro de 2004;

Administrador Executivo e Director Geral da Empresa Águas de Moçambique, SARL, desde Dezembro de 2001 a Setembro de 2003;

Administrado/Director e Gerente de todas as Empresas do Grupo AdP no Brasil, desde Janeiro de 2001 a Janeiro de 2002;

Coordenador Técnico da Intervenção da AdP no abastecimento de água e saneamento em Timor Leste, desde Janeiro de 2001 a Abril de 2001;

Coordenador Técnico de vários projectos Internacionais (Administração Geral de Obras Sanitárias da Província de Buenos Aires; Concurso Internacional de Concessão para o Abastecimento de água à cidade de Posadas, província de Misiones, Itália; Participação e coordenação das equipas técnicas que procederam à avaliação das empresas e preparação dos estudos para a compra de participações), desde 1998 a 2000;

Consultor Externo do Grupo Águas de Portugal, desde 1996 a 1998;

Assessor e consultor da Associação Municípios de Setúbal, desde Janeiro de 1993 a Dezembro de 1998;

Director de Projectos e Administrador da Empresa Intersismet – Sociedade de Gestão de Projectos Internacionais, S.A. (Grupo Sismet), desde Outubro de 1980 a Dezembro de 1994;

Director Administrativo e Financeiro de Empresas do Ministério da Indústria de Moçambique, desde Setembro de 1977 a Outubro de 1980.



2.2. Estrutura Organizacional

Para o correcto exercício das suas funções, a AdSA – Águas de Santo André, S.A. dispõe de um conjunto de órgãos funcionais, para apoio à gestão. Estes órgãos apresentam a seguinte afectação:

a. Secretariado e Expediente Geral

O gabinete SEG tem como principal missão apoiar os trabalhos decorrentes da actividade da Administração e garantir a boa gestão da correspondência.

b. Sistema de Gestão Integrado

O Objectivo do SGI consiste em coordenar a aplicação do princípio da melhoria contínua através da análise e tratamento de dados, realização de auditorias internas e dinamização de acções correctivas e preventivas.

Para Atingir esse objectivo, o SGI tem que assegurar que os Processos e Requisitos do Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social são adequadamente identificados, implementados e mantidos, em conformidade com o referencial normativo:

NP EN ISO 9001:2000 – Gestão da Qualidade

NP EN ISO 14001: 2004 – Gestão Ambiental

NP 4397:2001 – Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho

SA 8000:2001 – Gestão da Responsabilidade Social.

c. Comunicação e Imagem

É área funcional responsável pelo desenvolvimento e concepção do Plano de Comunicação Regional, que visa construir, manter ou alcançar uma imagem positiva da AdSA.

d. Segurança e Higiene no Trabalho

O Serviço de Segurança e Higiene do Trabalho (SSHT) da AdSA, tem como objectivo a dinamização dos aspectos da Segurança e Higiene em todas as actividades da Empresa, visando a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde e bem-estar dos colaboradores. Trata-se de um serviço transversal que, necessariamente, envolve todos os colaboradores da AdSA, pretendendo contribuir para o desenvolvimento progressivo de uma cultura de segurança no desenvolver das suas actividades diárias.

Este Serviço foi criado ao abrigo do Art. 219.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho (Regulamentação do Código do Trabalho), enquanto modalidade de Serviços Internos para a organização dos serviços de Segurança e Higiene do Trabalho, sendo a componente de Medicina do Trabalho assegurada por um serviço externo em articulação com o SSHT e o Departamento de Recursos Humanos.

e. Informática e Comunicações

Este serviço tem como objectivo assegurar o bom funcionamento do parque informático, apoio help desk a utilizadores e garantir as vias de Comunicação de Dados, Voz e Imagem na AdSA.

f. Direcção Financeira e Comercial

1. Financeiro e Contabilidade

O Departamento Financeiro e de Contabilidade visa quantificar todos os factos que ocorrem na empresa através da sua análise, registo e interpretação fornecendo simultaneamente, dados para a tomada de decisões da Gestão, tendo em conta todos os requisitos e critérios legais e fiscais em vigor.

2. Compras e Logística

O Departamento de Compras e Logística é responsável pela colocação dos bens e serviços no local e no momento desejado, integrados com as actividades de transportes, stocks, armazenagem e movimentação de materiais, contribuindo para a satisfação das necessidades dos serviços utilizadores.

3. Comercial

O Departamento Comercial estabelece o interface da Empresa com o Cliente externo, garantindo a sustentabilidade do negócio e a satisfação das necessidades e expectativas do Cliente, primando pela qualidade e tendo em vista o alcance do objectivo último da organização, o lucro proveniente da venda.

4. Recursos Humanos

O Departamento de Recursos Humanos é responsável pelo planeamento, na organização, no desenvolvimento, na coordenação e no controle de técnicas capazes de promover o desempenho eficiente do pessoal. Este órgão procura criar, manter e desenvolver um contingente de recursos humanos com competência e motivação para realizar os objectivos da AdSA bem como as condições organizacionais de aplicação, desenvolvimento e satisfação plena dos recursos humanos, e alcance dos objectivos individuais.

g. Direcção de Exploração

1. Água Potável

O Departamento de Água Potável tem como objectivo assegurar o abastecimento de água para consumo humano em quantidade, continuidade e qualidade, promovendo a eficiente gestão dos recursos hídricos subterrâneos, optimizando a exploração do subsistema, quer ao nível económico, infra-estrutural, e recursos humanos, salvaguardando a segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores e fomentando, igualmente, o bem-estar e satisfação dos seus clientes e da população.

2. Água Industrial

O Departamento de Água Industrial tem como objectivo captar, tratar, armazenar e distribuir, em quantidade e qualidade, a água para abastecimento às indústrias instaladas na Zona Industrial de Sines. A área de influência deste Departamento, é geograficamente vasta e as actividades de exploração são asseguradas por uma equipa que cumpre as boas normas de funcionamento de instalações e equipamentos, salvaguardando a segurança de pessoas e do meio ambiente.

3. Águas Residuais

O Departamento de Água Residual tem como objectivo desenvolver a actividade de recolha, tratamento e rejeição de água residual proveniente da área de intervenção da AdSA, através do planeamento e gestão dos recursos à sua responsabilidade, assegurando o cumprimento dos objectivos da Direcção de Exploração, bem como a operacionalidade dos recursos humanos, instalações e equipamentos, garantindo, assim, uma exploração rentável da actividade, num quadro de sustentabilidade ambiental, salvaguardando a segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores e promovendo, igualmente, o bem-estar e satisfação dos seus clientes e da população.

4. Resíduos

O Departamento de Resíduos tem como missão desenvolver a actividade de recepção e confinamento dos resíduos da sua área de influência, através do planeamento e gestão dos recursos à sua responsabilidade, assegurando o cumprimento dos objectivos da Direcção de Exploração, bem como a operacionalidade dos recursos humanos, instalações e equipamentos, garantindo, assim, uma exploração rentável da actividade, num quadro de sustentabilidade ambiental, salvaguardando a segurança, saúde e bem-estar dos colaboradores e promovendo, igualmente, o bem-estar e satisfação dos seus clientes e da população.

5. Telegestão

O Departamento de Telegestão tem como objectivo assegurar a manutenção e desenvolvimento de equipamento e software a adequação das necessidades identificadas pelos principais utilizadores (Exploração e Comercial).

h. Direcção de Engenharia

1. Projectos e Obras

Este Departamento tem por objectivo dar apoio interno na concepção e coordenar a execução das infra-estruturas necessárias ao bom desempenho da missão da empresa no seu todo.

Esta actividade decorre da identificação prévia das necessidades, de modo a executar as melhores soluções, equilibradas tanto do ponto de vista técnico, como dos custos envolvidos, respeitando sempre as orientações da Administração, e tendo em conta as recomendações do Departamento de Exploração, as conveniências da empresa e o cumprimento das Normas de Segurança e Saúde respeitantes aos trabalhos a realizar.

2. Manutenção

O Departamento de Manutenção tem como objectivos a optimização de recursos e meios disponíveis de forma a manter os equipamentos que constituem os sistemas da AdSA com fiabilidade e disponibilidade adequadas, potenciando um elevado nível de “Produção/Exploração”, com custos controlados.

Todas as intervenções de manutenção são desenvolvidas sob as melhores regras e recomendações de Segurança, Qualidade e Ambiente.

São privilegiadas as operações e/ou actividades que visam a prevenção, de forma a reduzir ao mínimo as intervenções de carácter curativo.

3. Sistemas de Informação Geográfica

Os Sistemas de Informação Geográfica permitem visualizar espacialmente os diversos componentes dos sistemas, integrando a informação alfanumérica relativa aos seus atributos, analisar e correlacionar os diversos dados e apoiar os processos de tomada de decisões, tanto nos planos técnico-operacional como estratégico;

Pretende-se que possa servir de plataforma privilegiada de comunicação e informação com entidades exteriores no âmbito da tutela (Concedente e Accionista) da coordenação da gestão de infra-estruturas e do espaço público (Municípios, promotores, operadores de serviços públicos e de segurança/protecção civil/saúde pública) e, ainda, de âmbito comunitário (clientes, estabelecimentos de ensino e público em geral).

2.3. Relações com Stakeholders

A Águas de Santo André cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders, nomeadamente, accionistas, licenciadores, clientes e colaboradores.

2.3.1. Licenciadores

A AdSA, no exercício da sua actividade, é sujeita a processos de licenciamento e concessão promovidos pela CCDR-Alentejo, Administração de Recursos Hídricos do Alentejo (ARH) e Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Em 2008, a AdSA submeteu, primeiro à CCDR-Alentejo e posteriormente à ARH-Alentejo após a sua criação, o pedido de renovação da licença de descarga para a ETAR de Ribeira de Moinhos para águas residuais e um pedido de licença de descarga para efluentes salinos. Com estas entidades foram realizadas três reuniões em Janeiro, Junho e Novembro de ponto de situação e entrega de informação complementar relativamente ao licenciamento das Licenças de descarga da ETAR de Ribeira de Moinhos e ainda em relação ao pedido de concessão para a captação superficial de Ermidas-sado e das captações subterrâneas da AdSA no aquífero de Sines.

A AdSA submeteu à APA um segundo pedido de Licenciamento de Instalação e Licenciamento Ambiental do Aterro de Santo André, alterando um primeiro submetido em Março de 2007.

2.3.2. Clientes

A AdSA, tem um universo de clientes muito diversificado. Por um lado existe um grande cliente colectivo, constituído pela Cidade de Vila Nova de Santo André, que integra cerca de 5500 clientes finais. Por outro lado existem 13 clientes industriais, instalados na Zona Industrial e Logística de Sines, e dois Municípios: Santiago do Cacém e Sines. Para cada grupo de clientes foi definida uma estratégia de comunicação que inclui reuniões periódicas com os principais clientes industriais e com os referidos Municípios. Relativamente ao cliente colectivo, a comunicação é realizada através dos editais disponíveis no atendimento ao público, de mailings, de anúncios de imprensa, entre outros.

2.3.3. Colaboradores

A Administração da AdSA aposta claramente na motivação, sensibilização e aumento de competência dos seus colaboradores.

Nesse contexto, a AdSA proporcionou, no ano 2008, acções de carácter institucional das quais se destaca a reunião geral de colaboradores, no dia 20 de Maio de 2008.

Essa reunião teve como principal objectivo a apresentação dos principais indicadores económico-financeiros da Empresa e explicitar os principais objectivos da Administração para 2008, desta forma apresentou-se um diagnóstico geral da Empresa.

Uma vez mais, estas acções revelam a preocupação por parte da Administração, em aumentar o espírito de equipa que é essencial ao bom funcionamento da Empresa.

3. Remunerações e Outros Encargos

Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 8º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

O montante total de remunerações, auferido pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foi o seguinte:

	Remuneração anual
Mesa da Assembleia Geral:	
- Presidente	0
- Vice-Presidente	0
- Secretário	0
Sub-total	0
Fiscal único:	
- Pricewaterhouse Coopers	13.000,00
Sub-total	13.000,00
Conselho de Administração:	
- Presidente do Conselho de Administração **	51.611,00
- Administrador executivo I *	70.168,10
- Vogal não executivo II **	34.589,20
Sub-total	156.368,30
TOTAL GERAL	169.368,30

Figura 38

* Inclui componente variável

** Valores entregues à AdP

4. Regulamentos Internos

A AdSA dispõe actualmente de uma série de regulamentos internos aprovados que resultaram de documentos genéricos corporativos preparados pelo Grupo e adaptados ao caso específico da AdSA, designadamente:

Manual de Avaliação de Desempenho

Manual de Acolhimento

Código de Conduta e Ética

Regulamento Interno de Valorização Profissional

Regulamento Interno de Utilização de Viaturas de Serviço do Grupo AdP

Regulamento de carreiras

Norma Complementar ao Regulamento Interno de Valorização Profissional

Política Retributiva nas Empresas Integradas na UNA-PD

Código de Conduta Empresas e VIH.

5. Informações sobre transacções relevantes com entidades relacionadas

PROCEDIMENTOS ADOPTADOS EM MATÉRIA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A empresa, durante o ano de 2008, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor sobre a matéria.

UNIVERSO DAS TRANSACÇÕES QUE NÃO TENHAM OCORRIDO EM CONDIÇÕES DE MERCADO

Não aplicável.

LISTA DE FORNECEDORES QUE REPRESENTEM MAIS DE 5% DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2008 ou mais de 5% do universo dos FS's da empresa.

Fornecedor	Valor	%
EDP DISTRIBUICAO ENERGIA	€ 422.010,90	10%
SISAQUA	€ 940.834,09	23%

Figura 39 – Lista de Fornecedores – 5% FSE

A AdSA não tem fornecedores, que no ano em análise, apresentem mais de um milhão de euros de imobilizado.

6. Análise de Sustentabilidade

6.1. Gestão do Capital Humano

6.1.1. Evolução do número de colaboradores

A AdSA iniciou o ano 2008 com 64 colaboradores e terminou o ano com 63 colaboradores, incluindo um membro do Conselho de Administração.

O gráfico seguinte permite visualizar a evolução do número de colaboradores da AdSA.

Evolução do Número de Colaboradores da AdSA no triénio 2006-2008

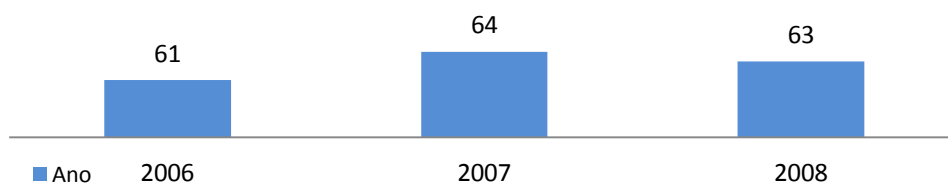


Figura 40 – Evolução do Numero de Colaboradores

Evolução Mensal do Nº de Colaboradores em 2008

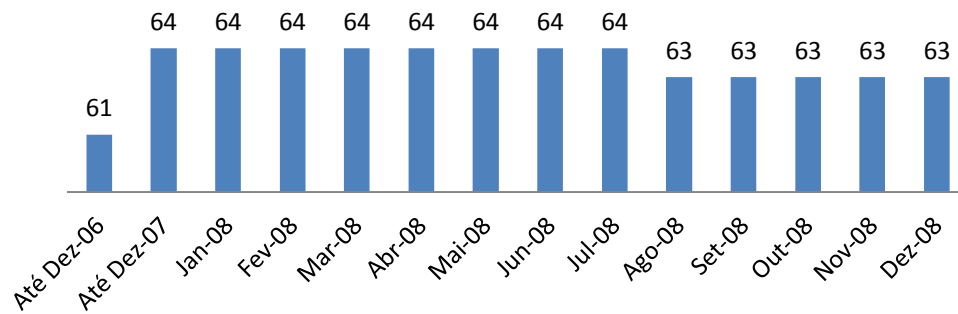


Figura 41 – Evolução Mensal do Número Colaboradores

Durante o ano 2008 verificou-se a saída de dois colaboradores por iniciativa própria, em Julho, e a contratação de um novo colaborador em Agosto, o que no total se salda pelo decréscimo de um colaborador.

6.1.2. Vínculo Laboral

O gráfico seguinte mostra a evolução do vínculo Laboral dos colaboradores da AdSA nos últimos 3 anos.

Evolução do Vínculo Laboral

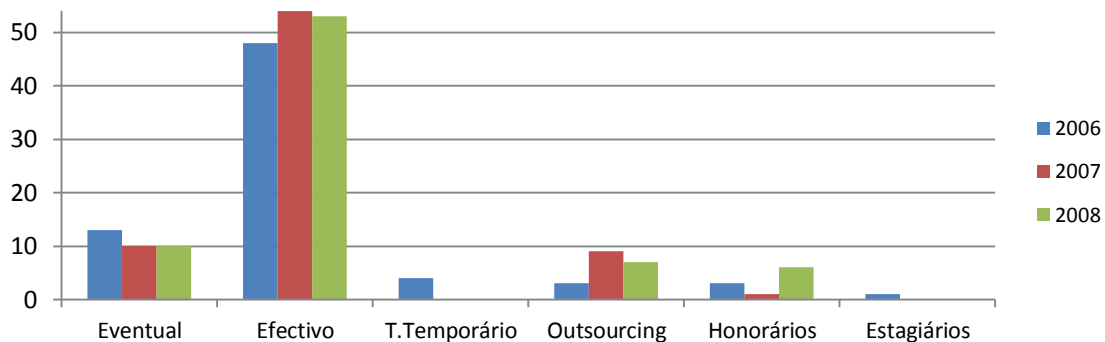


Figura 42 – Evolução do Vínculo Laboral

Considerando que o core business da Empresa é a gestão e exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável e industrial, de recolha e tratamento e rejeição de efluentes urbanos e industriais e de recolha, tratamento e destino final de resíduos industriais de Santo André, os contratos de prestação de serviços em vigor estão predominantemente associados a acções não permanentes na empresa que exijam mão-de-obra altamente especializada cuja competência não se justifica possuir dentro da empresa ou mão-de-obra não especializada de carácter temporário ou em áreas consideradas menos relevantes para o cumprimento dessa missão.

Relativamente à evolução verificada em 2008, à assinalar o acréscimo de colaboradores em regime de honorários correspondente a mão-de-obra especializada compensados pela diminuição de mão-de-obra verificadas na situação de outsourcing.

Aos números acima apresentados acresce a operação da ETAR de Ribeira de Moinhos, contratualizada com o Consórcio SISAQUA/CONSUGAL, envolvendo 17 pessoas.

Em conjunto, a totalidade do número de colaboradores foi de 93 pessoas.

6.1.3. Nível Etário

No final de 2008 as idades dos colaboradores variavam entre os 21 e os 64 anos de idade, sendo a média das idades de 36 anos, conforme se pode verificar no quadro e gráfico seguintes.

Distribuição por Nível Etário			
Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
18 – 24 anos	2	1	3
25 – 29 anos	9	1	10
30 – 34 anos	17	8	25
35 – 39 anos	6	3	9
40 – 44 anos	5	1	6
45 – 49 anos	2	2	4
50 – 54 anos	3	0	3
55 – 59 anos	1	1	2
Acima dos 59 anos	1	0	1
TOTAL	46	17	63
MÉDIA ETÁRIA			36

Figura 43 – Nível Etário

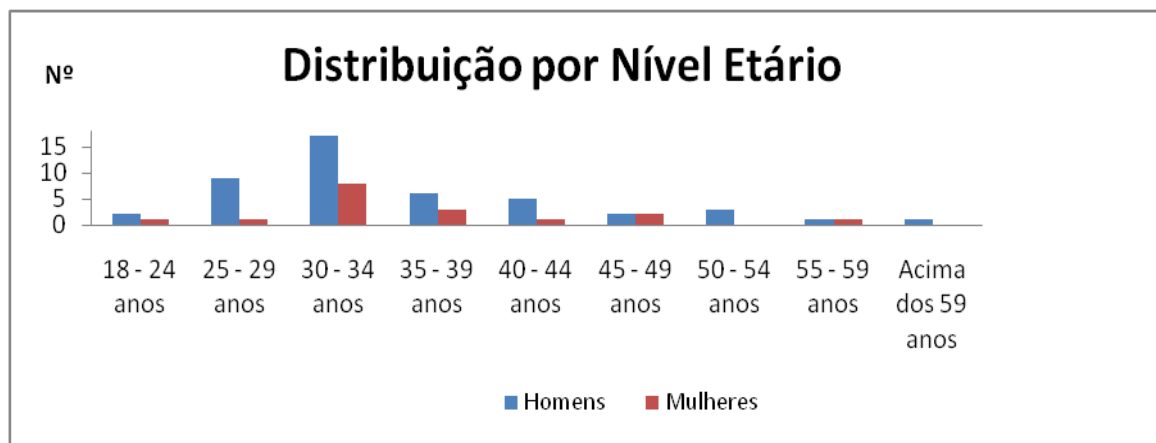


Figura 44 – Distribuição por Nível Etário

	2006	2007	2008
Média de Idades	34	34	36

Figura 45 – Média de Idades dos colaboradores da AdSA

6.1.4. Níveis de habilitação

No que diz respeito à habilitação académica e profissional dos colaboradores, na tabela foi atribuído um coeficiente de ponderação de 1 a 7 de acordo com o grau académico, e calculado para um valor médio ponderado, do grau académico da globalidade dos colaboradores.

De acordo com esse valor médio, verificou-se uma aproximação ao escalão do Ensino Secundário.

Distribuição por Níveis de Habilitação					
Nível de Habilitação	Coef.	Homens	Mulheres	Total	Peso Ponderado
S/Habilitação	1	0	1	1	1
1º Ciclo	2	3	0	3	6
2º Ciclo	3	5	0	5	15
3º Ciclo	4	15	1	16	64
Ensino Secundário	5	16	6	22	110
Ensino Superior Universitário	6	6	7	13	78
Pós-Graduações	7	1	2	3	21
TOTAL		46	17	63	295
MÉDIA PONDERADA					4,7

Figura 46 – Níveis de Habilitação

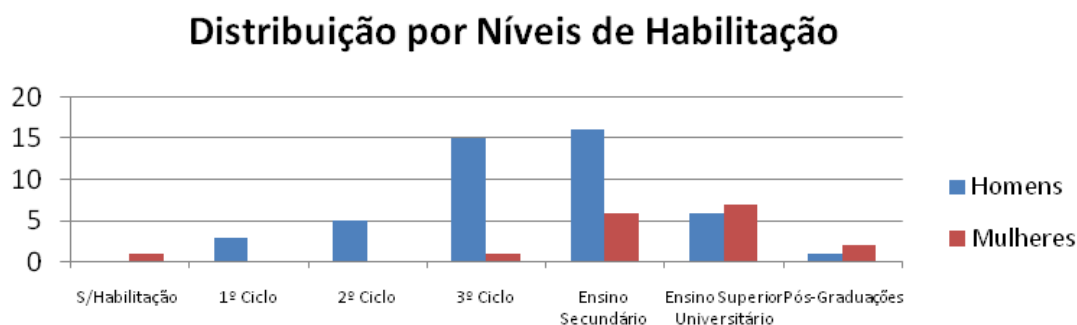


Figura 47 – Distribuição por Níveis de Habilitação

	2006	2007	2008
Nível médio de Habilitações	Ensino Secundário	Ensino Secundário	Ensino Secundário

Figura 48 – Nível Médio de Habilitações

A AdSA tem como objectivo qualificar o seu Capital Humano, incentivando os seus colaboradores a estudarem e se valorizarem, facultando o Estatuto de Trabalhador Estudante. Neste contexto, em 2008, o número de horas dispensadas para colaboradores que usufruíram do Estatuto de Trabalhador Estudante foi de 1.332 horas, correspondendo a parte dos anos lectivos 2007/2008 e 2008/2009, num total de 9 colaboradores.

6.1.5. Evolução dos Custos com o Pessoal

O enquadramento salarial encontra-se de acordo com as tabelas salariais de referência do Grupo AdP, apresentando-se na figura seguinte a evolução da massa salarial nos últimos três anos.

Evolução dos custos com o pessoal (Euros)

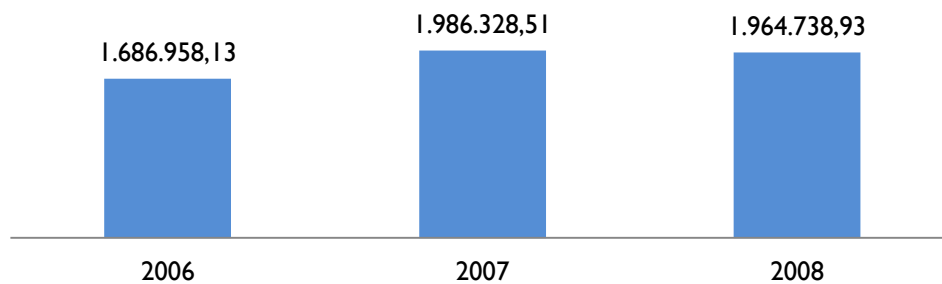


Figura 49 – Evolução dos Custos com o pessoal

6.1.6. Absentismo

A taxa de absentismo tem vindo a crescer, tendo-se verificado em 2008, um acréscimo mais acentuado, devido aos seguintes tipos de falta:

Tipos de Falta consideradas no Absentismo

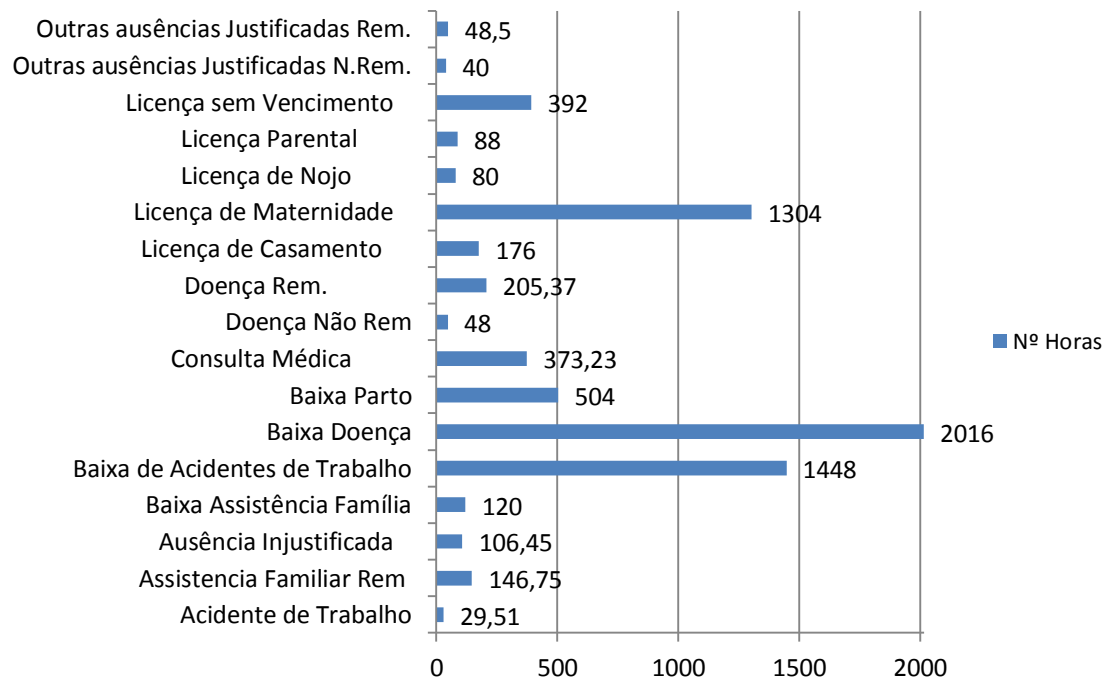


Figura 50 – Faltas consideradas Absentismo

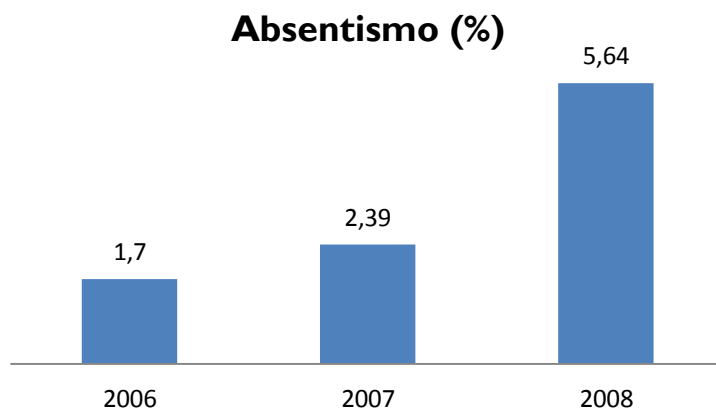


Figura 51 – Percentagem de Absentismo

6.1.7. Acidentes de Trabalho

Acidentes de Trabalho / Ano 2008	s/ baixa	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Mais de 30 dias de baixa	Mortais
Número de acidentes	3	0	1	2	0
Número de dias perdidos com baixa	0	0	4	257	0
Número de dias perdidos com baixa, ref. a acidentes ocorridos no ano anterior	0	0	0	0	0

Figura 52 – Acidentes de Trabalho

Em 2008 registaram-se 6 acidentes de trabalho, todos envolvendo operadores de exploração ou manutenção. Estes acidentes enquadram-se maioritariamente (quatro casos) em situações de más posturas no manuseamento de equipamentos ou deslocação em pavimento irregular ou escorregadio. Os restantes dois casos resultaram, designadamente, da queda de um objecto sobre a cabeça e da projecção de uma rectificadora sobre a testa do operador, devido a constrangimentos especiais no local de trabalho.

6.1.8. Formação

A formação profissional, parte integrante das actividades da AdSA e sempre presente nas prioridades e preocupações dos seus responsáveis, procura enriquecer continuamente o Capital Humano, enfatizando a criação/inovação contínua e agregação de valor através do desenvolvimento das pessoas, da gestão do conhecimento e do capital intelectual.

A Empresa executa os seus programas anuais de formação, previamente elaborados, de acordo com as necessidades que o desenvolvimento das actividades nas respectivas áreas de negócio de intervenção aconselha. As acções de formação foram classificadas de internas e externas, sendo as internas as que são elaboradas pelos próprios recursos de AdSA, e externas as efectuadas através de outras organizações.

Em 2008, foram proporcionadas aos colaboradores 2.284 horas de formação, envolvendo 223 participações referentes a um total de 61 participantes.

Acções/Formações realizadas em 2008						
Acção/Formação	Tipo	Entidade Formadora	Entidade	Duração Formação (Horas)	N.º de Participantes	Total de Horas
18º SMAGUA - Salão Internacional da Água	Formação	Feria Zaragoza	Externa	24	3	72
1º Workshop de Seguros Grupo Águas de Portugal / MDS	Workshop	AdP	Externa	8	1	8
2ª Conferência de Resíduos - Novas Políticas, Novos Negócios	Conferência	About Blue	Externa	8	1	8
A Evolução do Sector da Água e Saneamento - Perspectivas Futuras	Encontro Debate	APDA	Externa	4	1	4
Amostragem de Águas para Consumo Humano	Workshop	Relacre	Externa	8	1	8
Aplicação de Benchmarking e Indicadores de Desempenho nos Serviços de Águas e Águas Residuais	Formação	Fundec	Externa	8	1	8
As Grandes Novidades do Código dos Contratos Públicos	Seminário	AdP Formação	Externa	8	5	40
Avaliação da Qualidade de Serviço no Abastecimento de Água e no Saneamento	Seminário	APDA	Externa	7	2	14
Avaliação de Desempenho 2007	Sessão de Trabalho	AdP	Externa	3	5	15
CCP	Formação	AdNA	Externa	12	10	120
Consolidação de Contas	Formação	CTOC	Externa	16	1	16
Contrato-Quadro Grupo AdP-Leaseplan	Workshop	AdP	Externa	4	1	4
Directiva Quadro da Água	Sessão de Trabalho	AdP	Externa	4	3	12
Equipamento de Protecção Individual	Formação	AdSA	Interna	4	54	220
Excel - Nível Básico e Intermédio	Formação à Distância	Global Estratégias	Externa	35	7	245
Expo Água 2008	Conferência	Jornal Água&Ambiente	Externa	8	1	8
Gestão de Lamas de ETAR e ETA	Formação	APDA	Externa	7	2	14
Gestão de Resíduos	Seminário	Indaver	Externa	8	1	8
IFRS	Sessão de Trabalho	AdP	Externa	16	4	64
II Ciclo de Benchmarking e Boas Práticas 2008/2010	Sessão Técnica	XZ Consultores	Externa	4	4	16
Licença de condução de viaturas pesadas	Licença de condução	Escola Miróbriga	Externa	32	2	64
Medição de Caudais	Sessão Técnica	Lnec	Externa	3	2	5
Medição de Caudais	Seminário	ABB	Externa	8	2	16
Mestrado em Manutenção	Mestrado	ISQ	Externa	470	1	470
Metacase	Formação	AdP	Externa	9	2	17
Novo Código dos Contratos Públicos	Formação	IFE	Externa	14	1	14
Os Sistemas de Informação na Modernização do Sector da Água em Portugal	Encontro Técnico	APDA	Externa	7	5	35
Perspectivar o futuro da gestão das águas residuais em meio urbano	Seminário	SimTejo	Externa	8	1	8
Plataforma Concursos Públicos	Formação	AdP	Externa	4	1	4
SUB-TOTAL					125	1537

SUB-TOTAL (transporte)					125	1537
Prevenção e Controlo Integrados da Poluição	Seminário	APA	Externa	8	1	8
Procedimento de Segurança nas Esteiras de Oleodutos da ZILS	Formação	AdSA	Interna	1	23	23
Procedimentos de Emergência na ETA	Formação	AdSA	Interna	3	12	36
SAP - Módulo de Gestão de Tempos	Formação	AdP	Externa	16	1	16
SAP - Módulo PS	Formação	AdSA	Interna	7	5	36
Segurança na Condução de Empilhadores	Formação	Bureau Veritas	Externa	16	31	484
Sessão de Informação e Debate sobre Relatórios de Sustentabilidade	Sessão	BSCD	Externa	4	1	4
Sistema de Gestão da Responsabilidade Social	Sessão de apresentação	Bureau Veritas	Externa	4	2	8
Sistema de Manutenção e Gestão de Activos - Máximo	Sessão de Trabalho	AdP	Externa	4	5	20
Sistema SIG Águas de Gaia	Visita	Águas de Gaia	Externa	8	3	24
Sistemas de Gestão, Qualidade, Segurança, Ambiente e Responsabilidade Social	Seminário	Piaget	Externa	6	4	24
Situação actual do Sistema SAP R/3	Sessão	AdP	Externa	4	1	4
Taxa de Recursos Hídricos	Formação	AdP	Externa	4	3	12
Utilização do "ACQUA" para Elaboração do PCQA	Sessão de Trabalho	AdP	Externa	4	2	8
Visita Técnica no âmbito do Projecto Máximo	Visita	AdSA	Externa	16	2	32
Workshop de Lançamento do Projecto Aquapath	Workshop	IST	Externa	4	2	8
TOTAL					223	2284

Figura 53 – Acções/Formações realizadas

Durante o ano de 2008 os colaboradores da AdSA, frequentaram 44 acções de formação profissional externas, num total de 129 participações e 1969 horas, bem como quadro acções de formação profissional interna, abrangendo 94 participantes, num total de 315 horas.

Assim, o total de horas de formação interna e externa foi de 2284 horas, valor este superior ao estipulado por lei que, para o número de colaboradores da Empresa, seria de 2205 horas. Esta situação evidencia a aposta da AdSA no reforço de competências do seu capital humano.

	2006	2007	2008
Formação (Horas)	3.641,0	2.676,5	2.284,0

Figura 54 – Total do N.º de Horas Formação por ano

A AdSA tem igualmente incentivado e apoiado a frequência de cursos de pós-graduação e mestrados em áreas de interesse para o bom desempenho das suas funções e objectivos da Empresa, tendo em 2008 apoiado e suportado financeiramente os respectivos custos de propinas, inscrições e deslocações, conforme quadro seguinte:

Figura 55 – Pós-graduações/mestrados

Curso	Início
Mestrado em Ciências de informação geográfica	2006
Pós graduação em Gestão da Manutenção	2007
Mestrado em Engenharia do Ambiente	2008
Mestrado em Engenharia dos Recursos Hídricos	2008
Dissertação de Mestrado em Engenharia Sanitária	2008

6.2. Controlo de Risco

A Águas de Santo André, S.A. (AdSA) encontra-se exposta a um conjunto de riscos, que resultam da sua actividade. A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem significativamente afectar o conjunto dos seus activos (pessoas, equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações), e deste modo pôr em risco, os seus objectivos estratégicos. A AdSA e em particular o seu Conselho de Administração dedicam grande atenção aos riscos inerentes à sua actividade.

A gestão de risco, enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de Gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da AdSA.

A abordagem aos riscos financeiros e operacionais é assegurada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da actividade. Assim, enquanto a Gestão Financeira monitoriza o risco de taxa de juro, a Direcção de Sistemas de Informação é responsável pela manutenção de políticas de controlo adequadas relativas à gestão das tecnologias de informação, controlos de acessos físicos e lógicos e continuidade dos sistemas.

6.2.1. Risco Operacional

Dentro do risco operacional, encontram-se catalogados como mais relevantes, os riscos relacionados com a qualidade de serviço (e interrupção do serviço) e respectivas tarifas, a integração e manutenção dos activos da concessão e as alterações climáticas.

QUALIDADE DE SERVIÇO (INTERRUPÇÃO DE SERVIÇO) E TARIFAS

A AdSA tem efectuado um elevado esforço no sentido de se dotar de ferramentas (tecnologia) que permitam monitorar o serviço prestado, mantendo elevados padrões no que diz respeito à sua qualidade. Saliente-se que a actividade desenvolvida pela AdSA está regulada por um conjunto de leis e regulamentos de elevada exigência, que vão desde a qualidade de serviço até à definição das tarifas a cobrar pelos nossos serviço, e que as nossas políticas passam por assegurar que estas sejam escrupulosamente cumpridas.

GESTÃO DE ACTIVOS E INTEGRAÇÃO DE ACTIVOS

Sendo esta uma actividade de capital intensivo, resultado de significativos volumes de investimentos em infra-estruturas, a correcta identificação e manutenção dos activos afectos à operação, torna-se crítica na gestão do dia-a-dia da empresa. A AdSA tem em curso diversos projectos, no sentido de tornar mais eficaz e mais eficiente a gestão dos seus activos. Estes projectos passam para além da sua correcta identificação e inventariação, pelo desenvolvimento de projectos de avaliação dos activos e pela implementação de novas ferramentas informáticas que auxiliam o controlo da sua manutenção.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Dado a natureza dos principais clientes da AdSA – Industrias - para as quais se prossegue uma política de zero falhas de abastecimento, a garantia das origens é um factor determinante.

Tendo em consideração que o sistema de abastecimento de água Industrial se apoia numa captação de água no rio Sado, cuja disponibilidade em termos de quantidade e qualidade é fortemente influenciada pelas condições climáticas, os riscos de alterações climáticas conduzem à adopção de um regime de exploração do reservatório de regularização, a Albufeira de Morgavel, a níveis superiores aos estritamente necessários em regime normal, com consequente aumento de perdas por evaporação e por infiltração. Esta situação condiz a sobre custos na produção, para além de um aumento do risco potencial de falhas na origem.

6.2.2. Risco Financeiro

As actividades da AdSA estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (nomeadamente o risco de taxa de juro), risco de crédito e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, recorrendo a instrumentos financeiros estruturados.

A gestão de riscos financeiros da AdP é efectuada centralmente pela Holding do Grupo, com aprovação prévia do Conselho de Administração.

RISCO DE MERCADO

Centrando-se a actividade da empresa basicamente em 4 produtos: água Industrial; água Potável; água Residual e resíduos Industriais, e uma vez que a actividade de resíduos industriais se encontra suspensa desde 2005 por insuficiência do respectivo sistema, o universo da actividade está reduzido e concentrado nas restantes três áreas.

Por outro, a produção e distribuição de água industrial, é de longe a principal actividade da AdSA, representando cerca de 50% do Volume médio de Negócios da AdSA (46% em 2008).

Relativamente aos outros serviços a água residual representa cerca de 35% do Volume médio de Negócios da AdSA (38% em 2008) e a água potável cerca de 15% (16% em 2008).

Daqui se conclui que, de um ponto de vista de serviços prestados a AdSA está muito dependente da água Industrial, o que representa uma fragilidade face às evoluções tecnológicas e objectivos genéricos das empresas de melhor utilização e poupança deste recurso.

Por outro lado, e da análise ao universo dos clientes servidos pelo sistema de Santo André, verifica-se que o volume de negócios da AdSA é gerado essencialmente por um reduzido número de clientes, concentrados na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), nomeadamente grandes indústrias, Galp Energia, a Repsol Polímeros e EDP Produção de Energia e Calor. Esta dependência é justificada pelo facto de o Sistema de Santo André, na sua génese, ter sido projectado para servir a ZILS.

No que concerne ao ano de 2008, 86% do Volume de Negócios da AdSA foi gerado pelas empresas sitas na ZILS, 7% pelos Municípios de Santiago do Cacém e Sines e 7% pelo Centro Urbano de Vila Nova de Santo André. O ano de 2008 confirma e iguala a média dos valores registados no triénio de 2006 a 2008.

É de salientar o facto que os três principais clientes da AdSA - Galp Energia, a Repsol Polímeros e EDP Produção de Energia e Calor – contribuíram, em 2008, para 79% do volume de negócios da AdSA, liderados pela Petrogal com 47%.

A Repsol Polímeros apresentou uma quota de 23%, inferior à de anos anteriores, pelo facto de ter sofrido uma paragem em Novembro e Dezembro de 2008. A EDP, pelo seu lado, apresentou uma quota de 9%, e tem vindo a demonstrar uma tendência de aumento no ranking dos principais clientes, face a um progressivo aumento nos consumos de água industrial.

Em todo o caso, e como conclusão, uma das principais fragilidades da AdSA, de um ponto de vista de mercado é o restrito número de grandes clientes, de cuja prestação de serviços está fortemente dependente.

Esta constatação conduziu à necessidade de procurar alargar o nº de produtos disponíveis e diversificar clientes. Este último objectivo é complementado com a necessidade de fidelização de clientes, através de contratos de longo prazo, com níveis mínimos de prestação de serviços garantidos.

RISCO DE TAXA DE JURO

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo, está orientada para uma redução dos encargos financeiros e redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros estruturados.

RISCO DE CRÉDITO

As principais fontes de risco de crédito são i) clientes e ii) depósitos bancários e aplicações financeiras.

A AdSA, sendo um caso particular das empresas da unidade de negócio UNA-PD tem como parceiros de negócio os municípios que, neste caso, apenas clientes da empresa. Como é do conhecimento generalizado, uma parte significativa dos municípios nacionais atravessam significativas dificuldades de tesouraria. Estas dificuldades têm repercussão directa nos recebimentos do Grupo pelos serviços prestados.

No caso concreto da AdSA, os municípios envolvidos são Santiago do Cacém e Sines, os quais, para além das dificuldades financeiras referidas, defendem motivos históricos que justificariam um tratamento privilegiado no que diz respeito a tarifas aplicadas e, num dos casos, não reconhecendo sequer a facturação apresentada.

A Administração da AdSA tem efectuado esforços significativos no sentido de promover a regularização destas situações, estando por um lado a promover a celebração de acordos relativos às situações passíveis de haver entendimento e a instaurar processos por injunção nos restantes casos

Esta situação constitui um risco significativo face aos elevados montantes em dívida, porém, no cômputo global da empresa apenas representa um risco moderado, pelo facto de o volume de negócios com as autarquias representar apenas cerca de 10% do volume total de negócio da empresa.

Relativamente às instituições financeiras, o grupo AdP selecciona as contrapartes com base nas notações de rating emitidas pelas entidades independentes de referência, bem como pelo histórico do relacionamento comercial entre as partes.

RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão do risco de liquidez assenta na manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar o desenvolvimento normal da actividade das empresas.

Pelo facto de a AdSA não se encontrar em fase de investimentos e dispor de resultados transitados positivos relativamente confortáveis o risco de liquidez é actualmente muito reduzido.

6.2.3. Risco Regulatório

Como prestadores de um serviço público, o Grupo AdP opera num ambiente altamente regulado pelo IRAR (Instituto Regulador de Águas e Resíduos). Esta instituição, mandatada pelo Governo, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados.

Na tentativa de balancear o interesse público no que concerne ao adequado acesso aos serviços prestados e o interesse em gerar resultados que satisfaçam e remunerem o capital investido dos accionistas, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow do Grupo AdP, com todas as consequências adversas que daí resultam. Tal é o caso da AdSA, em que 90% do volume de negócio é estabelecido com as indústrias da Zona Industrial e Logística de Sines, as quais apresentam uma flutuabilidade de consumos e pedidos de prestação de serviços, directamente dependentes das condições de mercado. Nestas condições a regulação de tarifas exercida pelo IRAR, em moldes clássicos, orientada exclusivamente segundo o primado do interesse público e na garantia do acesso aos serviços prestados, pode constituir um risco no equilíbrio financeiro da empresa.

6.3. **I & D e Inovação**

Melhoria da Qualidade de Produto

Ensaio de uma unidade piloto de electrodiálise reversível (EDR) para desmineralização da água produzida na ETA de Morgavel - Para ir de encontro à satisfação das necessidades dos seus clientes, AdSA promoveu a realização de um ensaio de Electrodiálise Reversível (EDR) em colaboração com a GE Waters para desmineralização da água produzida na ETA de Morgavel. O ensaio decorreu durante aproximadamente 2 meses e no final foi feita uma apresentação das conclusões aos maiores Clientes para verificarem a eficácia desta tecnologia. O resultado deste ensaio demonstrou uma boa eficiência na remoção de sais minerais e que este tratamento adicional poderá ser utilizado no futuro. O investimento neste projecto ronda os 35000 euros.

Energias Renováveis

Instalação de torre de medição de potencial eólico - Em colaboração com o CEEETA (Centro de Estudos em Economia da Energia, dos Transportes e do Ambiente) e INEGI (Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial), realização de ensaio com torre eólica em Monte Chãos. Este ensaio consistiu na recolha de dados durante o período de Janeiro de 2008 a Janeiro de 2009. O INEGI está a estudar os elementos recolhidos do qual resultará um relatório final sobre a potencialidade eólica de Monte Chãos. O investimento na torre e nos estudos ronda os 25000 euros.

Projecto de Instalação de Micro-hídricas - AdSA submeteu a apreciação da DGGE e obteve aprovação para o licenciamento de quatro micro-hídricas em infra-estruturas AdSA;

Comunicações e Telegestão

Ensaio de comunicações por micro-ondas - Realização de um ensaio de comunicação por micro-ondas em colaboração com a Aquasis. O objectivo foi o de avaliar se com esta tecnologia várias infra-estruturas AdSA (ETA, Monte Chãos, COSA) poderiam comunicar entre elas através de um processo fiável, com um desempenho superior ao actual e a custos competitivos. O resultado foi positivo e o novo sistema poderá ser implementado durante 2009. O investimento realizado em 2008 ascende a € 7.000,00.

7. Código de Ética

Código de conduta e ética

O Grupo AdP acredita que a concretização dos seus interesses de longo prazo no desempenho da missão que lhe foi cometida pelo Estado Português. Está necessariamente alicerçada no estrito cumprimento dos mais elevados padrões de conduta ética.

O Código de Conduta e Ética do Grupo AdP vem expressar o compromisso do Grupo com todos aqueles que se relacionam com as empresas do Grupo nas suas actividades comerciais, institucionais e sociais, e que têm, por isso, interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética das empresas do Grupo AdP e dos seus colaboradores.

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflecte a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de um grupo empresarial que assume como princípios estruturantes da sua acção o respeito pelos direitos dos colaboradores, a responsabilidade da defesa e protecção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

O Código é aplicável a todas as empresas e vincula todos os colaboradores do Grupo AdP, independentemente da sua função ou posição. O referido Código encontra-se disponível para consulta no site institucional do Grupo, no endereço:

<http://www.adp.pt/content/index.php?action^detailfo&rec=2180&t=Código-de-Conduta-e-Etica>.

Valores éticos do Grupo AdP e Princípios de Actuação

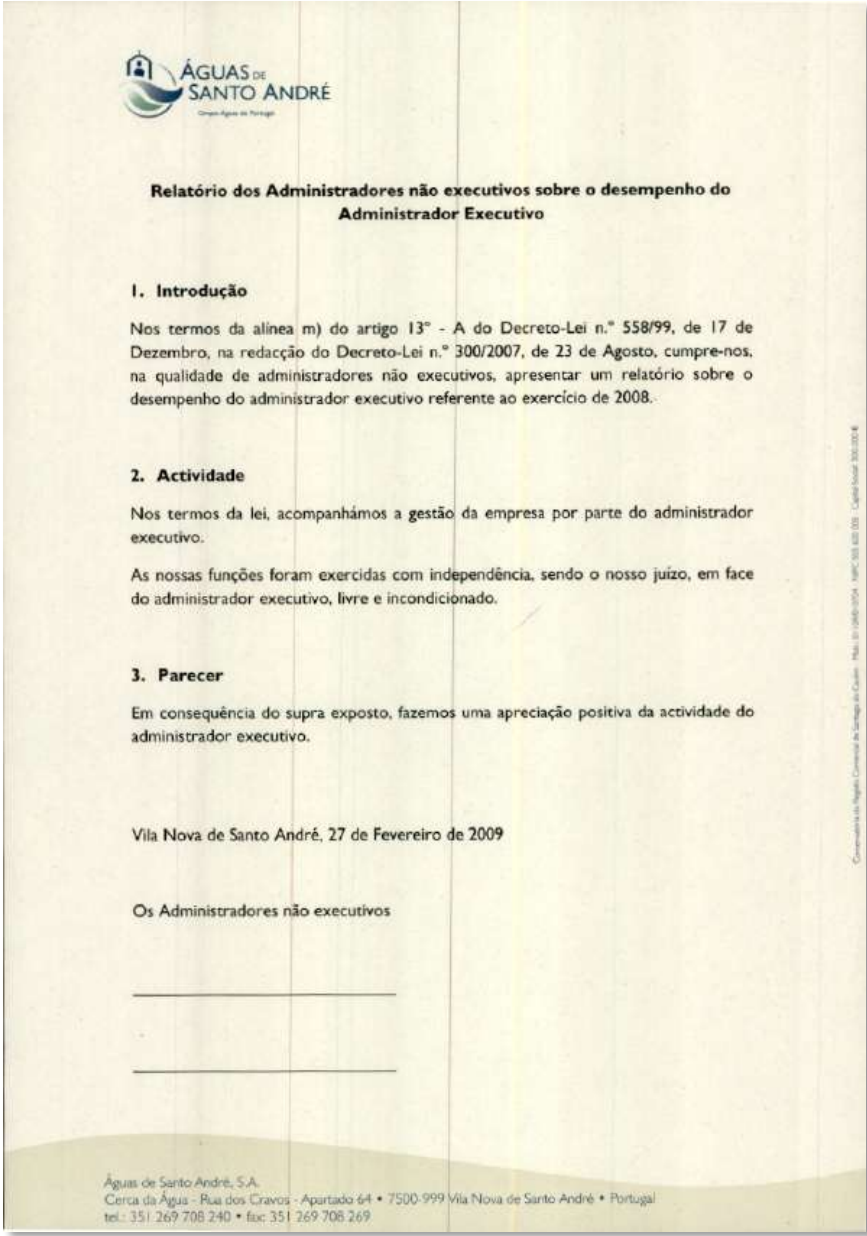
O Grupo AdP tem como **Valores** Centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes **Princípios**:

- Respeito e protecção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos colaboradores
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e protecção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

8. Relatório dos Administradores Não Executivos



 **ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ**
Comunidade de Rega

Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho do Administrador Executivo

1. Introdução

Nos termos da alínea m) do artigo 13º - A do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, cumpre-nos, na qualidade de administradores não executivos, apresentar um relatório sobre o desempenho do administrador executivo referente ao exercício de 2008.

2. Actividade

Nos termos da lei, acompanhámos a gestão da empresa por parte do administrador executivo.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo o nosso juízo, em face do administrador executivo, livre e incondicionado.

3. Parecer

Em consequência do supra exposto, fazemos uma apreciação positiva da actividade do administrador executivo.

Vila Nova de Santo André, 27 de Fevereiro de 2009

Os Administradores não executivos

Águas de Santo André, S.A.
Cerca da Água - Rua dos Cravos - Apartado 64 • 7500-999 Vila Nova de Santo André • Portugal
tel.: 351 269 708 240 • fax: 351 269 708 269

Comunidade de Rega - Conselho de Rega de Santo André - Rua 10 de Junho 2004 - 7500-999 Vila Nova de Santo André - Portugal

B. ACTIVIDADE DA EMPRESA

I. Introdução

Política de Gestão Integrada

Decorrente da Missão definida para a AdSA e da Visão Estratégica da Administração, esta estabeleceu a seguinte Política de Gestão Integrada, como um conjunto de grandes objectivos, coerentes e interactivos, contribuindo para a prossecução da Missão. Assegurar a satisfação das necessidades de todos os clientes e em todas as vertentes da actividade da Empresa, numa perspectiva de melhoria contínua:

- Abastecimento de água para consumo humano sem falhas, nas quantidades solicitadas e com a qualidade exigida pela legislação em vigor, tanto “em baixa”, fornecida directamente à população, como “em alta”, fornecida às Câmaras Municipais;
- Abastecimento de água industrial sem interrupções, de forma a assegurar a laboração normal das empresas industriais da região;
- Tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e industriais de acordo com a legislação vigente e dentro dos parâmetros impostos pela Licença de Descarga aprovada;
- Recepção dos resíduos industriais produzidos pelas empresas da região promovendo a sua triagem, valorização e/ou armazenagem e encaminhamento para destino final adequado.

Todas e cada uma das actividades principais da Empresa serão desenvolvidas em condições de total respeito pelo Ambiente e pela qualidade de vida das populações actuais e das gerações vindouras, com especial ênfase na preocupação pela garantia das melhores condições de trabalho dos colaboradores e da qualidade do serviço prestado, procurando, simultaneamente:

- Promover acções de melhoria contínua da actividade, em todas as áreas de intervenção da Empresa, a fim de assegurar que a Águas de Santo André seja reconhecida como uma empresa segura, saudável e transparente em todas as suas áreas de actividade e influência, e promover o bem-estar e satisfação dos colaboradores da Empresa em todos os aspectos pessoais, profissionais e humanos e, ainda, garantir a satisfação da sociedade envolvente e das entidades oficiais, quer pela qualidade do serviço prestado quer pela garantia do cumprimento das normas ambientais, laborais, sociais e fiscais em vigor;
- Responder às exigências dos accionistas da Empresa, assegurando o seu desenvolvimento e a sua sustentabilidade económica e financeira, de acordo com os requisitos do Contrato de Concessão, quer pelo melhor desempenho das competências actuais quer pela expansão geográfica e procura de novos mercados.

Sistema de Gestão Integrado

A Consultoria contratada para este fim, terminou no final de 2007, sem que os objectivos tenham sido atingidos. Na ausência de redefinição de estratégia para superar as dificuldades identificadas, e enfrentando a empresa outras situações que exigiam a canalização dos seus recursos, bem como a aproximação de uma reestruturação orgânica importante, o projecto de implementação do SGI, iniciado em 2006, passou por uma fase de significativo abrandamento durante a maior parte do ano de 2008, resumindo-se essencialmente à preparação do relançamento do projecto previsto para 2009. No final de 2008, o ponto de situação para cada um dos subsistemas de gestão era o seguinte:

Subsistema de Gestão da Qualidade

De forma a concluir os trabalhos previstos no Contrato de Consultoria, terminado no final de 2007, foi realizada uma acção de sensibilização no âmbito da Gestão da Qualidade em Março.

No segundo semestre, foi lançada a consulta de mercado para aquisição de serviços de consultoria com vista ao relançamento do projecto de implementação do Sistema de Gestão integrado, com a submissão à Administração do relatório de análise das propostas recebidas, para aprovação no início de Dezembro.

Em Novembro realizou-se uma visita da equipa de Qualidade da AdSA à Águas do Cávado, seguida da participação numa sessão de benchmarking com a Coordenadora do SRE dessa empresa, que resultou na partilha de experiências, debate de dificuldades e pontos críticos e na recolha de algumas ideias importantes para o sucesso no relançamento do projecto, em preparação.

Subsistema de Gestão Ambiental

No âmbito deste subsistema foi dado particular ênfase ao licenciamento ambiental das várias actividades da empresa com particular incidência no licenciamento do domínio hídrico e licenciamento da instalação do aterro industrial da AdSA.

No âmbito do domínio hídrico foi dada continuidade às negociações com a CCDR e posteriormente com ARH, tendo em vista a obtenção das concessões para a captação de água subterrânea e superficial, bem como da licença de descarga de águas residuais.

Iniciaram-se contactos tendo em vista o lançamento de uma campanha para a recolha selectiva de óleos usados na Cidade de Vila Nova de Santo André.

Subsistema de Gestão da Segurança

Encontra-se parcialmente concluído o levantamento de segurança e estão em desenvolvimento os programas de gestão associados.

Foi contratada em Fevereiro uma prestação de serviços, com a colaboração de dois Técnicos de Segurança, um deles, Técnico Nível III, a tempo inteiro, que permitiu efectivamente um melhor desenvolvimento das várias actividades do serviço, e acompanhamento de trabalhos no terreno.

Concluiu-se o processo de aquisição de novos fardamentos e equipamentos de protecção individual de acordo com o Regulamento de Fardamento e Equipamento de Protecção Individual da AdSA, tendo sido dada uma acção de sensibilização para o seu conhecimento e bom uso.

Concretizou-se a aquisição de serviços especializados em Segurança Contra Incêndios, tendo-se procedido à revisão e classificação completa de todo o equipamento extintor das instalações e viaturas, bem como elaboração do sistema documental de controlo.

Ao longo de 2008 deu-se continuidade ao desenvolvimento dos planos de segurança e emergência para algumas instalações e procedimentos e instruções de trabalho com vista a melhorar as boas práticas de segurança na empresa.

Um volume de trabalho importante foi a preparação de Planos de Segurança e Saúde e acompanhamento de diversas obras a decorrer, promovidas pela AdSA.

Uma obra que se destaca foi a implementação dos Equipamentos de Protecção Colectiva na ETAR de Ribeira de Moinhos, nomeadamente, varandins, plataformas, guarda-corpos e passadiços, traduzindo-se numa importante melhoria nos níveis de segurança de toda a instalação.

Foi também efectuado planeamento de segurança para algumas intervenções de manutenção importantes no sistema, que envolveram a colaboração com entidades externas.

Foi realizada formação interna para implementação do Procedimento de Segurança nas Esteiras de Oleodutos da Zona Industrial de Sines.

Foi realizada formação em segurança na condução de empilhadores para todos os colaboradores que exercem essas funções, bem como verificações de segurança e proposta de melhorias nestes equipamentos.

Desde Setembro, a responsável do SSHT tem participado nas reuniões mensais de coordenação de segurança das obras de edificação e infra-estruturação da Zona 2 da ZILS, gerida pela AICEP – Global parques.

Subsistema de Gestão da Responsabilidade Social

No âmbito deste subsistema e de acordo com o programa inicialmente aprovado foram realizadas várias acções internas e externas, designadamente:

Reunião Geral de colaboradores, comemoração do dia da Empresa, realização de um Magusto, e a Festa de Natal.

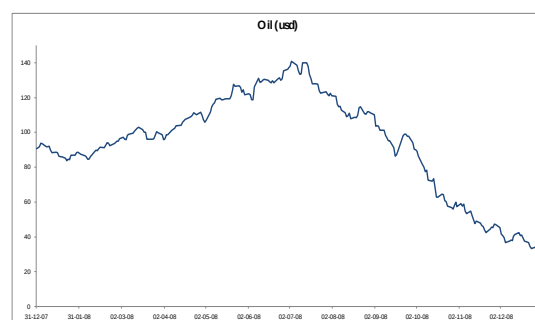
Ao nível externo participou-se em várias acções de cariz ambiental e social, designadamente: limpeza das praias, passeio todo o terreno, 2º grande prémio de karting, acção de sensibilização sobre a protecção da natureza e do meio ambiente promovida pelo destacamento territorial de Santiago do Cacém da Guarda Nacional Republicana, recolha de roupas e brinquedos e dois lanches de natal destinados a instituições de solidariedade social.

Os trabalhos de implementação do SGI recomeçarão em Fevereiro de 2009, com o início da prestação de uma nova equipa de consultores, que vem reforçar os recursos e ferramentas disponíveis, sobretudo na vertente da Qualidade, bem como de uma assessoria da Administração para este fim, sendo o objectivo estabelecido pela Administração, submeter a candidatura à certificação nas componentes de Qualidade e Ambiente no final desse ano.

2. Enquadramento Macro Económico

Global

Em 2008 a economia mundial deverá ter crescido ente 3,4% e 3,7% (5% em 2007), como resultado da crise global que assola o mundo. A evidência da sobreavaliação generalizada de activos que suportavam muitas emissões de dívida ocasionaram, numa sequência vertiginosa e assustadora, a fragilidade do paradigma financeiro que sustentou o crescimento económico mundial nos últimos anos. A inevitável e consequente crise de confiança que se instalou, ocasionaram a queda das bolsas e a falência de algumas instituições financeiras e à subsequente intervenção dos governos americanos e europeus tentando minimizar estes impactos. O contágio desta crise na chamada economia real, levou ao desacelerar do crescimento económico em 2008 (com particular incidência no segundo semestre), sendo que as previsões para 2009 são ainda mais negras do que os dados reais já divulgados em 2008. Consequência do decréscimo da actividade económica é a diminuição da procura de petróleo e a inerente descida do seu



preço nos últimos 5 meses do ano. Saliente-se que tendo em conta apenas os dados do quatro trimestre de 2008, muitas economias se encontram já em situação de recessão técnica.

União Europeia

De acordo com projecções macroeconómicas o PIB da zona Euro em 2008 deverá oscilar entre 0,8% e 1,2% (2,8% em 2007), sendo que as perspectivas no próximo ano serão de crescimento nulo ou negativo. O Banco Central Europeu, à semelhança de outros bancos centrais, no sentido de impulsionar o consumo e o investimento, e assim evitar ao máximo cenários de recessão, baixou por três vezes nos últimos três meses de 2008 as taxas de juro (50 pontos base (p.b) em Outubro e Novembro e 75 p.b. em Dezembro). A taxa de inflação da zona euro em 2008 deverá rondar os 1,6% (2,1% em 2007). O desemprego tem vindo a aumentar nos últimos meses do ano situando-se à volta de 7,8% (7,1% em 2007), e os índices das principais bolsas europeias fecharam o ano com quedas significativas, situações por si só indicativas do “arrefecer” da economia.

Portugal

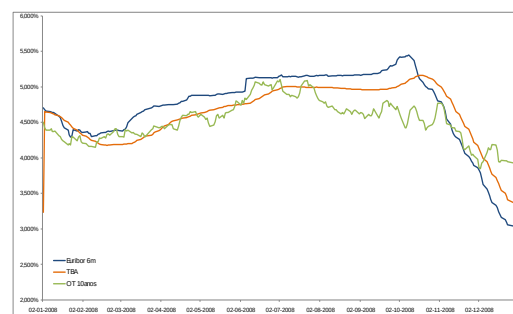
O Produto Interno Bruto em Portugal deverá ser de aproximadamente 0,3% (1,9% em 2007), no entanto saliente-se que os valores apresentados para o PIB nos últimos meses do ano apresentam crescimentos nulos ou com tendência negativa. A desaceleração do PIB reflecte o abrandamento da procura interna, determinada pelo comportamento do investimento, que diminuiu, tal como as importações e as exportações, que também apresentam um decréscimo. O Banco de Portugal considera que a economia portuguesa entrou em recessão técnica, caracterizada por dois trimestres consecutivos de contracção do Produto Interno Bruto (PIB), na segunda metade de 2008.

A taxa de inflação em 2008 registou uma taxa de variação média de 2,6% (2,5% em 2007). Esta evolução é marcada pelo comportamento dos preços ao longo do ano, influenciados pela subida significativa do preço do petróleo até Agosto do corrente ano. No entanto, no final do ano, o índice de preços no consumidor (IPC) apresenta diminuições significativas. A taxa de variação homóloga do IPC em Dezembro situou-se nos 0,8% (1,4% em 2007), e entre Novembro e Dezembro de 2008, a variação foi de -0,5%, reflectindo a crise global que afecta a economia actualmente.

De acordo com inquéritos de opinião da Comissão Europeia, registou-se uma diminuição dos indicadores de confiança dos consumidores, com especial incidência no sector da indústria.

A taxa de desemprego em 2008 deverá ser equivalente à do ano anterior (7,4%), podendo fechar entre 7,6% e 7,8%, no entanto é expectável que este indicador sofra subidas consideráveis nos próximos dois anos.

O PSI20, principal índice da bolsa portuguesa, caiu 51% em 2008, registando a primeira queda em seis anos e a maior descida desde a sua criação. Uma queda que inverte a tendência de ganhos nos anos anteriores. As maiores descidas foram protagonizadas pelo grupo Sonae, com a SGPS a recuar 75%, a Sonae Indústria a desvalorizar 77% e a Sonaecom a perder 70%. Na construção, a Teixeira Duarte e a Mota Engil recuaram 71% e 53%, respectivamente, num ano em que a banca foi um dos sectores mais penalizados. O BCP desceu 69%, o BPI 66% e o BES 56%.



Alentejo Litoral

Numa análise SWOT para a região Alentejo, o Alentejo litoral surge simultaneamente como um ponto forte e de oportunidade da região do Alentejo, figurado no Porto Sines que dispõe de condições físicas únicas a nível nacional.

O Porto de Sines tem uma localização privilegiada situando-se na confluência das principais rotas marítimas internacionais, constituído desta forma um pólo de oportunidades para os portos do sul da Europa. O porto apresenta características únicas, sendo um porto de águas profundas, aberto ao mar, com fundos naturais não sujeitos a assoreamento, permite a acostagem de navios de grande porte, estando em funcionamento 24 horas por dia, 365 dias por ano. Em simultâneo o porto está dotado de notáveis infra-estruturas marítimas possuindo 5 terminais (petroquímico, petroleiro, multipurpose e carga geral, gás natural e contentores) e 2 portos interiores.

Sines surge assim como uma zona de acolhimento empresarial de dimensão internacional, possuindo uma plataforma industrial e logística servida por uma rede viária, ligada à rede de auto-estradas nacionais e ligada à rede ferroviária nacional e internacional por via ferroviária electrificada.



Figura 56 - Sines como Zona de Acolhimento Empresarial

A zona para instalação industrial e logística, adjacente ao porto, possui um Master Plan, estrategicamente articulado com o desenvolvimento do porto e com os investimentos em infra-estruturas previstos, que surge como instrumento dinamizador e ordenador dos espaços e da localização das diferentes actividades económicas.

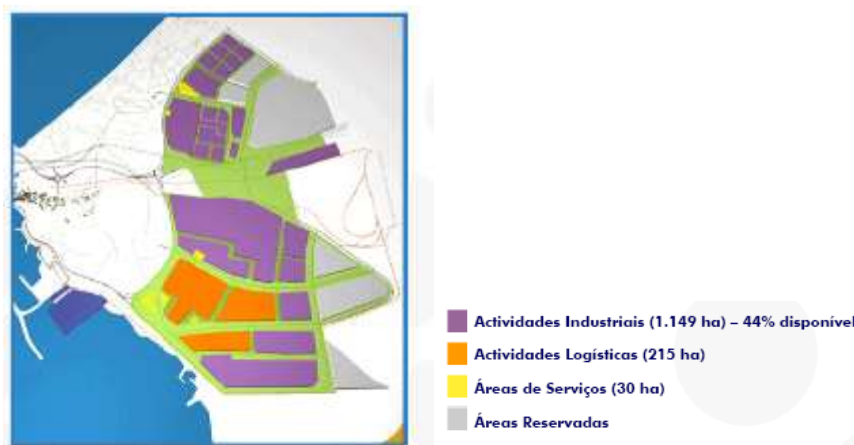


Figura 57 - Master Plan



Figura 58 - Pontos

Sines apresenta-se assim como uma solução para se desenvolver um sector de actividade que pode garantir maior eficiência à economia portuguesa, contribuindo para o aumento de exportações e consequentemente para o reequilíbrio da balança comercial, com Espanha em particular.

Não podem no entanto ser ignorados os pontos fracos e as ameaças que o Alentejo Litoral apresenta.

O passivo ambiental existente em Sines, constituído pelo depósito temporário de lamas Oleosas existente no Aterro de Sines e os eixos das redes fundamentais que faltam construir, são apontados como os principais pontos fracos desta sub-região. A Sustentabilidade da Paisagem e a Concorrência Internacional são apontados como duas potenciais ameaças para a região Alentejo, e das quais a Sub-região Alentejo Litoral não se isenta. Nestas matérias, o pólo industrial de Sines pode ser considerado como um dos agentes mais significativos face ao tipo e dimensão da indústria que acolhe e que só pode ser controlado através de um acompanhamento ambiental contínuo e tecnologicamente apurado que assegure a utilização racional dos recursos naturais e conservação e salvaguarda do património ambiental e paisagístico.

Fontes: INE, Augusto Mateus com base em dados do INE, EP e AICEP.

3. Enquadramento do Sector

No ano de 2008, o sector desenvolveu a sua actividade tendo por base a estratégia e os objectivos definidos nos planos nacionais que abrangem a área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais – o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II), cujo Despacho de Aprovação foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de Fevereiro de 2007, e a Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-industriais (ENEAPAI), aprovada por Despacho Conjunto nº8277/2007 de 2 de Março, publicado no Diário da República a 9 de Maio de 2007.

Com base na estratégia definida no PEAASAR II, as entidades gestoras, a par com a necessária execução de infra-estruturas para se atingirem os desejados níveis de atendimento com os padrões de qualidade que hoje se exigem, devem assegurar que o preço dos serviços reflecta os custos da água e do saneamento, como forma de garantir a sustentabilidade dos serviços, e promover o uso eficiente dos recursos, através de adequadas práticas ambientais, assegurando o cumprimento integral das obrigações legais, sem perder de vista as recomendações tendentes ao estabelecimento de tarifas socialmente aceitáveis, em particular as relacionadas com o aumento da escala territorial das intervenções e o aproveitamento integral dos financiamentos associados.

De forma resumida, fica claro que as orientações nacionais para o sector assentam numa articulação de objectivos e de princípios de sustentabilidade, num contexto de grande exigência de gestão, com vista ao alcançar de tarifas dentro dos limites socialmente aceitáveis, esperando-se da investigação, desenvolvimento e inovação contributos decisivos para tais desideratos.

Ferramenta essencial para a operacionalização desta estratégia é o Eixo II do Programa Operacional Valorização do Território (POVT) referente à Rede Estruturante de Abastecimento de Água e Saneamento – no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) -, que dispõe de recursos financeiros limitados mas essenciais para a concretização dos objectivos traçados para o sector.

Com a execução regular deste instrumento financeiro, estão criadas as condições base para que se reforce o apoio aos investimentos previstos para os sistemas multimunicipais, intermunicipais e municipais, avaliados em mais de 3.800 milhões de euros no período 2008 - 2015, agrupados da seguinte forma:

- Na vertente em “alta”, cerca de 1.600 milhões de euros, dos quais se estima que 700 milhões poderão ser elegíveis para apoio do QREN, e
- Na vertente em “baixa”, cerca de 2.200 milhões de euros para investimentos considerados prioritários, dos quais se prevê que 1.400 milhões possam ser elegíveis para o apoio do QREN.

A elevada adesão de promotores e de projectos que se verificou em resposta à abertura do 1.º Aviso para recepção de candidaturas, que comprova a importância do financiamento para a estratégia definida e uma rápida absorção das verbas disponíveis, conduzirá necessariamente a um aumento da pressão sobre a metodologia de avaliação dos objectivos e da qualidade dos projectos apresentados.

Nesse âmbito, merece destaque a apresentação de várias candidaturas de empresas gestoras integradas no grupo AdP que, no seu conjunto, representam investimentos em “alta” de quase 300 milhões de euros.

Em 2008 iniciaram-se os trabalhos relativos à ENEAPAI, que define uma estratégia sustentável alinhada com o QREN, integrando as especificidades e características dos sectores produtivos envolvidos e da sua importância no âmbito das regiões onde estão implantados, e que visa a resolução de graves problemas ambientais, numa lógica de optimização das infra-estruturas tecnológicas de tratamento de águas residuais e de gestão já implementadas, através de um quadro de intervenção que se oriente por objectivos de sustentabilidade técnica, económica e ambiental e de manutenção da competitividade das actividades económicas.

É importante referir que a elaboração desta estratégia teve em consideração o resultado do trabalho e da experiência que nos últimos anos se desenvolveram para o sector da suinicultura nas regiões de Leiria, Caldas da Rainha e Setúbal, onde o desenvolvimento de novas formas de intervenção levaram a que se enunciassem soluções inovadoras para passivos ambientais cuja erradicação se arrasta há demasiado tempo.

Esta estratégia estabelecida para o sector agro-pecuário e agro-industrial maximiza os recursos existentes e obriga à mobilização das capacidades técnicas e de gestão dos sistemas em actividade no sector, em particular as disponíveis nas empresas do grupo AdP.

O ano de 2008 marca, igualmente, a instalação das Administrações de Região Hidrográfica (ARH), que passam a deter capacidades e competências que anteriormente se distribuíam por vários organismos da administração central e regional.

Além do planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas, espera-se, destas novas instituições o desenvolvimento de tarefas, acções e actividades que permitam dotar o sector de interlocutores válidos e capazes para assegurar o integral cumprimento da legislação nacional e comunitária em vigor.

Para além das identificadas, compete às ARH a aplicação das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho, que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos, em particular a taxa de recursos hídricos (TRH).

Esta taxa visa estabelecer o custo ambiental inerente às actividades susceptíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos públicos, por contraponto ao benefício resultante da utilização dos mesmos, com vista ao aproveitamento racional dos escassos recursos hídricos disponíveis.

Deste modo, o enquadramento legal e institucional de gestão das águas e, por consequência, das entidades gestoras obriga a tomar em consideração e a promover aspectos inovadores, dos quais se destaca:

- O princípio da recuperação dos custos, que implicará grande transparência na fixação dos preços e rigor e eficiência na gestão do serviço público.
- A consideração de custos ambientais e de escassez, que deverão penalizar o desperdício e uso inadequado dos recursos.
- O objectivo de atingir o bom estado ecológico e uma boa qualidade físico-química na generalidade das massas de água superficiais e subterrâneas.

Em resumo, o ano de 2008 foi um ano de transição utilizado pelas entidades gestoras para acomodar as necessárias transformações face ao novo quadro legal em que se movimentam, para promover o alinhamento com os planos estratégicos nacionais e possibilitar o acesso aos instrumentos financeiros de apoio associados, de modo a que o ano de 2009 e os seguintes constituam períodos de referência no volume de investimentos de infra-estruturação, no crescimento das taxas de atendimento da população portuguesa, na melhoria da qualidade e da eficiência do serviço público prestado, vectores essenciais para assegurar e garantir as políticas e os objectivos nacionais para este importante sector.

4. Cadeia de Valor

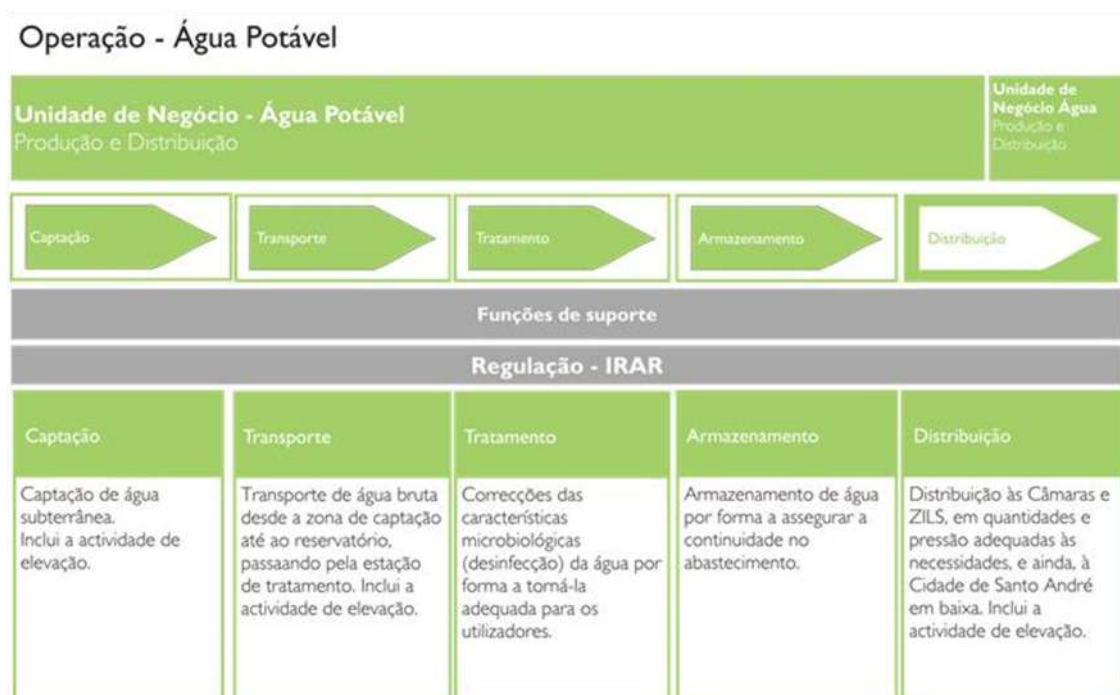


Figura 59 – Unidade Água Potável

Operação - Água Industrial

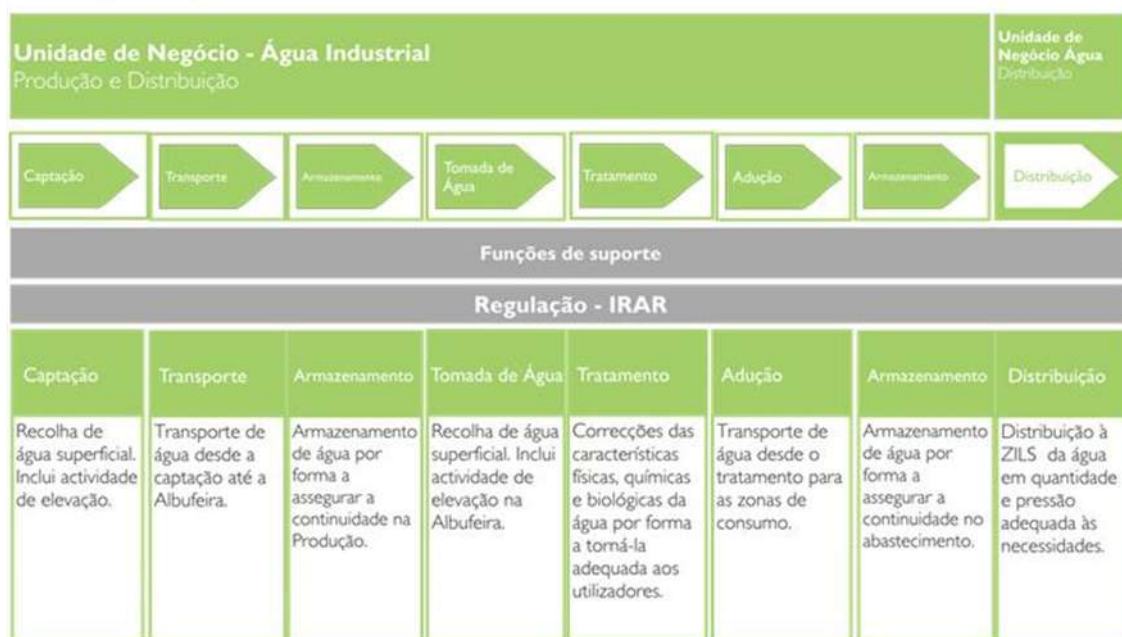


Figura 60 – Unidade Água Industrial

Operação - Água Residual



Figura 61 – Unidade Água Residual

5. Regulação

Introdução

As actividades desenvolvidas pela Águas de Santo André, S.A., pertencente à unidade de negócio UNAPD (abastecimento público de água e saneamento de águas residuais em “alta”) do Grupo AdP, constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente.

Estas actividades são exercidas em regime de exclusivo, atribuído às empresas aquando da concessão dos sistemas.

Em mercados monopolistas, em particular quando se enfrentam estruturas de custo do tipo monopólio natural, como é o caso do abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, os mecanismos de auto-regulação, que os mercados em concorrência potenciam, não são suficientes para garantir a correcta afectação dos excedentes de produção e de consumo.

A regulação económica pretende criar os incentivos necessários para que nestes mercados se atinjam resultados mais próximos dos que se verificam em mercado concorrencial, quer no que respeita ao preço, quer no que concerne à qualidade do serviço prestados.

Os preços devem estar alinhados com os custos, traduzir eficiência produtiva e de afectação, cumprindo padrões de qualidade mínima que garantam o serviço prestado ao utilizador, garantindo em simultâneo a sustentabilidade económica e financeira das empresas e os legítimos interesses dos accionistas quanto à remuneração dos capitais investidos.

O Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) criado pelo Decreto-Lei n.º 362/98, de 18 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 151/2002, de 23 de Maio, é o regulador do sector de águas e resíduos. O IRAR é ainda a autoridade competente em matéria de qualidade da água para consumo humano.

No entanto, a sua intervenção não se estende à globalidade do sector nem é uniforme pelas diferentes actividades.

Tipo Gestão		Directa		Delegada		Concessionada	
Titularidade		Estatal	Municipal	Estatal	Municipal	Estatal	Municipal
Tipo Intervenção	Qualidade Produto (água para consumo humano)	X	X	X	X	X	X
	Qualidade Serviço			X		X	X
	Preço					X	

Figura 62 – IRAR - Tipo de Intervenção

Esta situação prova distorções no mercado com impacte ao nível da sustentabilidade económica e financeira dos sistemas em alta.

No caso particular da AdSA, em que são disponibilizados dois serviços exclusivamente destinados às indústrias da ZILS, designadamente o Abastecimento de Água Industrial e o Tratamento de Águas Residuais Industriais, o IRAR intervém ao nível da regulação do preço o que pode provocar desequilíbrios, numa actividade que é nitidamente comandada pelo mercado.

O acompanhamento da actividade regulatória do Grupo AdP está centralizado na área de Desenvolvimento Empresarial – órgão de staff da holding, que apoia a Comissão Executiva da AdP SGPS e os Conselhos de Administração dos Sistemas Multimunicipais na tomada de decisão e em assuntos contratuais, criando uma linha de coesão na resposta aos desafios que a legislação e o Regulador vão colocando aos sistemas à medida que da evolução do negócio.

A centralização da actividade regulatória tem revelado níveis acrescidos de qualidade e confiança nas relações institucionais entre o Grupo e o Regulador.

Regulação económica

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se a 30 de Setembro, com a apresentação da proposta de orçamento e projecto tarifário para o ano seguinte ao Concedente e ao Regulador. O ciclo orçamental é de 60 dias nos contratos de abastecimento e saneamento.

A Águas de Santo André, S.A. prepara a informação previsional nos termos da Portaria n.º 1275/2003, de 7 de Novembro, e em cumprimento das recomendações anuais emitidas pelo Regulador, com detalhe de custos, proveitos, volume de actividade, investimento e financiamento. Esta informação é acompanhada de parecer de auditor externo.

O ciclo orçamental de 2008, iniciado em Setembro 2007, estendeu-se até Agosto de 2008, data em que foram aprovadas as últimas tarifas, com impacte negativo ao nível da tesouraria das entidades gestoras.

A partir do ciclo orçamental de 2008 foi instituído um processo formal de contraditório sobre o parecer que o Regulador pretende emitir sobre a proposta de orçamento e tarifa de cada entidade gestora.

As propostas de orçamento e tarifa contemplam uma adequada remuneração do capital, definida em função de um indexante acrescido de um prémio de 3% aplicada ao Capital Social acrescido da Reserva Legal. Os indexantes são as Obrigações do Tesouro a 10 anos (OT 10), Taxa Base Anual (TBA) e a Euribor a 6 meses. Como previsto nos contratos de concessão, de acordo com o modelo regulatório, a remuneração accionista devida e não paga é capitalizada àquela taxa.

Estão divulgados no anexo às contas os indexantes utilizados no cálculo da remuneração e os montantes a liquidar.

Em 2007, encetou-se um processo de uniformização dos indexantes dos vários contratos de concessão, de forma a garantir maior adequabilidade do indexante à remuneração dos capitais pelos prazos alargados que caracterizam estes contratos. Este processo ainda não se encontra concluído.

De acordo com os contratos de concessão, a remuneração accionista poderá ser majorada em 50% dos ganhos de produtividade gerados anualmente. Nas empresas em que se registam ganhos de produtividade, estes, pese embora sejam devidos, não têm sido distribuídos.

De acordo com o modelo regulatório vigente, podem gerar-se défices / superávits tarifários. Considera-se défice / superavit tarifário, nos termos dos contratos de concessão, a diferença, quando a houver, entre o volume de proveitos necessário à cobertura da totalidade dos custos incorridos pela entidade gestora, incluindo os impostos sobre os resultados da sociedade e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de proveitos efectivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

Regulação da qualidade de serviço

Anualmente, o regulador avalia a qualidade de serviço das empresas concessionárias de serviços de abastecimento, saneamento e tratamento e valorização de resíduos em “alta” e “baixa” através de um conjunto de 20 indicadores (base IWA), fazendo o benchmark entre as várias concessionárias, que publica no relatório anual que faz sobre o sector.

O Regulador anunciou em 2007 que iria iniciar um processo de elaboração de um regulamento de qualidade de serviço.

Regulação da qualidade da água

O IRAR é autoridade competente em matéria de qualidade da água para consumo humano, criando assim mais uma linha de regulação da actividade das empresas de abastecimento de água.

Anualmente, estas empresas devem submeter para aprovação do Regulador o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano seguinte, que o IRAR aprova e monitoriza. Os resultados da monitorização dos PCQA são publicados permitindo aos consumidores terem acesso a um conjunto de informação relativa à qualidade da água que consomem, bem como ao nível de incumprimento dos parâmetros legais pelo seu fornecedor.

6. Análise Económica e Financeira

Resultados

A decomposição do Resultado Líquido, relativo ao exercício de 2008, pelos vários agregados de resultados (valores em euros) é a seguinte:

Resultados	2008	2007	2006
Resultados Operacionais	-2.554.340,09	-3.327.789,11	-1.812.279,61
Resultados Financeiros	359.484,22	-73.975,38	-159.539,53
Resultados Correntes	-2.194.855,87	-3.401.764,49	-1.975.158,91
Resultados Antes de Impostos	489.115,57	-1.186.785,90	2.095.614,10
Imposto sobre o Rendimento	102.127,98	-150.253,97	715.012,24
Resultado Líquido do Exercício	386.987,59	-1.036.531,93	1.383.941,63

Figura 63 – Resultados

O elevado resultado operacional negativo, deve-se essencialmente ao peso das amortizações do exercício face aos proveitos gerados, uma vez que no Contrato de Concessão a AdSA recebeu uma infra-estrutura construída, muito sobredimensionada face aos consumidores existentes.

Em 2006 os Resultados Operacionais foram menos negativos do que em 2007 e 2008 face ao facto do cliente Petrolgal ter efectuado o pagamento extra por penalizações relativas a anos anteriores.

Evolução dos Proveitos

Os Proveitos Operacionais, do exercício de 2008, cujo valor ascendeu a € 8.428.818,94, tiveram a seguinte evolução.

Rubricas	2008	2007	2006
Vendas	5.006.639,58	4.928.968,31	4.522.101,43
Prestação de Serviços	3.362.562,41	2.260.275,01	1.986.517,89
Trabalhos para a própria empresa	15.385,08	19.569,90	33.126,55
Proveitos Suplementares	42.413,27	10.024,21	37.957,18
Reversões de amortizações e ajustamentos	0,00	0,00	1.654.290,57
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.818,60	0,00	0,00
Total	8.428.818,94	7.218.837,43	8.233.993,62

Figura 64 – Evolução dos Proveitos

É de referir que as vendas apresentam um aumento de 10,7% relativamente ao ano de 2006 e 1,6% em relação ao ano de 2007, resultante sobretudo de um aumento na facturação de água industrial.

Verificou-se um acréscimo nas prestações de serviços em 2008, resultante sobretudo da facturação a clientes de águas residuais industriais.

O total dos Proveitos em 2006 mais elevado deveu-se essencialmente ao facto de a empresa ter recebido um pagamento extra por penalizações do cliente Petrolgal relativas a anos anteriores.

Evolução dos Custos

Os Custos Operacionais, do exercício de 2008, no montante de € 10.983.159,03, registaram a seguinte evolução analítica:

Rubricas	2008	2007	2006
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	123.323,57	130.073,75	129.257,83
Fornecimento e Serviços Externos	4.144.358,98	3.849.722,10	4.122.740,77
Custos com Pessoal	1.964.738,93	1.986.328,51	1.686.958,13
Amortizações	4.024.066,03	3.948.398,40	3.887.233,95
Ajustamentos	680.794,43	583.899,12	186.893,58
Impostos	41.737,09	39.943,26	36.528,74
Outros Custos e Perdas Operacionais	4.140,00	8.261,40	0,00
Total	10.983.159,03	10.546.626,54	10.049.613,00

Figura 65 – Evolução dos Custos

A estrutura dos custos sofreu um ligeiro aumento, provocado essencialmente por um acréscimo nas rubricas de fornecimentos e serviços externos, amortizações e ajustamentos.

As rubricas com mais peso no total dos custos são as amortizações, as quais são calculadas por aplicação da Directriz Contabilística n.º 4 ao montante do investimento total, realizado e a ser realizado durante o restante período de concessão, e os fornecimentos e serviços externos.

Fornecimentos e Serviços Externos (€)
 Figura 196 – Evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos

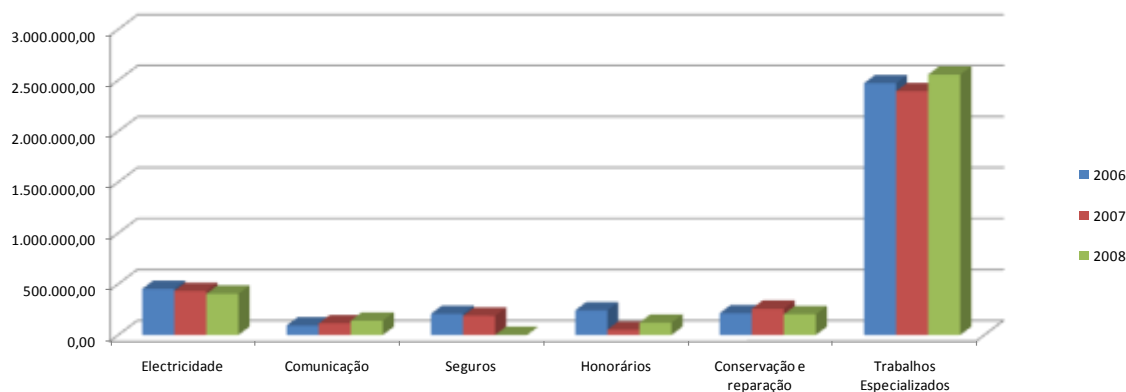


Figura 66- FSE

Durante o ano de 2008 foram consumidos por AdSA, mais de 5 milhões de kWh o que representa um custo aproximado de €405.000,00.

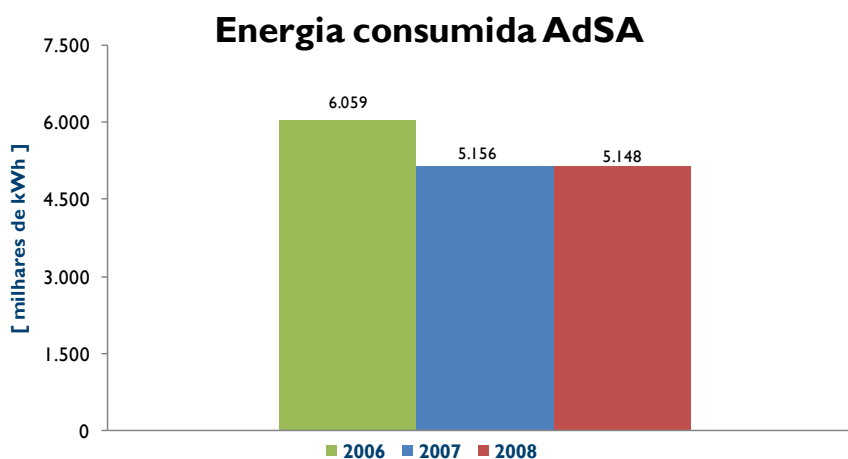


Figura 67 – Energia Consumida

Comparando com o ano passado a variação da energia consumida em kWh não é significativa (-0,16%), ainda que o consumo em Ermidas tenha descido significativamente em função da redução das horas de bombagem, mas que foi compensado pela necessidade de efectuar mais horas de bombagens para os reservatórios de Monte Chãos e deste para a Município de Sines. Estes maiores consumos de energia destinavam-se a suprir os volumes de transvase entre sistemas e o aumento de consumo do Município de Sines.

Em termos de custos, como se pode ver na figura seguinte, a variação é mais significativa (redução em cerca de 6,5%) de 2007 para 2008, ainda que a energia consumida em kWh seja aproximadamente a mesma. Esta situação é justificada pela distribuição horária dos consumos, sendo que em 2008, se procurou reduzir ao mínimo os consumos em ponta com um aumento dos consumos em vazio.

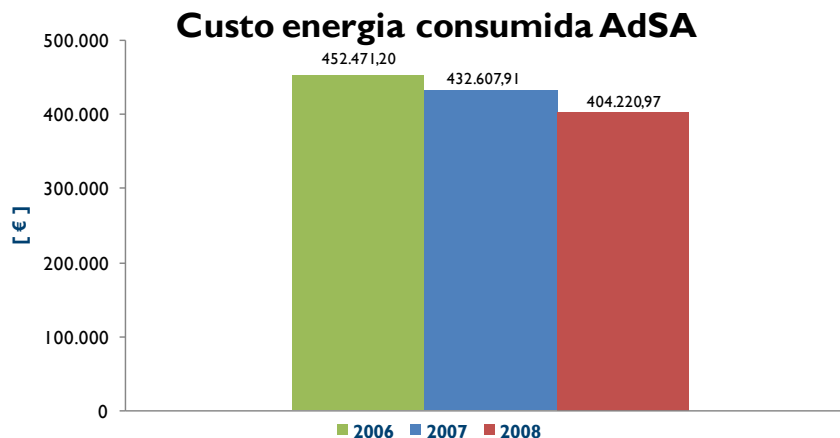


Figura 68 – Custo da Energia Consumida

Como se pode ver pelas figuras seguintes, em 2007 registou-se 12,36% dos consumos em horas de ponta que se reduziram para 9,91%.

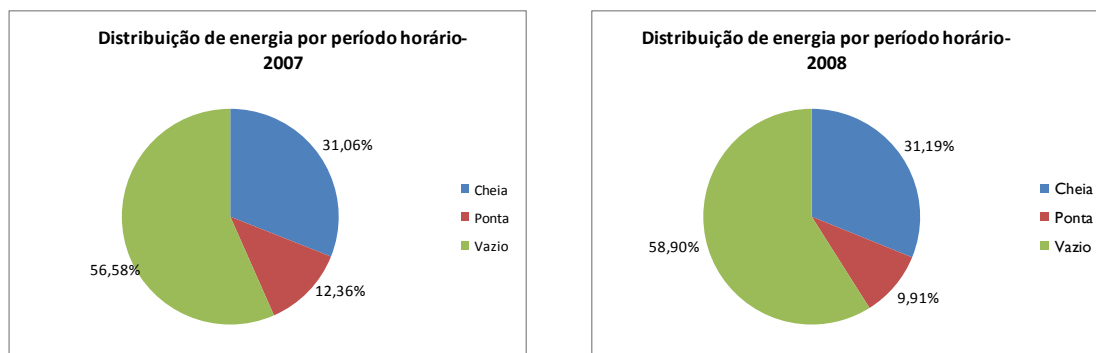


Figura 69 – Distribuição de energia por período horário 2007/2008

A rubrica de trabalhos especializados, no montante de €2.555.853,51 subdivide-se da seguinte forma:

Rubrica	2008	2007
FSE-TE-Ass.Técnica	281.747,49	142.203,80
FSE-TE-Aud/Cons	237.284,03	197.789,20
FSE-TE-Estudos	227.304,58	89.085,00
FSE-TE-Análises	145.865,77	157.755,39
FSE-TE-Trat.Resíduos	293.988,57	562.753,25
FSE-TE-Trat.Efluente	815.955,03	833.126,61
FSE-TE-Fees de gestão	274.146,02	233.776,45
FSE-TE-Outros	279.562,02	171.859,49
TOTAL	2.555.853,51	2.388.349,19

Figura 70 – Distribuição da Rubrica dos Trabalhos Especializados no ano 2008

Análise Financeira e Patrimonial

O Balanço apresenta a seguinte estrutura e evolução, face aos anos anteriores (valores em euros):

Balanço	2008	2007	2006
Activo Imobilizado Liquido	59.141.422,94	61.273.659,63	63.871.633,64
Investimentos Financeiros	5.790.894,48	5.584.949,44	4.315.631,49
Activo Circulante - Existências	107.290,99	134.733,74	142.882,61
Dívidas de terceiros Curto Prazo	3.007.377,71	2.259.283,10	2.356.113,60
Títulos Negociáveis	0,00	695.658,89	1.237.694,85
Depósitos Bancários e Caixa	3.004.787,40	2.184.967,14	3.888.366,39
Acréscimos e Diferimentos	796.335,25	787.643,20	345.129,49
Total do activo	71.848.108,77	72.920.895,14	76.157.452,07
Capital Próprio	1.799.789,16	1.412.801,57	2.487.182,11
Provisões	1.164,54	1.164,54	1.164,54
Dívidas a terceiros Médio Longo Prazo	7.645.255,71	7.880.816,17	8.109.516,13
Dívidas a Terceiros Curto Prazo	1.482.001,66	1.215.134,06	2.602.429,99
Acréscimos e Diferimentos	60.919.897,70	62.410.978,80	62.957.159,30
Total do C. Próprio e Passivo	71.848.108,77	72.920.895,14	76.157.452,07

Figura 71 – Balanço

Outras Informações nos termos do artigo n.º66 do Código do CSC

No cumprimento do estipulado no Artigo n.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- A Sociedade não tem Acções Próprias;
- A Sociedade não tem qualquer sucursal;

7. Actividade Operacional

7.1. Água Potável

A actividade deste Sector abrange toda a produção de água potável, e a sua distribuição às zonas de abastecimento de Santo André e da Zona Industrial e Logística de Sines, com origem nos Centros Operacionais de Santo André e Monte Chãos, respectivamente.

7.1.1. Captação

Relativamente ao ano 2008, foi captado o volume total de 2.459.749 m³. Este volume foi captado irregularmente ao longo do ano, verificando-se em Agosto o maior valor captado, de cerca de 256.983 m³, e em Janeiro o valor mais baixo, na ordem dos 129.505 m³.

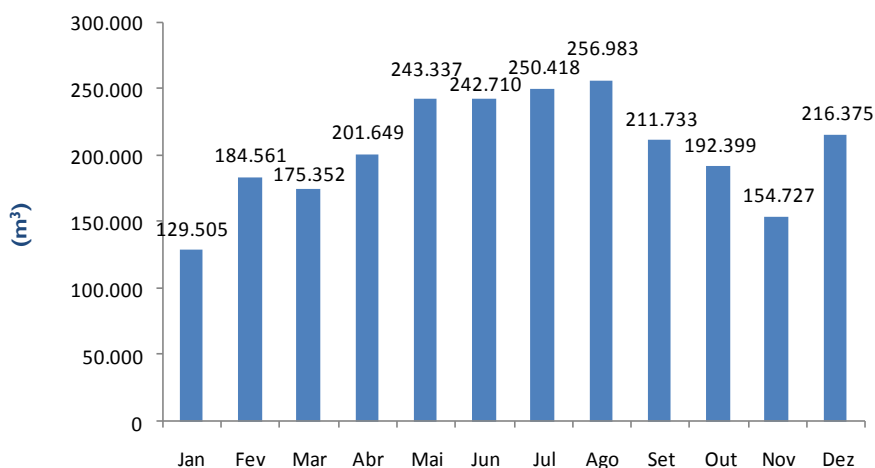


Figura 72 – Produção total das Captações de Água Subterrânea em 2008 (volume m³)

Numa análise plurianual verifica-se que se manteve a tendência crescente do ano transacto, em contraponto com o que se verificava entre 2003 e 2006, como se pode ver pelo gráfico 73. Este facto resulta de um ligeiro aumento dos consumos, complementado com a transferência de água entre Subsistemas.

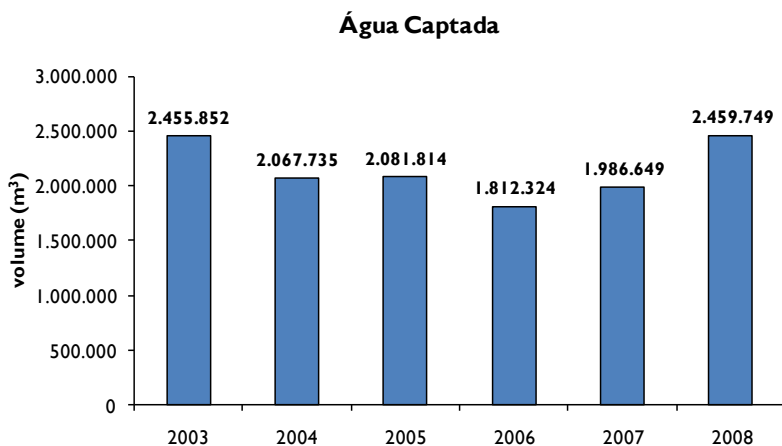


Figura 73 – Água Captada

Relativamente ao contributo de cada captação subterrânea para o total de água captada, como se verifica na figura 74, as captações mais exploradas foram AdSA 2 e AdSA 3.

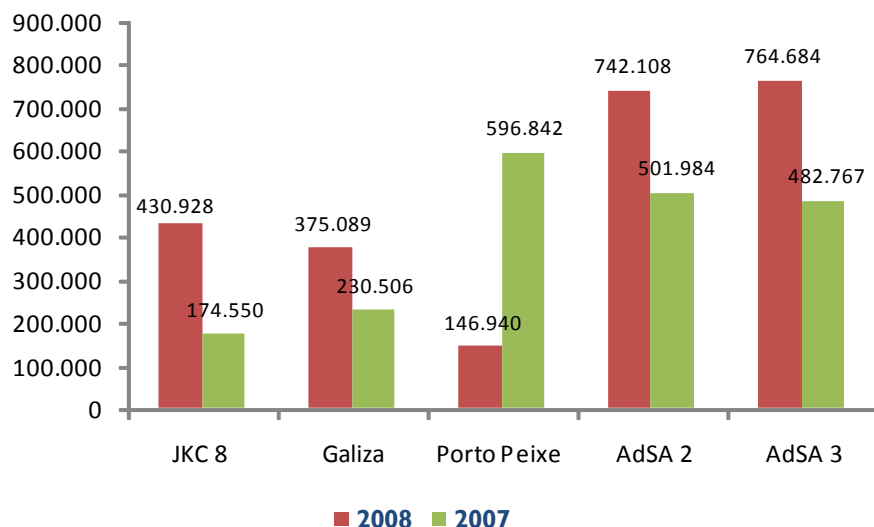


Figura 74 – Produção das Captações Subterrâneas (m³)

7.1.2. Produção

Estes volumes foram destinados à produção de água potável para abastecimento ao total de clientes da Zona Industrial e Logística de Sines, centro urbano de Santo André e Câmaras Municipais (figura 75).

Para além da água potável abastecida para consumo humano, uma pequena percentagem foi exportada para o Subsistema de Água Industrial. Este transvase, já ensaiado em 2005, consiste na transferência sistemática de água bruta deste Subsistema para o Subsistema de Água Industrial, com o objectivo principal, de melhoria da qualidade da água deste último, e também no sentido de assegurar a operacionalidade de uma alternativa para o abastecimento da água às indústrias, a partir deste Subsistema.

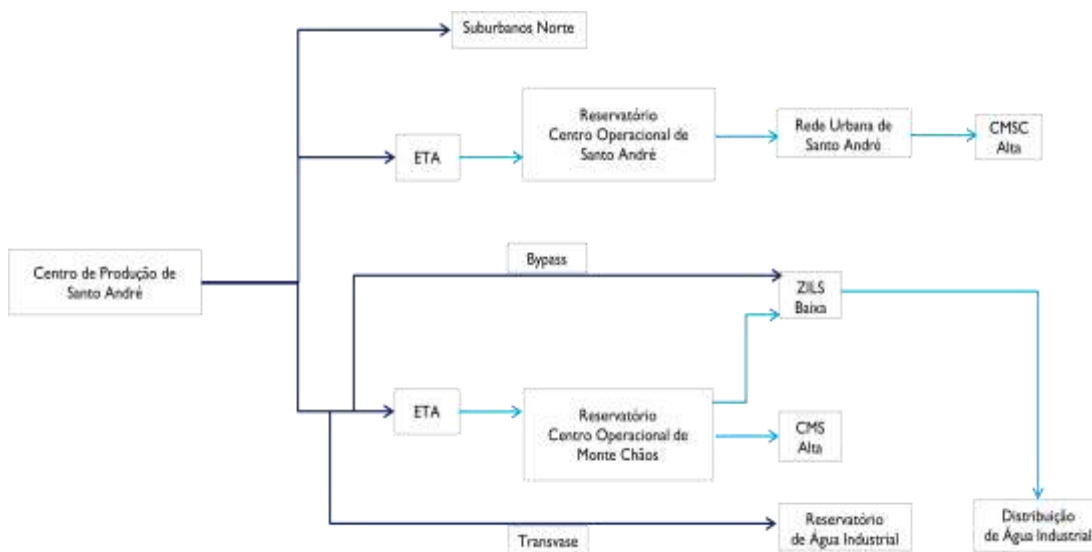


Figura 75 - Esquema geral do Subsistema de Santo André

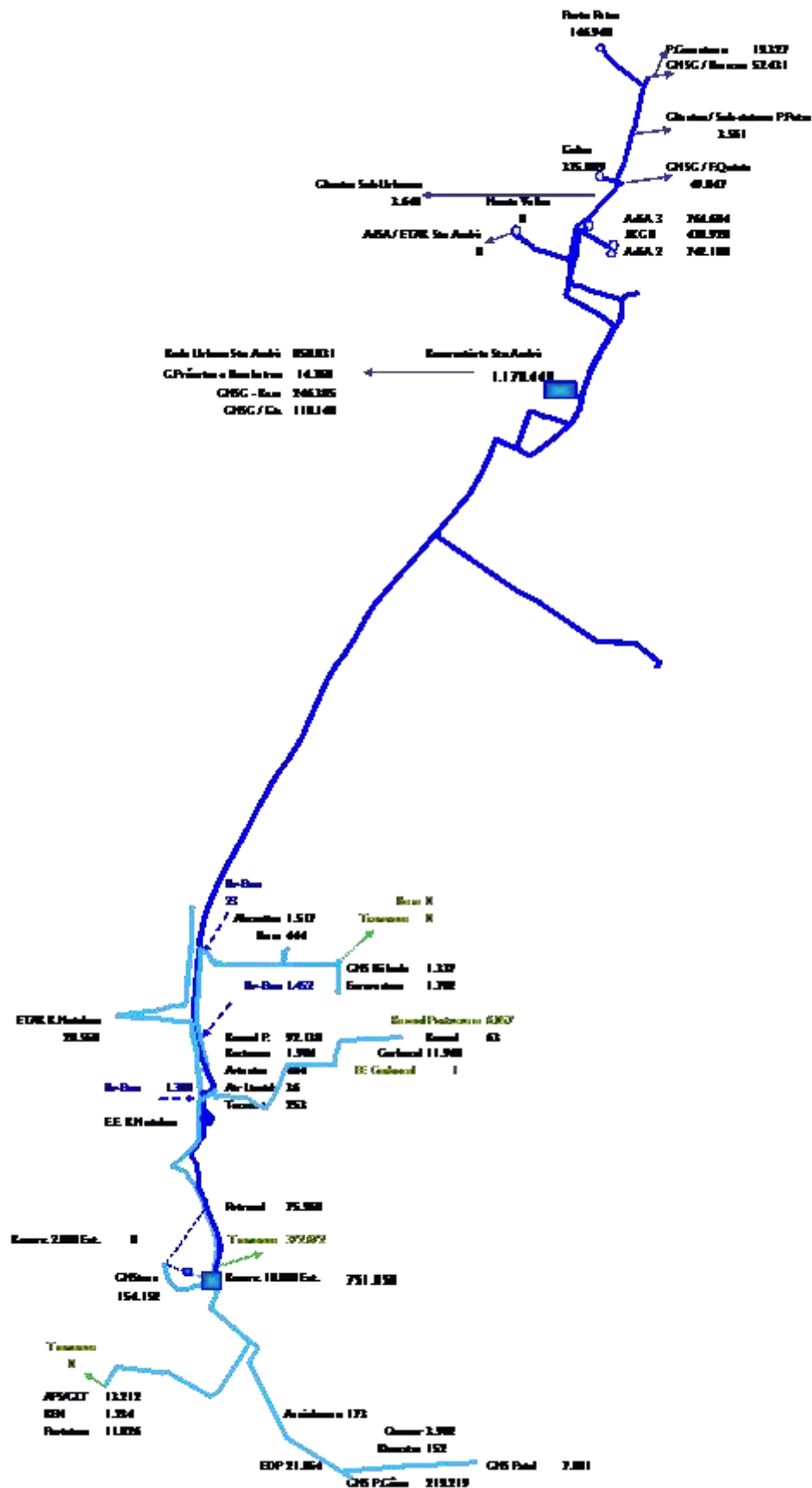


Figura 76 - Mapa geral das infra-estruturas do Subsistema de Água Potável

Monitorização e Qualidade

Qualidade da Água na Origem

A qualidade da água na origem foi monitorizada periodicamente, tendo-se efectuado 511 determinações analíticas nas 7 captações potencialmente activas, em 2008. Esta monitorização incluiu amostragens mensais, com rotinas de análise mensais, trimestrais e anuais, o que permitiu avaliar as características qualitativas da água captada.

No gráfico seguinte, apresentam-se as determinações efectuadas em cada uma das captações em exploração:

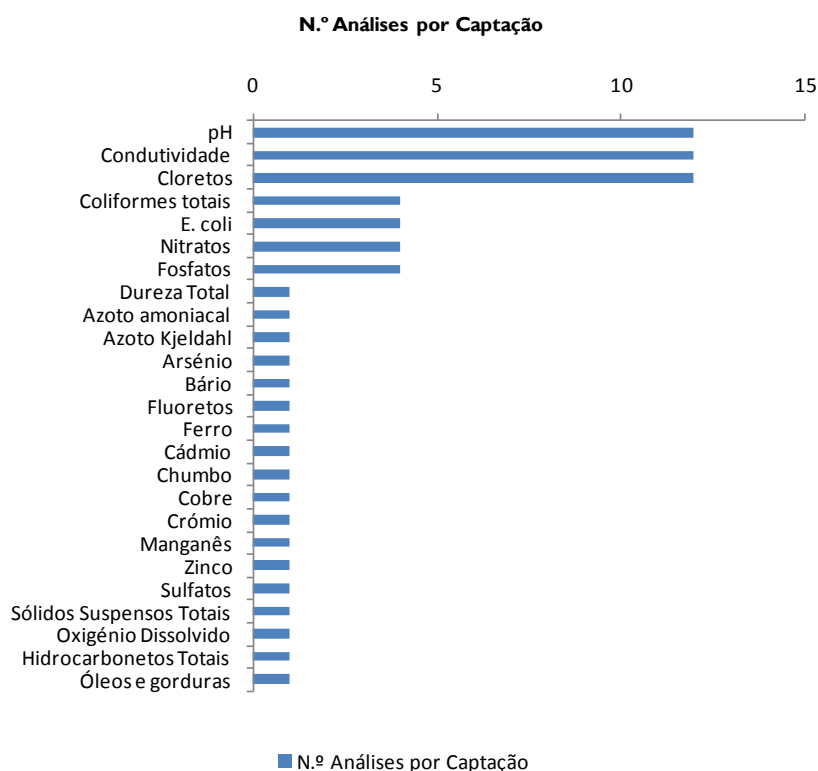
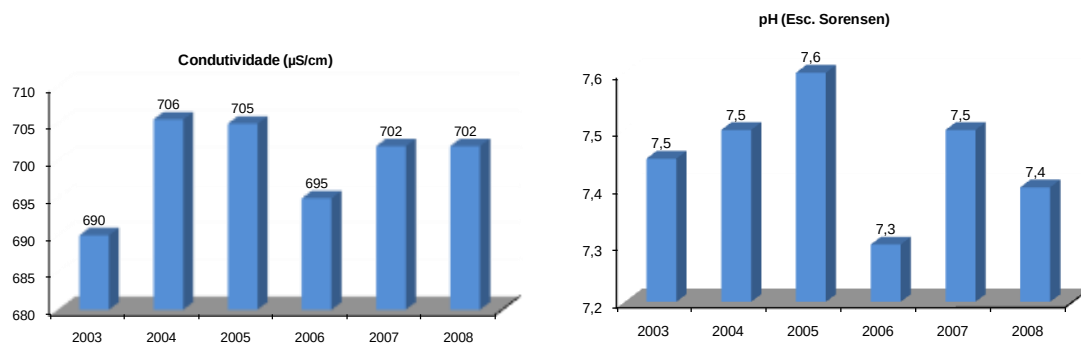
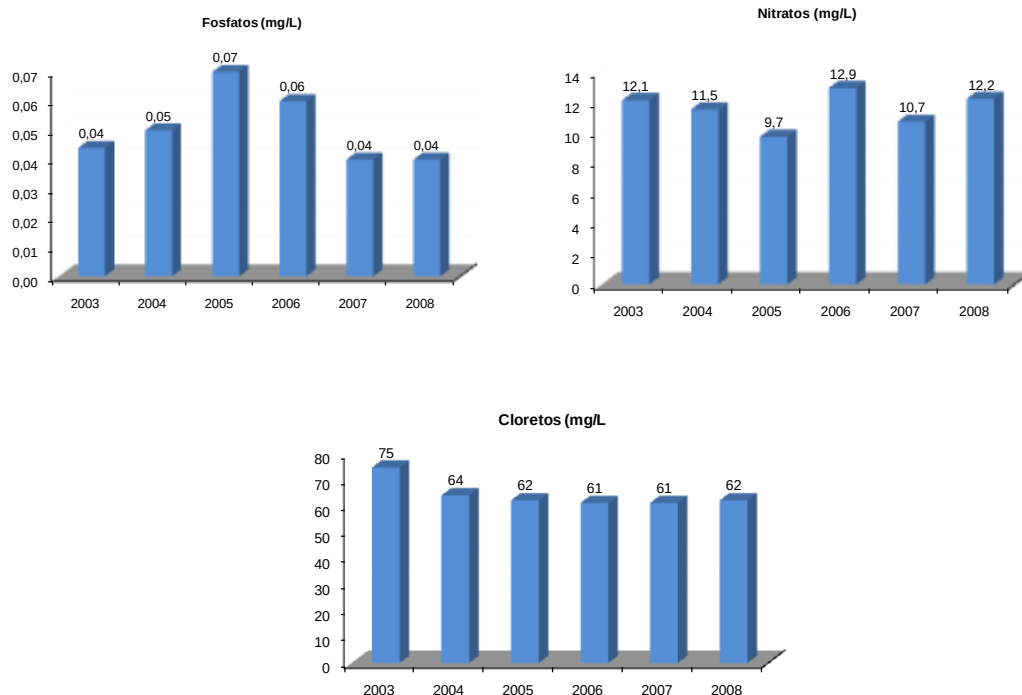


Figura 77 – Análises por Captação

Uma vez que toda a água deste Subsistema tem origem no já referido Centro de Produção, a qualidade da mesma pode ser globalmente caracterizada pelos valores médios anuais de cada parâmetro, indicados na figura 78.





Figuras 78 – Água Subterrânea – Valores Médios Anuais por Parâmetro

A análise dos valores médios anuais indica que a qualidade da água subterrânea captada, mantém-se dentro dos valores normais, estabelecidos pelo diploma legal em vigor, Decreto-lei 236/98, de 1 de Agosto.

7.1.3. Abastecimento

Com a água produzida são abastecidos os Centros Operacionais e Povoações da Costa de Santo André.

Para além destes Centros Operacionais são ainda realizados outros abastecimentos, designadamente, os ByPass ao reservatório de Monte Chãos e o transvase para AI.

Figura 79 - Abastecimento
Caudais (m³)

Ponto de Entrega	Caudais (m³)
Centro Operacional de Santo André	1.170.448
Centro Operacional de Monte Chãos	751.850
Costa de Santo André	133.014
ByPass ao reservatório, transvase para AI	8.833
Total distribuído	2.430.759
Total entrada no Sistema	2.459.749

Face ao total de abastecimento efectuado verifica-se uma perda em alta, na ordem dos 1%.

Abastecimento aos Centros Operacionais

Os volumes fornecidos aos dois Centros Operacionais mostram um padrão de consumo semelhante, exceptuando o mês de Fevereiro, indiciando a presença de uma significativa população flutuante na época estival (ver figura 80).

O fornecimento à cidade de Sines é supletivo, uma vez que se configura como um reforço do abastecimento à população, em caso de escassez de produção daquele Município. Nos meses de Fevereiro e Dezembro, o volume de água fornecido à cidade de Sines foi muito superior ao normal. Em Fevereiro, devido a problemas verificados nas condutas de abastecimento deste Município, e em Dezembro, por eventuais problemas de qualidade da água nas origens de água da C.M.S.

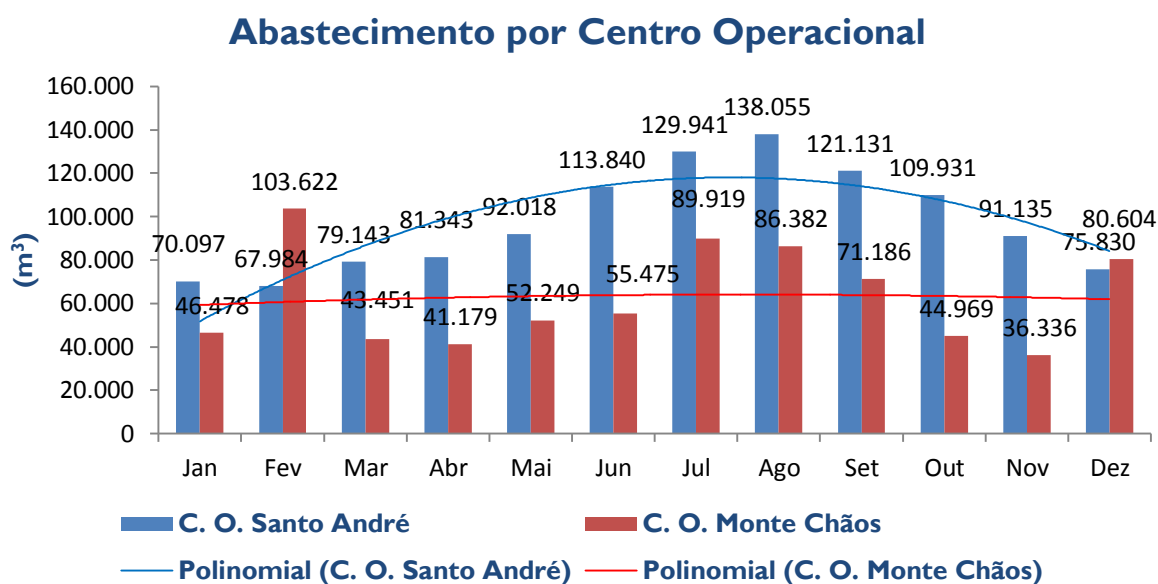


Figura 80 - Abastecimento por Centro Operacional (milhares de m³)

7.1.4. Distribuição

Na figura 81 consta o valor das perdas totais do Subsistema de Água Potável em percentagem do valor captado.

Figura 81 - Distribuição

	2004	2005	2006	2007	2008
Água Captada (entrada no sistema)	2.067.735	2.081.814	1.812.324	1.989.682	2.459.749
Água Entregue em alta				1.950.069	2.430.759
COSA				1.124.777	1.170.448
COMC				680.898	751.850
Suburbanos				113.071	133.014
Transvase		134.130	51.771	60.002	378.730
Perdas em alta (%)				2	1
Água Fornecida a Consumidor Final	1.698.518	1.546.799	1.423.210	1.522.665	1.674.939

Figura 82 - Perdas

	2004	2005	2006	2007	2008
Perdas em alta			3	2	1
Perdas na Distribuição (%) *				19	15
Perdas Totais (%)	18	19	18	21	18

*Valor estimado tendo em conta a desfasagem das rotinas de leitura da rede urbana face às medições na captação e em alta.

Monitorização e Qualidade

Qualidade da Água distribuída

A qualidade da água distribuída é controlada através do Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), aprovado pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR), de acordo com a legislação em vigor (Decreto-lei 306/07, de 27 de Agosto).

No cumprimento do PCQA, aprovado para o ano 2008, a AdSA efectuou através de um laboratório acreditado pelo IPAC (Laboratório de Águas do Litoral Alentejano), as 915 determinações que asseguraram o cumprimento dos valores estabelecidos. Paralelamente a este Plano, a AdSA manteve um outro complementar, constituído por amostras colhidas nos seus pontos de entrega, ou seja, onde cessa a sua responsabilidade de assegurar a qualidade da água distribuída, tendo realizado 2215 determinações não obrigatórias.

No conjunto destes dois Planos, foram realizadas 3130 determinações analíticas, número que triplica o obrigatório, de acordo com o referido PCQA.

Destas 3130 determinações, 1250 correspondem ao controlo de Rotina 1 (que inclui 3 parâmetros); 1260 ao controlo de Rotina 2 (que inclui 13 parâmetros); e as restantes 620 dizem respeito ao controlo de Inspeção (que inclui 31 parâmetros), conforme definido pelo Decreto-Lei 306/2007, de 27 de Agosto.

O gráfico seguinte demonstra a relação entre o número de determinações efectuadas nas duas zonas de abastecimento, ZASA e ZAZILS e o número de determinações obrigatórias de acordo com o PCQA.

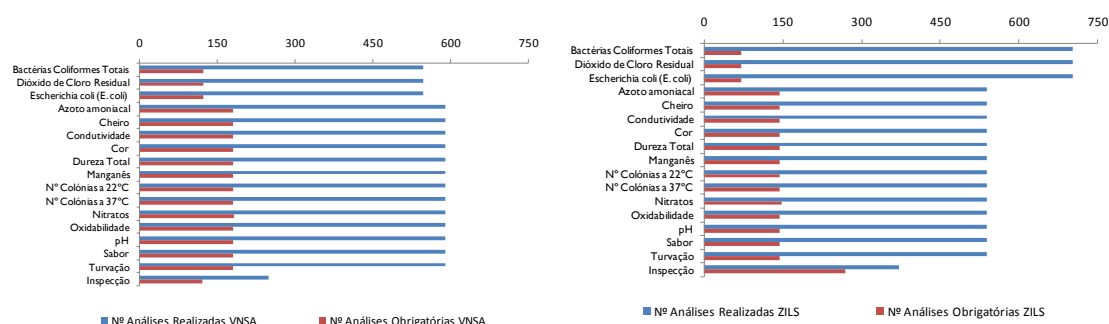


Figura 83 – Determinações Obrigatórias

Controlo de Abastecimento em Baixa

O referido PCQA considerou, em baixa, duas Zonas de Abastecimento, Zona de Abastecimento de Santo André (ZASA) e Zona de Abastecimento da ZILS (ZAZILS).

Na ZASA são efectuadas colheitas semanais num ponto de consumo. Os pontos de consumo correspondem a habitações particulares, e foram seleccionados aleatoriamente a partir do registo de clientes/consumidores de água. Cada ponto de consumo não se repete num ano de amostragem.

Para garantir a eficácia da escolha do ponto de amostragem a ZASA foi dividida em 4 sectores sendo aleatoriamente escolhido, em cada semana, um ponto de colheita num dos sectores. A escolha do sector é realizada sequencialmente, repetindo-se o mesmo sector ao fim de 4 semanas.

NA ZAZILS à semelhança da ZASA são efectuadas, também, colheitas semanais, num ponto de consumo, escolhido entre os clientes actualmente existentes, sendo a amostragem efectuada preferencialmente no refeitório.

Para garantir a eficácia da escolha do ponto de amostragem a ZAZILS foi, igualmente, dividida em 4 sectores sendo sequencialmente escolhido, em cada semana, um ponto de colheita num dos sectores. A escolha do sector é realizada sequencialmente, repetindo-se o mesmo sector na quinta semana.

Controlo do Fornecimento em Alta

O PCQA considerou ainda, o fornecimento em alta aos Municípios de Sines e de Santiago do Cacém, efectuando uma amostragem de 4 em 4 semanas em cada um dos pontos de amostragem.

Os pontos de amostragem correspondem aos pontos de entrega que são 4 ao Município de Sines (Cidade, Paiol, Porto Côvo e Bêbeda) e 1 ao Município de Santiago do Cacém (Giz).

O gráfico seguinte inclui o número de determinações analíticas realizadas no âmbito dos PCQA e Plano Complementar da AdSA.

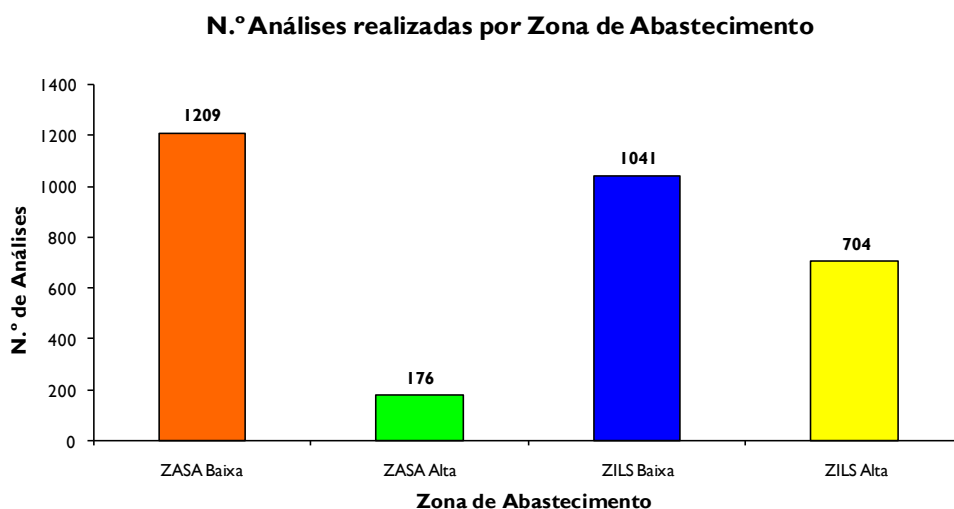


Figura 84 - Número de Análises Efectuadas

Paralelamente à recolha de amostras referentes ao PCQA e ao plano complementar, realizadas sob a responsabilidade do laboratório contratado (LALA), a AdSA tem ainda um programa de controlo operacional específico para avaliação do controlo in situ o teor de Desinfectante Residual. Este

programa de controlo operacional inclui vários pontos de controlo das Zonas de Abastecimento deste Subsistema.

Na ZASA, é controlado o teor em Dióxido de Cloro em cada um dos três turnos e todos os dias do ano, à saída do Reservatório. Semanalmente são controlados dez pontos na rede de distribuição e o reservatório e mensalmente é controlado um ponto de entrega em alta. Isto perfaz um total de 1798 determinações.

Na ZAZILS é controlado o teor em Dióxido de Cloro, todos os dias úteis, nos quatro pontos de entrega em baixa. Semanalmente é controlado um ponto de entrega e um ponto de controlo em baixa. São também controlados todos os dias úteis, os quatro pontos de entrega em alta, o que perfaz um total de 2190 determinações.

Com este programa de controlo operacional, a AdSA realiza anualmente 3988 determinações in situ de Desinfectante Residual.

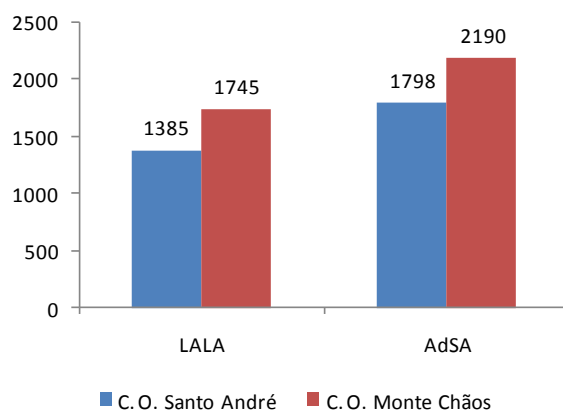
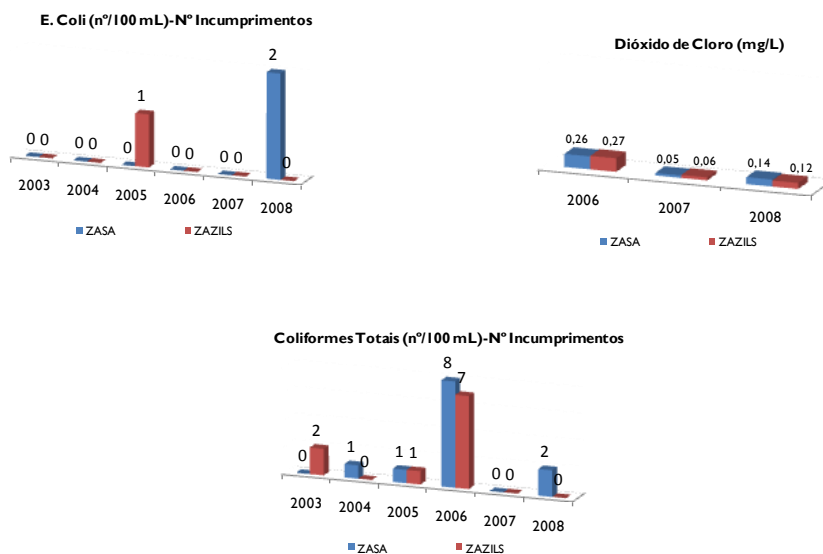
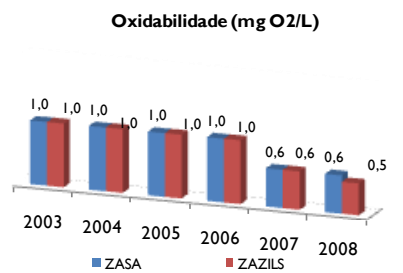
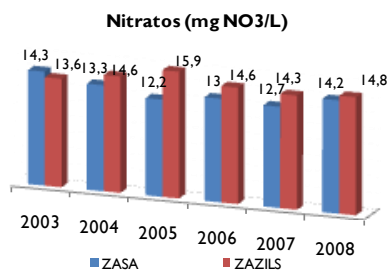
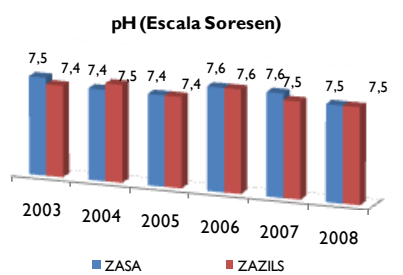
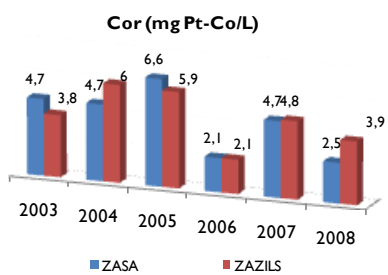
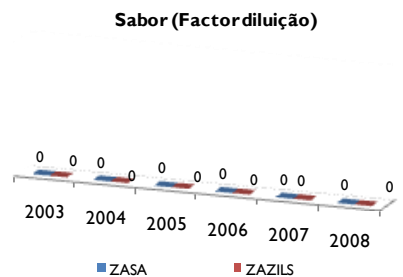
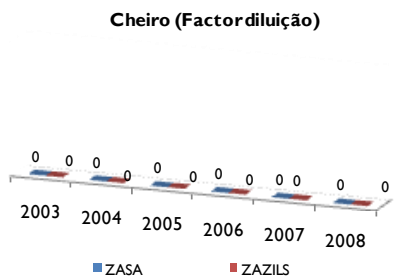
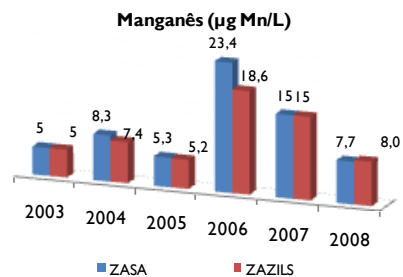
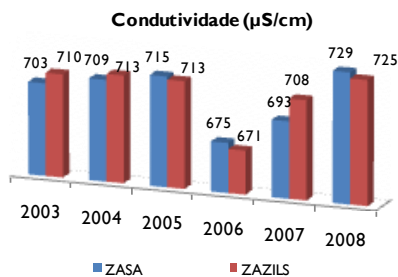


Figura 85 – Análises Realizadas por AdSA e LALA

Apresentam-se nos gráficos seguintes os valores médios anuais, obtidos para os parâmetros indicadores referentes aos controlos de RI e R2, acima referidos.





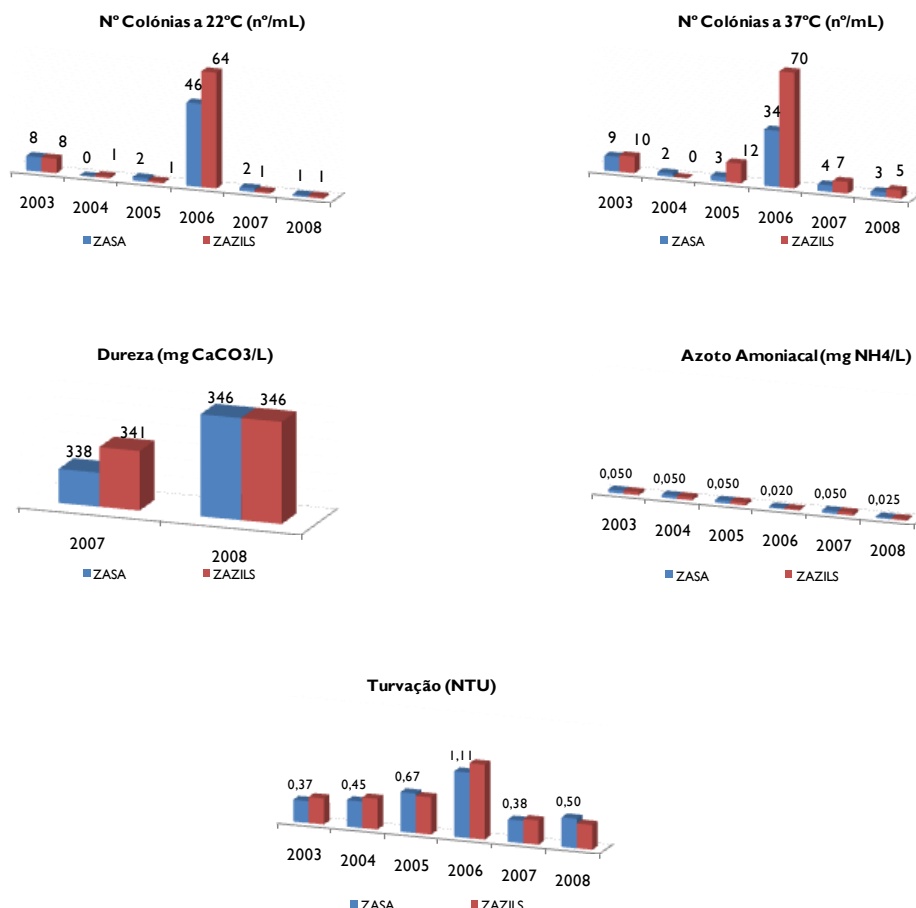


Figura 86 – Pârametros indicadores referentes aos controlos de RI e R2

Podemos verificar que, relativamente aos dois parâmetros microbiológicos referentes ao controlo de RI (E. coli e Coliformes totais) verificaram-se em 2008 apenas dois incumprimentos, de acordo com o Decreto-lei 306/2007, de 27 de Agosto, apenas na ZASA.

No que diz respeito aos parâmetros “N° de colónias a 22°C” e “N° de colónias a 37°C”, a AdSA registou cinco casos pontuais de valores invulgares, tendo sido tomadas as medidas adequadas para casos similares, designadamente, a execução imediata de contra-análises, não se tendo confirmado qualquer anomalia.

Relativamente aos restantes parâmetros indicadores, não se verificam evoluções no sentido negativo, considerando-se as variações ocorridas como normais, quer na ZASA quer na ZAZILS.

Plano Específico de Monitorização de Cloritos e de Cloratos

Tendo em consideração que a operação de desinfecção, é efectuada com Dióxido de Cloro, produzido localmente nos dois Centros Operacionais, a AdSA realiza um Plano específico, com a periodicidade semestral, de controlo aos parâmetros Cloritos e Cloratos, que são sub-produtos resultantes da operação de produção de Dióxido de Cloro, com vista a verificar o bom funcionamento do sistema.

A legislação portuguesa é omissa em relação a VMR ou VMA para estes parâmetros, no entanto, existe um Valor Guia da Organização Mundial de Saúde (Guidelines 2004) de 0,7 mg/L para cada um deles.

Como se pode verificar nos gráficos seguintes, os valores obtidos no ano de 2008 são bastante inferiores a este Valor Guia, o que demonstra que o sistema de desinfecção está a funcionar em boas condições.

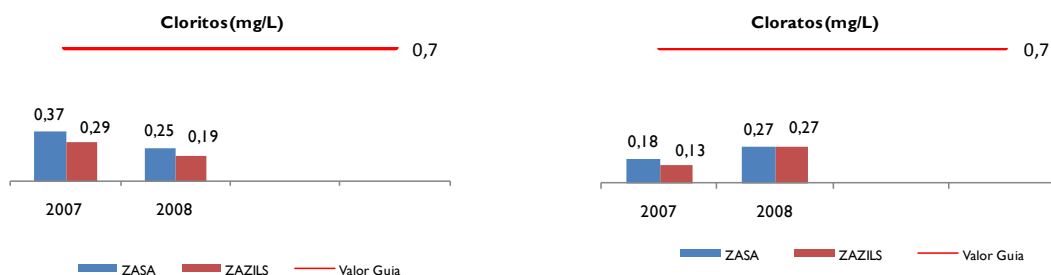


Figura 87 – Monitorização de Cloritos e Cloratos

7.1.5. Operação e Manutenção

O Subsistema de Água Potável, para atingir os objectivos pretendidos, teve o seu funcionamento organizado em três equipas.

As equipas do COSA, com uma equipa para a distribuição em baixa e outra para a alta, e a equipa do COMC, que acumulou actividades nos Subsistemas de Água Potável e Industrial.

Equipa do COSA, em baixa, assumiu várias actividades, das quais se destacam:

- Executar as ordens de serviço emanadas dos Serviços Comerciais, como seja a instalação de contadores, ordens de corte e de ligação, vistorias resultantes de novos fornecimentos, de reclamações e anomalias, pedidos de instalação de ramais, etc.;
- Executar o serviço de a leitura de contadores para a facturação aos clientes;
- Reparar as condutas na rede urbana que tenham sido sujeitas a rupturas;
- Desenvolver acções de detecção de fugas de água na rede, de perdas em bocas/marcos de incêndio e em bocas de rega;
- Substituição de válvulas e ramais domiciliários no centro urbano.

No mapa seguinte, a vermelho, estão referenciados os locais onde se verificaram rupturas nas condutas de abastecimento, e a verde os locais onde as rupturas tiveram origem em ramais de abastecimento.



Figura 88 – Mapa de Localização de Rupturas

No quadro seguinte, apresentam-se os dados referentes às rupturas verificadas em rede de distribuição durante o ano de 2008, designadamente, o valor estimado de perda de água, o tempo de interrupção no fornecimento de água e o n.º de clientes afectados pela suspensão do abastecimento.

Mês	Nº roturas	Perdas de água m³	Tempo Interrupção			Total H/h reparação	Nº clientes afectados	Comprimento condutas reparadas
			Máximo	Mínimo	Total			
Jan.	3	15	1:55:00	1:50:00	5:40:00	17:00:00	41	69
Fev.	4	17	7:25:00	1:20:00	14:30:00	43:30:00	2	20
Mar.	2	15	8:50:00	5:35:00	14:25:00	43:15:00	11	4
Abr.	6	25	6:00:00	1:20:00	16:30:00	49:30:00	70	8
Mai.	4	41	7:25:00	0:00:00	49:30:00	6:00:00	14	11
Jun.	5	31	9:25:00	1:25:00	25:55:00	77:45:00	206	9
Jul.	4	11	2:25:00	1:50:00	23:45:00	2:25:00	24	2
Ago.	5	24	4:25:00	1:20:00	16:30:00	49:30:00	182	4
Set.	5	15	3:55:00	1:50:00	14:50:00	44:30:00	53	3
Out.	2	2	1:00:00	0:50:00	1:50:00	5:30:00	26	1
Nov.	4	4	1:00:00	1:00:00	4:00:00	12:00:00	52	1
Dez.	5	9	9:20:00	0:50:00	14:50:00	44:30:00	5	2
TOTAL	49	209	63:05:00	19:10:00	202:15:00	395:25:00	686	134

Figura 89 – Rupturas Verificadas em rede de distribuição/2008

A equipa do COSA, em alta, assumiu os serviços respeitantes à captação, adução e tratamento da água distribuída. As actividades diárias da referida equipa foram as que seguidamente se apresentam:

- Comandar o Subsistema de água potável, à distância, com o apoio da telegestão, desde o funcionamento das captações subterrâneas, ao tratamento, níveis do reservatório, funcionamento das estações elevatórias, etc.
- Inspeccionar as captações subterrâneas, as condutas adutoras e caixas de manobra;
- Registar as leituras de controlo do fluxo de água e o funcionamento dos equipamentos;
- Acompanhar o técnico do laboratório, nas recolhas de amostras para análises de qualidade da água, e verificar a concentração de desinfectante residual na rede.
- A manutenção primária de rotina dos equipamentos electromecânicos foi assegurada pelos operadores de serviço;

Os elementos destas equipas estiveram organizados de modo a garantir a existência de um piquete de prevenção de rupturas ou reclamações, fora do período normal de serviço.

Principais obras realizadas nas Infra-estruturas do sistema de água potável:

- Renovação de parte (1200m) da conduta de distribuição de água potável para norte de Monte Chãos. Este troço teve aproximadamente 50% de todas as rupturas da empresa em 2007.
- Renovação do sistema de bombagem de porto de peixe. Afectação exclusiva desta captação à CMSC abastecendo as povoações de Brescos e Costa de Santo André, incluindo desinfecção.

7.2. Água Industrial

A actividade deste Sector abrange tudo o que se refira à captação da água superficial do Rio Sado através da EE de Ermidas, à produção de água industrial na ETA de Morgavel e ao Centro de Distribuição de Monte Chãos, donde é feita a distribuição de água industrial à Zona de Sines. Este centro é igualmente responsável pela distribuição de água potável para a mesma Zona.

7.2.1. Captação

O subsistema inicia-se na Captação de Ermidas-Sado de onde é bombeado, nos meses em que há disponibilidade na origem, em termos de qualidade e quantidade, o caudal necessário para manter os níveis adequados, na Albufeira. Indica-se no gráfico seguinte os caudais captados em 2008.

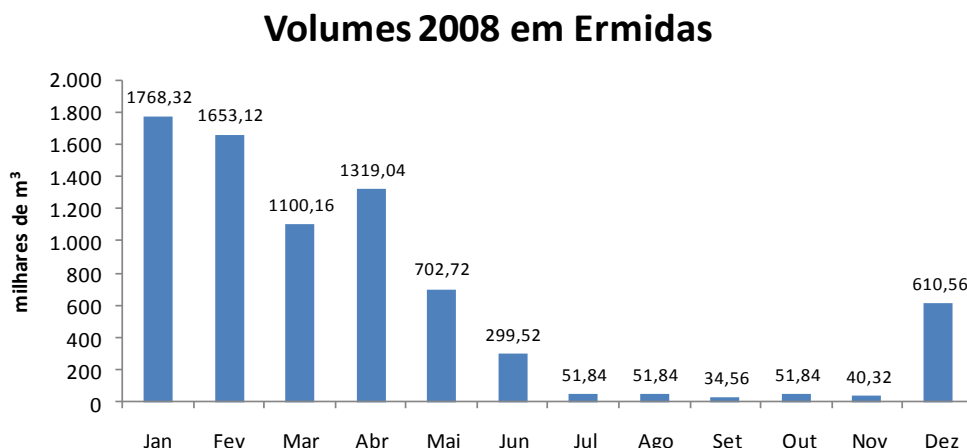


Figura 90 - Volumes Captados em Ermidas-Sado durante 2008

Os reduzidos caudais bombeados entre Outubro e Novembro justificam-se pelos elevados valores de condutividade apresentados pela água do rio Sado, valores esses que em caso de bombagem poderiam por em causa a qualidade da água armazenada na albufeira de Morgavel.

A falta de qualidade na origem está associada à fraca pluviosidade ocorrida no início do ano hidrológico.

Para captar estes volumes caudal foram consumidos cerca 1,5 milhões de kWh. Pelo gráfico seguinte demonstra-se que a maior parte da energia consumida o foi nas horas com as tarifas mais económicas.

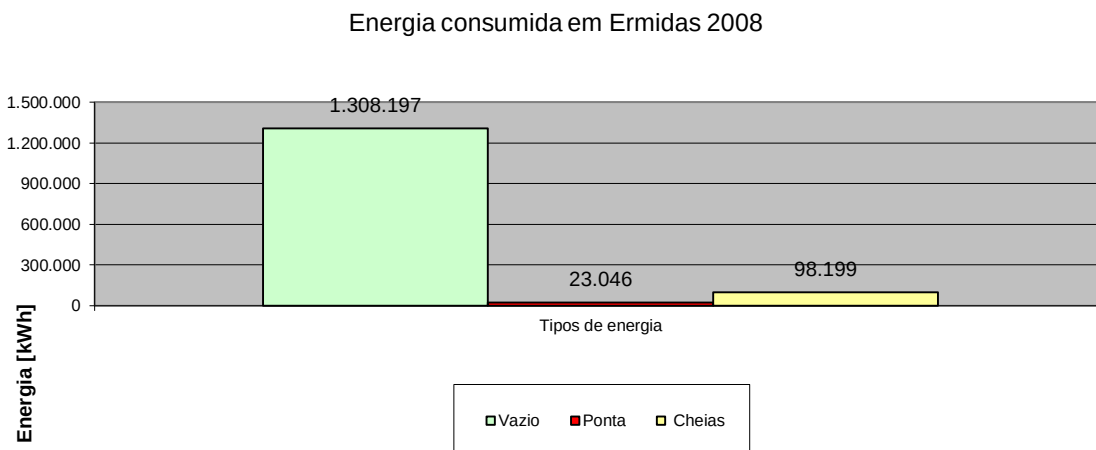


Figura 91 – Energia Consumida em Ermidas/2008

Volumes Captados em Ermidas

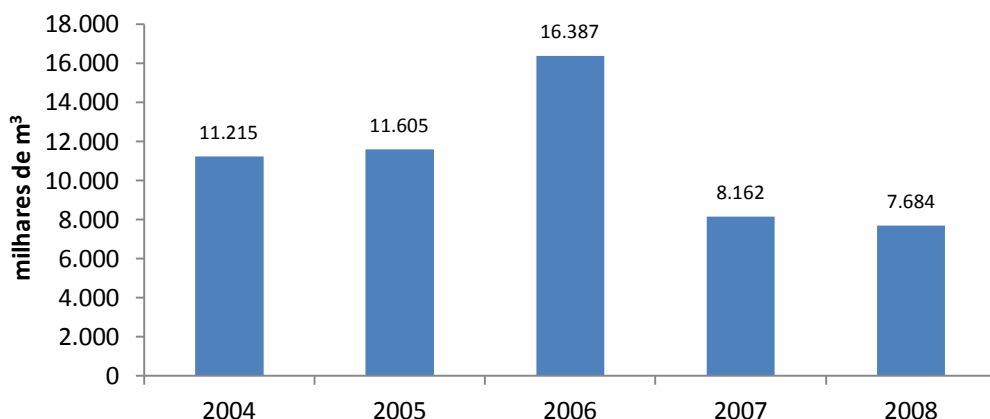


Figura 92 – Volumes Captados Ermidas

Neste ano, verificou-se uma redução do caudal captado, em função da situação relatada no parágrafo anterior, o que coloca este valor no mais baixo dos últimos 5 anos. Esta situação deve-se essencialmente ao facto de não se ter bombeado no Outono os volumes habitualmente captados.

A água captada em Ermidas é transportada para a albufeira de Morgavel, cujo volume total armazenado apresenta, ao longo dos últimos anos, a evolução constante na figura seguinte.

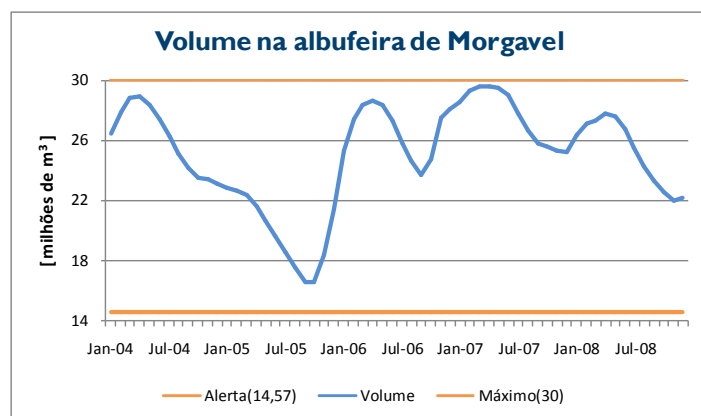


Figura 93 - Volume Armazenado na Albufeira de Morgavel

Apesar de, este ano, ter sido bombeado para a Albufeira um volume que é o menor dos últimos 5 anos, como acima referido, o nível desta não está tão baixo como no período homólogo de 2005, ano em que foram atingidos os níveis mais baixos dos últimos cinco anos.

Este facto foi o reflexo do ano de seca de 2004/2005, tendo-se atingido em Outubro de 2005 um nível mínimo de 61,26 m3 que corresponde a um volume útil de armazenamento de cerca de 16,1 milhões de m3 (o mais baixo dos últimos dez anos).

É de salientar que a partir dessa data, a AdSA fez um esforço suplementar de captação no Rio Sado, de forma a manter a Albufeira com maiores níveis de armazenamento, o que contribui decisivamente para que no final de 2008 estejam armazenados cerca de 20 milhões de m3.

O regime de exploração da Albufeira de Morgavel tem por objectivo assegurar um volume útil de armazenamento nunca inferior a 10 milhões de m3, ou seja cerca de um ano de consumos. A partir dos 14,5 milhões de m3 surge o nível de alerta a partir do qual entra em operação o regime especial de contingência.

Monitorização e Qualidade**Qualidade da Água Captada**

O controlo de qualidade da água captada em Ermidas-sado é feito através da monitorização da mesma, com a análise de diversos parâmetros indicadores.

Esta monitorização foi efectuada através da execução de um Plano Analítico que incluía colheitas semestrais, no ponto de captação e análise a 25 parâmetros. Em Novembro de 2008 o controlo foi reforçado com a criação de mais um Plano Analítico que inclui análises mensais a 18 parâmetros, que se irá prolongar até Abril de 2009. A realização das análises é feita por laboratórios acreditados pelo IPAC.

Além destes Planos, é feito um controlo operacional que inclui a medição diária dos valores de condutividade verificados na água. Este controlo permite-nos verificar a evolução deste parâmetro, considerado fundamental na caracterização da qualidade da água captada.

A figura 44-A representa a evolução verificada nos valores deste parâmetro e relaciona-a com os valores de precipitação diária medidos na estação hidrológica de Grândola (fonte SNIRH).

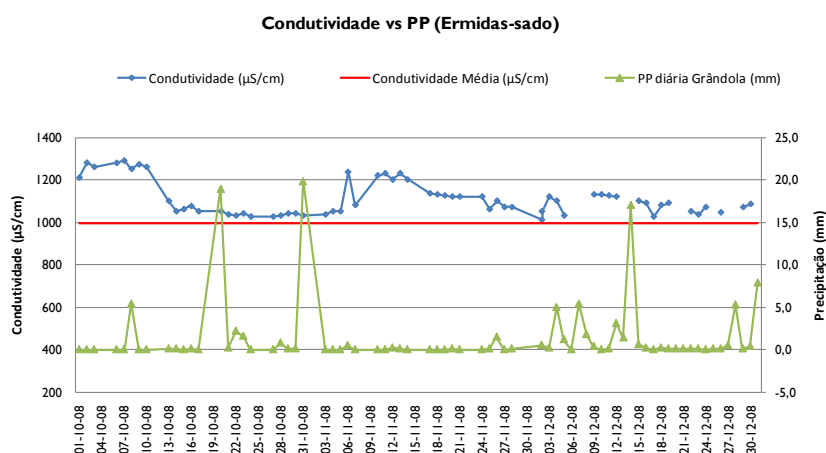


Figura 94 – Condutividade vs Precipitação em Ermidas-sado

Evolução da Qualidade da Água no Rio Sado

Através da monitorização efectuada à água captada no Rio Sado (Ermidas Sado), é possível verificar a evolução e/ou variação da qualidade da massa de água na origem.

Em seguida apresentam-se os resultados obtidos para o ano de 2008.

Valores médios anuais	2008
	Captação Rio Sado
Alcalinidade (mg CaCO ₃ /l)	135
Condutividade (uS/cm)	1031
Dureza Total (mg CaCO ₃ /l)	198
Oxidabilidade (mg O ₂ /l)	4,6
pH (Sorensen)	7,3
Turvação (NTU)	10,6
Sólidos suspensos totais (mg/l)	27,5
Azoto amoniacal (mg NH ₄ /l)	0,43
Azoto Kjeldahl (mg N/l)	0,8
Cádmio (mg/l)	<0,0004
Chumbo (mg/l)	<0,005
Cloretos (mg Cl/l)	251
Cobre (mg/l)	0,013
CQO (mg O ₂ /l)	20,0
Crómio (mg/l)	<0,01
Fenóis (µg C ₆ H ₅ OH/l)	2,22
Ferro (mg Fe/l)	0,12
Fosfatos (mg P ₂ O ₅ /l)	0,202
Hidrocarbonetos (mg/l)	0,025
Manganês (mg/l)	0,35
Nitratos (mg NO ₃ /l)	5,7
Oxigénio Dissolvido (% Saturação)	68
Subst. Tensioactivas (mg/l)	0,053
Sulfatos (mg SO ₄ /l)	80
Zinco (mg/l)	0,056

Figura 95 – Qualidade do Rio Sado

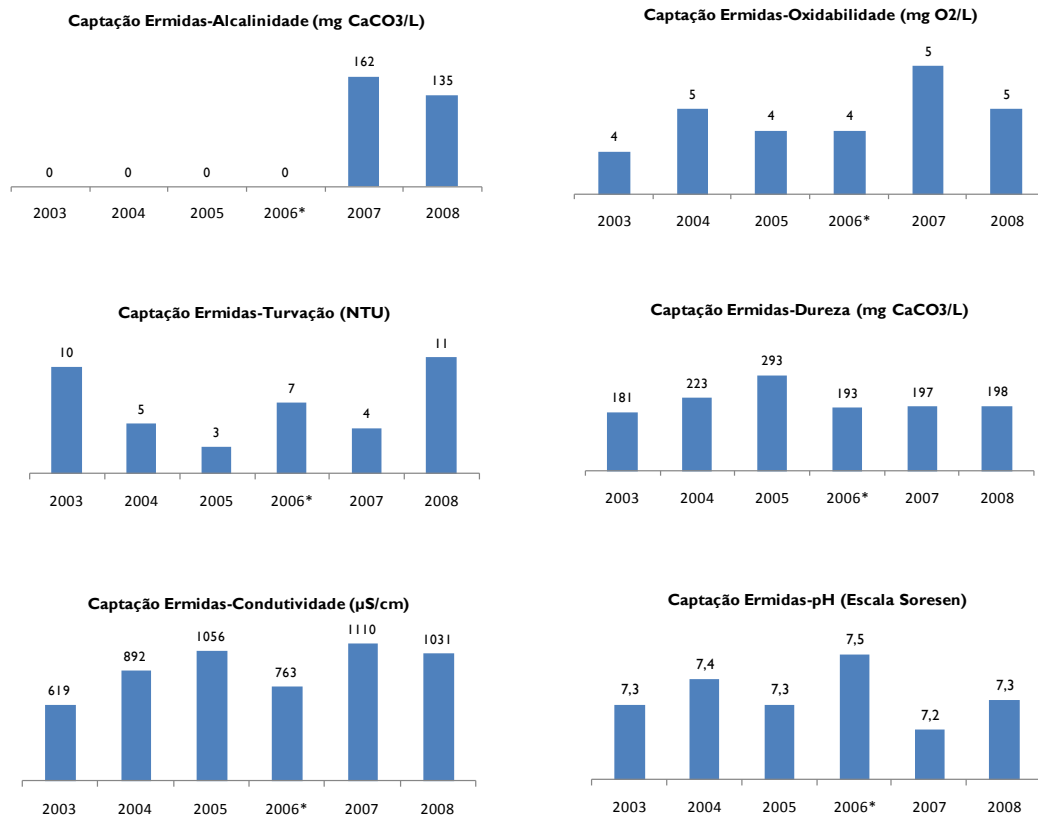
Evolução da Qualidade da Água na Origem ao longo dos últimos anos

Desde o ano de 2003 tem havido um acompanhamento da evolução da qualidade da água captada para a produção de água industrial, através de campanhas de monitorização.

Com base nos resultados obtidos nas campanhas de monitorização da água captada no Rio Sado, podemos observar que não se detecta uma tendência para a degradação da qualidade da água, podendo considerar-se como normais as variações ocorridas.

Os gráficos seguintes demonstram a evolução dos valores médios anuais, para cada parâmetro.

Para os parâmetros alcalinidade, oxidabilidade, turvação, dureza total, condutividade e pH:



Relativamente aos parâmetros cloretos, azoto amoniacal, sólidos suspensos totais, azoto Kjeldahl, CQO e fenóis:

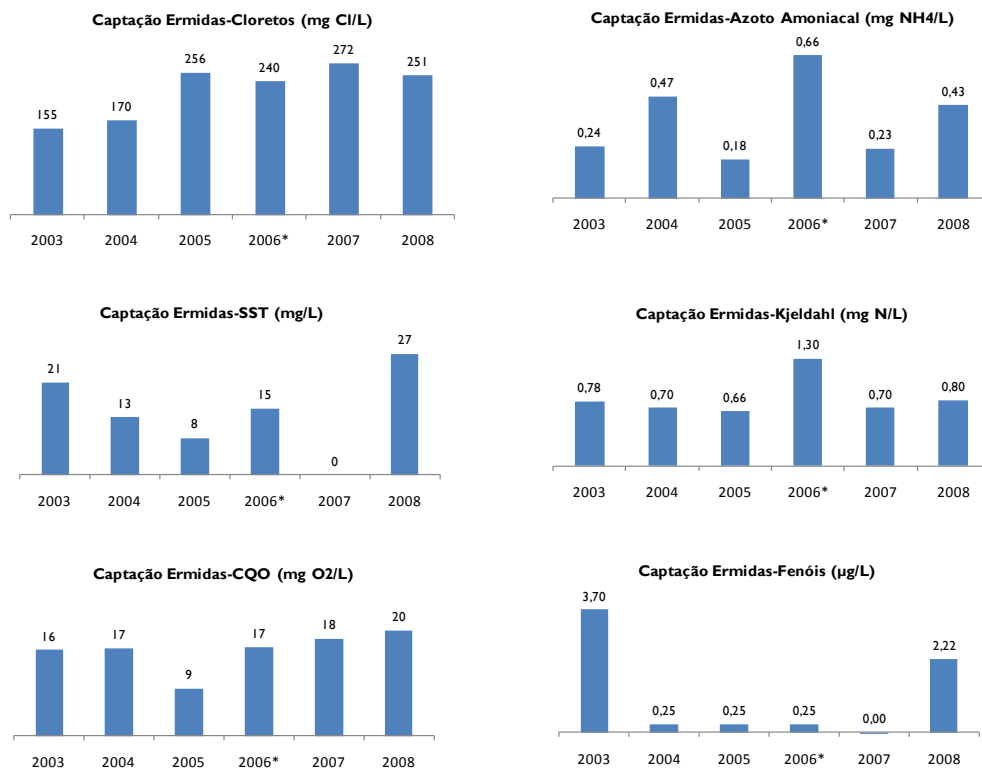


Figura 96 – Parâmetros – Qualidade da Água na Origem

Os cloretos apresentam uma evolução no sentido de um aumento contínuo, ainda que ligeiro, do seu teor desde 2005, no entanto em 2008 o valor médio diminuiu ligeiramente.

Os cloretos existentes nesta captação poderão ter origem em poluição difusa devido a lixiviação dos solos ou de antigas escombrelas de minas. Outra hipótese seria uma degradação da qualidade na Albufeira do Roxo, situado a montante da captação. Porém, segundo o relatório final do Plano de Bacia Hidrográfica do rio Sado, a qualidade da água na Albufeira do Roxo (a montante da captação) não tem sofrido alterações significativas nos últimos anos.

No sentido de conseguir um controlo mais rigoroso e de obter uma indicação mais precisa acerca das possíveis causas desta evolução, está prevista uma campanha de monitorização para este parâmetro, a realizar em vários pontos a montante e a jusante da captação.

Relativamente aos parâmetros sulfatos, nitratos, oxigénio dissolvido, hidrocarbonetos, ferro e manganês:

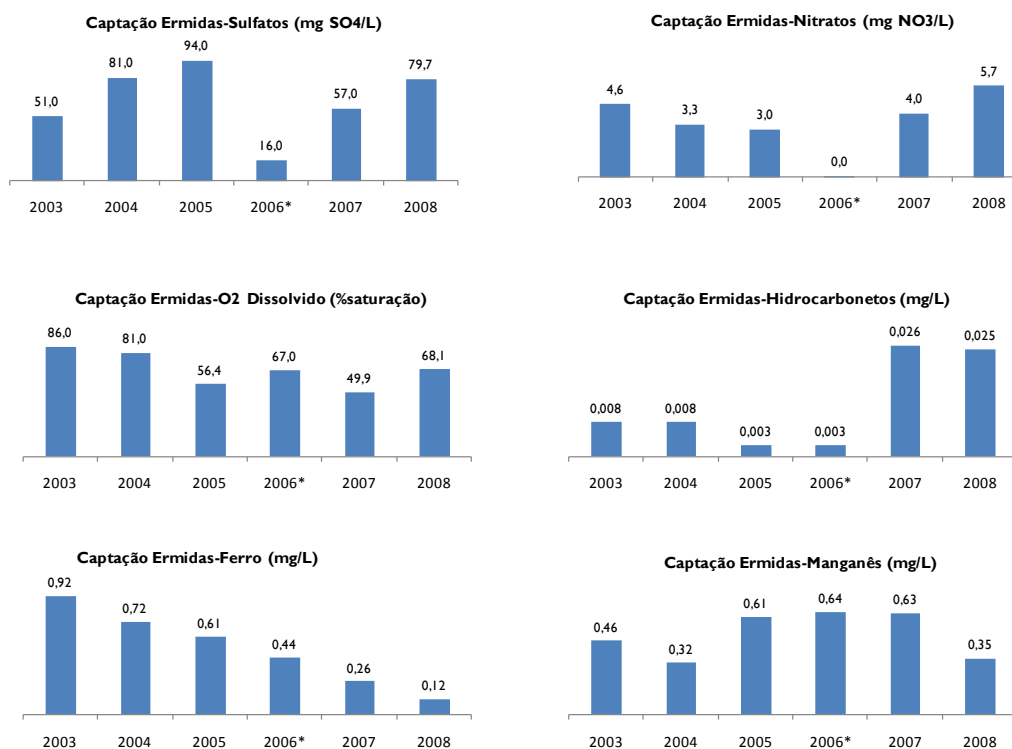


Figura 97 – Parâmetros Qualidade

E finalmente para os parâmetros substâncias tensoactivas e fosfatos:

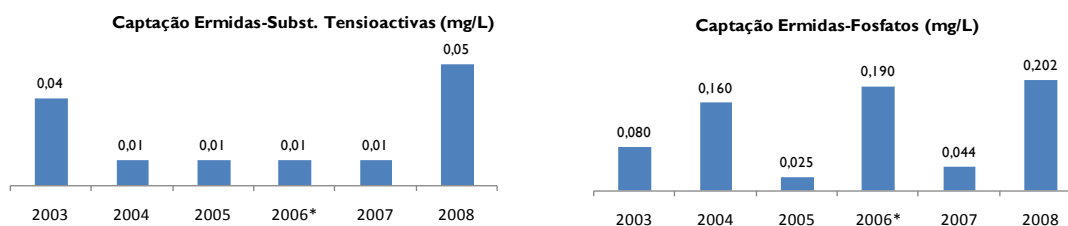


Figura 98 - Parâmetros de Qualidade

7.2.2. Produção

Durante o ano de 2008 foram produzidos cerca de 9,5 milhões de m³ de água industrial, destinada aos clientes da ZILS. Como se pode inferir do gráfico este valor é o mais baixo dos últimos 5 anos, motivado por uma diminuição da procura justificada pelas paragens ocorridas na Petrolgal e na Repsol, em 2008.



Figura 99 – Caudais Produzidos na ETA Morgavel

Como se pode ver na figura seguinte, a sua distribuição mensal não tem grandes variações ao longo do ano, mantendo um padrão constante ao longo dos anos como se pode confirmar por comparação com a média dos últimos 3 anos.

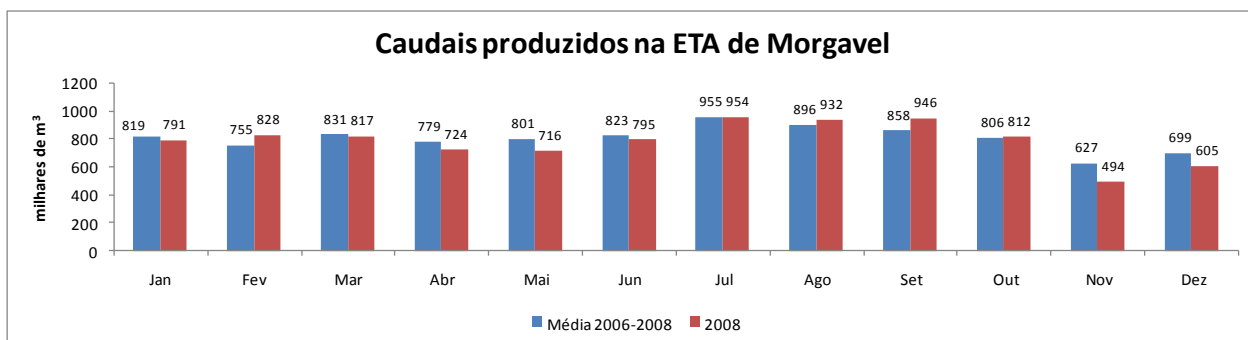


Figura 100 – Água Industrial Produzida

A quebra de produção verificada no final do ano deve-se a paragens para manutenção, primeiro da Petrolgal, depois da Repsol, já referidas.

Para produzir este caudal foram consumidos cerca 1,9 milhões de kWh. Pelo gráfico seguinte demonstra-se que a maior parte da energia consumida foi nas horas com as tarifas mais económicas.

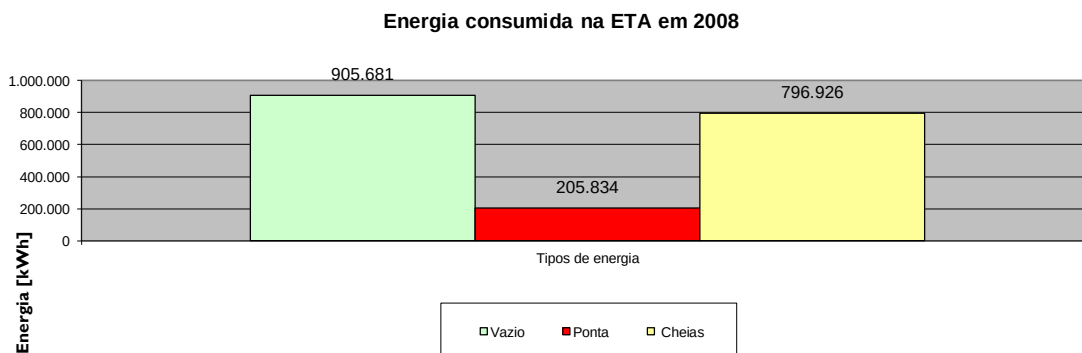


Figura 101 – Energia Consumida na ETA/2008

Controlo de Processo

Para a operação da ETA dispõe-se de um Plano de Controlo de Processo, que inclui a monitorização em contínuo do pH, condutividade, temperatura, turvação e cloro residual ao longo das diferentes etapas de tratamento. Esta monitorização permite controlar todo o processo, efectuando automaticamente os ajustes necessários de modo a optimizar o mesmo.

Monitorização e Qualidade

Qualidade da Água Produzida e Distribuída

A qualidade da água produzida na ETA de Morgavel e fornecida às indústrias, é controlada através de análises quinzenais, realizadas no reservatório de Monte Chãos (ver Figura 102 Quadro Qualidade Reservatório Monte Chãos).

Este controlo sistemático da qualidade da água fornecida às indústrias, assegura que a sua qualidade se manteve dentro dos padrões habituais e adequados aos processos industriais.

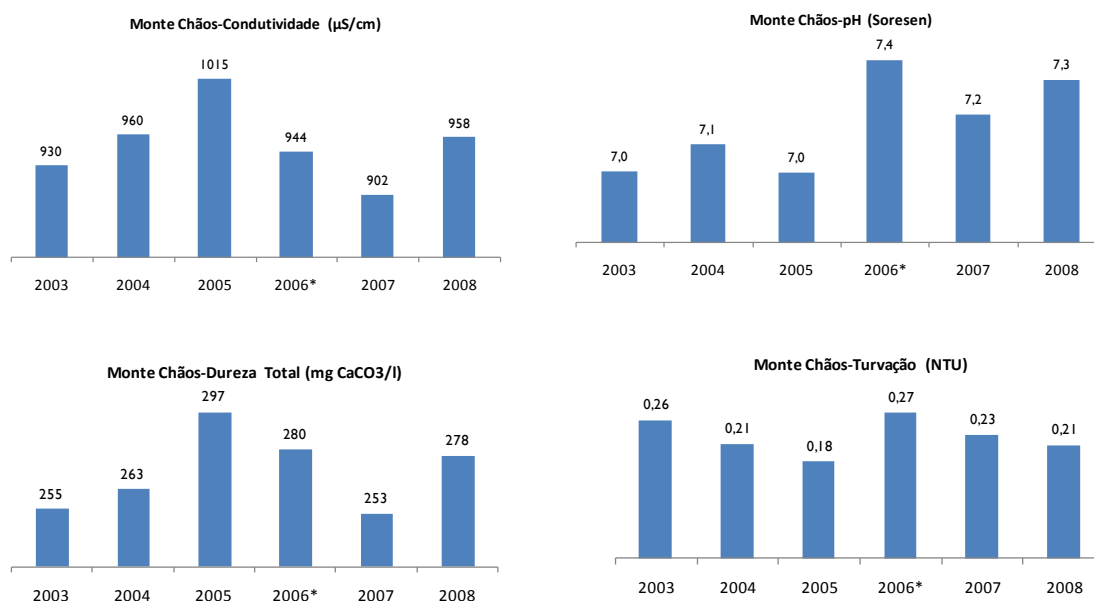
Importante é também monitorizar a qualidade da água captada na Albufeira de Morgavel. Esta monitorização é feita através de planos de controlo semestrais, uma vez que o histórico de resultados demonstra uma elevada estabilidade nos valores obtidos para os diversos parâmetros de controlo de qualidade.

As tabelas seguintes referem-se aos valores médios obtidos ao longo do ano de 2008, para os vários parâmetros analisados na água da Albufeira de Morgavel e na água obtida à saída da ETA de Morgavel (Reservatório de Monte Chãos):

Valores médios anuais	2008	Valores médios anuais	2008
	Albufeira de Morgavel		Reservatório Monte Chãos
Alcalinidade (mg CaCO ₃ /l)	130	Alcalinidade (mg CaCO ₃ /l)	141
Condutividade (uS/cm)	1066	Condutividade (uS/cm)	958
Dureza Total (mg CaCO ₃ /l)	264	Dureza Total (mg CaCO ₃ /l)	277,8
Oxidabilidade (mg O ₂ /l)	2,9	Oxidabilidade (mg O ₂ /l)	1,9
pH (Sorensen)	7,9	pH (Sorensen)	7,3
Turvação (NTU)	0,79	Turvação (NTU)	0,21
Sólidos suspensos totais (mg/l)	1,9	Sólidos suspensos totais (mg/l)	0,28
Azoto amoniacal (mg NH ₄ /l)	0,09	Azoto amoniacal (mg NH ₄ /l)	0,08
Azoto Kjeldahl (mg N/l)	0,32	Azoto Kjeldahl (mg N/l)	0,12
Cádmio (mg/l)	<0,0004	Cádmio (mg/l)	<0,0004
Chumbo (mg/l)	<0,005	Chumbo (mg/l)	<0,005
Cloretos (mg Cl/l)	248	Cloretos (mg Cl/l)	228
Cobre (mg/l)	<0,01	Cobre (mg/l)	0,015
CQO (mg O ₂ /l)	13,2	CQO (mg O ₂ /l)	18,1
Crómio (mg/l)	<0,01	Crómio (mg/l)	<0,01
Fenóis (µg C ₆ H ₅ OH/l)	4,34	Fenóis (µg C ₆ H ₅ OH/l)	0,5
Ferro (mg Fe/l)	<0,05	Ferro (mg Fe/l)	<0,05
Fosfatos (mg P ₂ O ₅ /l)	0,146	Fosfatos (mg P ₂ O ₅ /l)	0,176
Hidrocarbonetos (mg/l)	0,023	Hidrocarbonetos (mg/l)	0,035
Manganês (mg/l)	0,027	Manganês (mg/l)	0,47
Nitratos (mg NO ₃ /l)	2,9	Nitratos (mg NO ₃ /l)	3,4
Oxigénio Dissolvido (% Saturação)	68	Oxigénio Dissolvido (% Saturação)	65
Subst. Tensioactivas (mg/l)	0,022	Subst. Tensioactivas (mg/l)	0,022
Sulfatos (mg SO ₄ /l)	107	Sulfatos (mg SO ₄ /l)	112
Zinco (mg/l)	<0,02	Zinco (mg/l)	0,048

Figura 102 – Valores Médios na Albufeira de Morgavel e no Reservatório Monte Chãos

Nos gráficos seguintes pode verificar-se a evolução de alguns parâmetros de qualidade da água produzida na ETA de Morgavel:

**Figura 103 – Parâmetros de Qualidade**

Considerando o tipo de tratamento utilizado na ETA de Morgavel podemos verificar na tabela seguinte, a eficiência de tratamento desta estação de tratamento, para os parâmetros mais significativos:

Parâmetro	Eficiência (%)
Oxidabilidade	33
Turvação	73
Sólidos Suspensos Totais	86

Figura 104 - Eficiência dos principais parâmetros na ETA de Morgavel

Os níveis de eficiência da ETA de Morgavel, poderão ser optimizados. Está a ser feita a identificação dos pontos críticos nas diferentes etapas de tratamento, com o objectivo de anular as anomalias existentes. Já se deu início à reabilitação de órgãos, com o objectivo de aumentar a eficiência do tratamento.

7.2.3. Distribuição

O Centro de Distribuição de Monte Chãos é responsável pelo abastecimento de água à Zona de Sines, abrangendo 17 clientes. A Água distribuída provém essencialmente da água produzida na ETA de Morgavel, à qual acresce, em pequena percentagem, a água proveniente do Centro de produção de Santo André.

Em 2008, foi realizado um transvase do sistema de Santo André correspondente a um volume aproximado de 375 000 m³.

O total de água industrial distribuída em Monte Chãos, foi de 9,6 milhões que representa um ligeiro decréscimo comparando com o ano anterior. A razão desta variação prende-se com o facto de a

Petrogal ter efectuado uma paragem para manutenção e a Repsol ter a partir de Novembro e até ao fim do ano suspenso a sua produção.

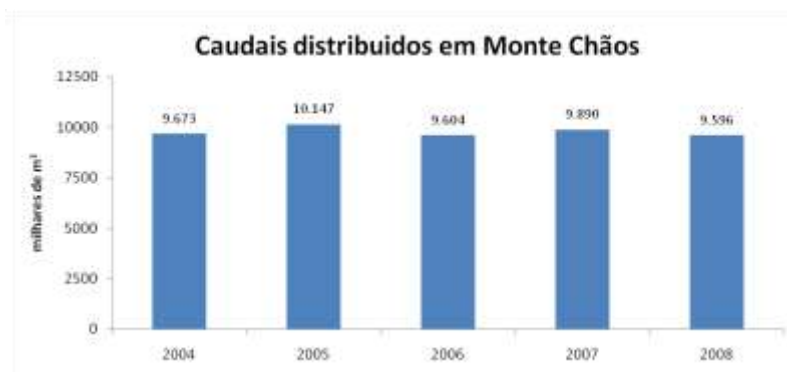


Figura 105 – Caudais Distribuídos em Monte Chãos

Como se verifica no gráfico seguinte, existe uma flutuação mensal típica destes utilizadores, sendo excepção a quebra acentuada em Novembro e Dezembro que se justifica pelas paragens já anteriormente referidas.



Figura 106 - Caudais de água industrial distribuídos em Monte Chãos em 2008

O balanço hídrico anual deste subsistema apresenta-se na tabela seguinte.

Mês	Balanço Hídrico [m³]								
	Ermidas	Albufeira (milhões)	Elevação Morgavel	Drenos	Produção ETA	Transvase AP-AI 50000	Monte Chãos	Transvase AP-AI Clientes	Perdas
Jan-08	1.768.320	26,34	764.906	26.218	791.124	1.880	775.813	3.008	2,54%
Fev-08	1.653.120	27,14	807.535	20.439	827.974	4.068	821.736	2.525	1,54%
Mar-08	1.100.160	27,34	794.924	22.502	817.426	45.073	847.346	524	1,87%
Abr-08	1.319.040	27,79	701.724	22.301	724.025	64.226	775.306	1	1,64%
Mai-08	702.720	27,61	695.399	20.367	715.766	87.535	791.966	0	1,41%
Jun-08	299.520	26,75	773.622	21.817	795.439	65.195	848.769	0	1,38%
Jul-08	51.840	25,53	933.437	21.000	954.437	11.775	949.908	0	1,69%
Ago-08	51.840	24,30	910.125	21.520	931.645	3.759	923.225	0	1,30%
Set-08	34.560	23,36	918.326	27.475	945.801	0	922.343	0	2,48%
Out-08	51.840	22,52	781.254	30.353	811.607	23.400	816.419	0	2,23%
Nov-08	40.320	21,96	463.365	30.194	493.559	15.779	498.389	0	2,15%
Dez-08	610.560	22,15	574.581	30.462	605.043	44.777	633.334	0	2,54%
Total	7.683.840		9.119.198	294.648	9.413.846	367.467	9.604.554	6.058	1,87%

Figura 107 - Balanço Hídrico

É de realçar o facto de o valor das perdas assinalado no quadro ser baixo, cerca de 2%, o que se justifica pelo reduzido número de ramais, o relativamente curto comprimento de rede e, em particular, a não existência de roturas assinaladas. Porém, estas perdas dizem respeito apenas à distribuição, não estando contabilizadas as perdas na adução desde Ermidas, nem as da própria Albufeira.

Qualidade da Água Distribuída

Tal como foi referido no ponto anterior, o controlo sistemático da qualidade da água fornecida às indústrias, através dos Planos de Monitorização em vigor, assegura que a sua qualidade se manteve dentro dos padrões habituais e adequados aos processos industriais.

Este sistema funcionou com regularidade, tendo sido assegurado o controlo sistemático da qualidade da água fornecida às indústrias, que se manteve dentro dos padrões habituais e adequados aos processos industriais.

7.2.4. Operação e Manutenção

Para além da manutenção normal do Sistema de Água Industrial, foram realizadas obras de melhoria em infra-estruturas, das quais se destacam pela sua importância as seguintes:

Captação de Ermidas e transporte de água bruta

- Reparação das válvulas dos grupos de electrobombas de Ermidas e respectiva colocação em serviço.
- Ensaio das electrobombas da captação, em articulação com o fabricante, tendo em vista um plano de renovação.
- Início da instalação de um caudalímetro na conduta adutora a jusante da Torre de Equilíbrio.
- Reparação de um pequeno troço do Canal Ermidas/Morgavel.
- Desmatção das áreas envolventes da estação elevatória de Ermidas e do Canal

ETA de Morgavel

- Reparação da fissura existente na câmara de tranquilização, órgão de entrada de água na ETA, esta intervenção obrigou à paragem da ETA durante 4 dias. Tendo em consideração a necessidade de não interrupção do abastecimento aos clientes industriais, recorreu-se a um transporte alternativo a partir do sistema de água potável com o recurso intensivo às captações AdSA3 e JKC8 do Sistema de Santo André.



Figura 108 – Obras de Reparação na Câmara de Tranquilização

- Conclusão dos testes de melhoria do sistema de floculação/decantação utilizando o sulfato de alumínio, tendo-se iniciado a instalação do sistema no novo local, junto à Câmara de Mistura Rápida.
- Ensaio das condições de funcionamento e beneficiação das comportas de seccionamento da Cisterna de Saída e da Câmara de Mistura Rápida.
- Inspeção ao estado de conservação da cisterna de contacto incluindo válvula de descarga de fundo.



Figura 109 - Bomba Flygt – Modelo BS 2250.010/11 - Capacidade 230l/s – Utilizada para esgotar a cisterna



Figura 110 - Lama acumulada na galeria de entrada da cisterna



Figura 111 - Algumas fissuras detectadas na zona da junta de dilatação da cisterna

- Instalação de válvula de descarga de fundo da adutora Poço de Bombagem – Órgão de Entrada da ETA.
- Reparação das bombas do PRI e análise do seu funcionamento com vista a optimizar o Sistema.



Figura 112 - Grupo n.º 1 do PRI - Marca ABS modelo AF300



Figura 113 – Após desacoplamento, verificou-se que o impulsor se encontrava partido

- Retirada de areia de um dos filtros para inspecção dos órgãos constituintes do referido filtro, tendo em vista a sua reparação, designadamente, comporta de saída e difusores.
- Reparação da bomba n.º 1 da água de lavagem.
- Retirada das lamas da lagoa de decantação para a lagoa de secagem.

Adução e Distribuição

- Desmatção da conduta adutora ETA/Monte Chãos.
- Desmatção do recinto do Centro de Distribuição de Monte Chãos.

No quadro seguinte, apresentam-se os dados referentes às rupturas verificadas em rede de distribuição em alta durante o ano de 2008, designadamente, o número de rupturas e o tempo de indisponibilidade nas condutas.

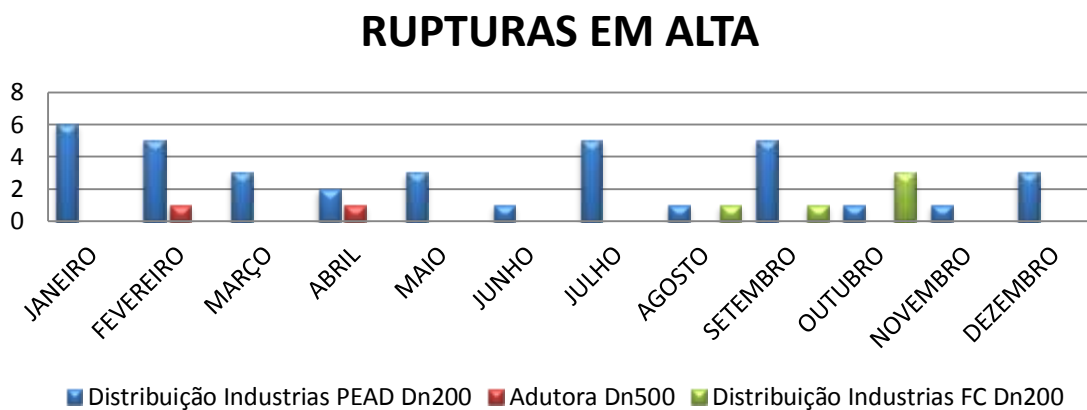


Figura 114 – Rupturas em alta

Resumo de Rupturas (Alta)			
Descrição	PEAD DN200	FV DN500	FC DN200
Nº Rupturas	36	2	5
Tempo de Indisponibilidade da conduta (horas)	144	8	20

Figura 115 – Número de rupturas em alta

7.2.5. Projectos e Obras

- Reparação dos decantadores 1 e 2 da ETA de Morgavel, constituída por uma intervenção de reparação do betão armado e do sistema de drenagem de lamas.
- Acompanhamento da instalação dos novos Clientes na ZILS.
- Acompanhamento das obras na esteira dos Pipelines e da ampliação das infra-estruturas de Água Industrial da AICEP.

7.3. Água Residual

A actividade deste Sector abrange tudo o que se refira à recolha, drenagem, tratamento e descarga de água residual urbana e industrial, e ainda a recepção e descarga de água residual salina.

7.3.1. Afluências

Aspectos Quantitativos

Na figura seguinte é possível observar a evolução dos caudais recolhidos e transportados pelo Subsistema desde 2003. Os caudais são apresentados de acordo com a sua proveniência: água residual urbana; água residual industrial e água residual salina.

Em 2008, foram ainda recepcionadas águas lixiviadas provenientes do Parque Ambiental da AMALGA. E que figuram no quadro abaixo designado como ARI “Outros”.

Tipologia de Água Residual	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Água Residual Urbana	1.455.607	1.778.386	1.525.450	1.758.572	1.851.151	1.099.342
V. N. Santo André	634.577	630.111	598.179	654.570	653.779	623.005
Sines*	821.030	1.148.275	927.271	1.104.002	1.197.371	476.337
Água Residual Industrial	3.314.150	3.093.681	3.147.477	3.421.320	2.876.246	3.099.174
Petrogal	2.460.875	2.389.000	2.360.609	2.312.563	1.715.171	1.743.728
Repsol	729.651	603.081	669.869	973.169	987.397	1.178.378
Euroresinas	67.356	68.454	83.571	104.096	87.523	79.926
Carbogal	50.886	28.422	26.653	19.513	58.292	84.548
Outros	5.381	4.725	6.775	11.978	27.863	12.594
Água Residual Salina	616.163	622.890	817.983	686.014	605.649	463.938
Petrogal	319.793	287.750	331.573	284.264	195.369	158.788
Repsol	296.370	335.140	486.410	401.750	410.280	305.150
Total...	5.385.920	6.810.252	5.490.909	5.865.907	5.333.046	4.662.455

*Entre 2003 e Setembro de 2007 o valor apresentado foi estimado por diferença relativamente ao afluente à ETAR.
(ausência de medidor de caudal)

Figura 116 - Análise de Caudais Drenados

Em 2008 foi instalado um caudalímetro destinado a medir os caudais afluentes da cidade de Sines, cujo o resultado conduz a um valor total anual muito inferior aos anteriormente estimados. É expectável que este caudalímetro, ainda que devidamente calibrado esteja a avaliar incorrectamente o caudal devido a influências de outros caudais afluentes na zona, que refluindo na conduta perturbem o seu funcionamento, este assunto foi avaliado, tendo sido efectuada a realocização do respectivo caudalímetro.

O volume de água residual recolhida e transportada em 2008 diminuiu cerca de 13% relativamente a 2007, facto que se deve aos decréscimos verificados nas componentes Urbana e Salina.

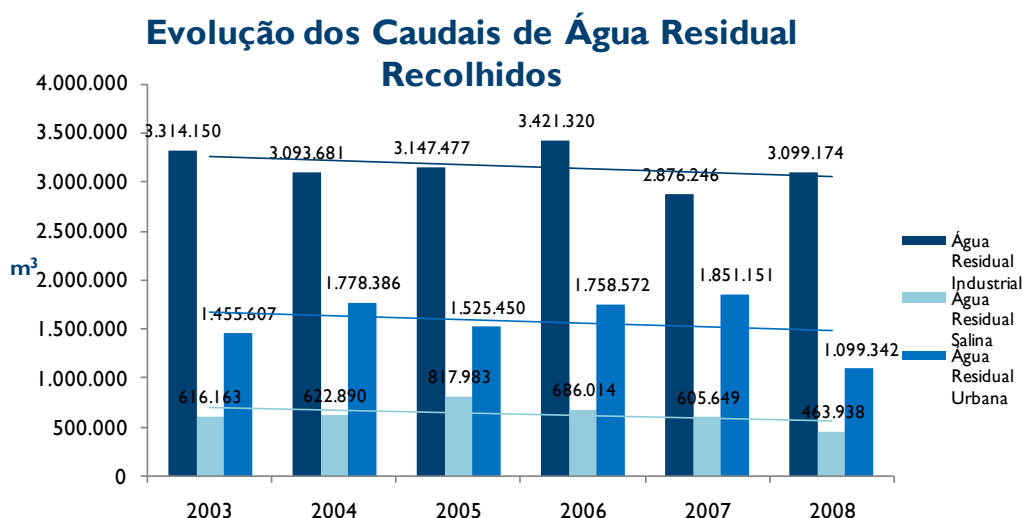


Figura 117 – Evolução dos Caudais Drenados

Água Residual Industrial

Conforme acima referido e da análise da figura 117, em 2008, a componente industrial registou um acréscimo de caudal na ordem dos 8%, contrariando o decréscimo de caudal registado em 2007.

O principal contributo para o aumento do caudal relativo à componente industrial é do Utilizador Repsol, que, representando 38% do caudal total de ARI, aumentou a sua descarga em cerca de 19%, relativamente a 2007. Outro aumento verificado, foi o da Petrogal que, representando 56% do caudal ARI, aumentou em cerca de 2% a sua descarga, relativamente ao período homólogo de 2007, no entanto, valores muito abaixo dos verificados até 2006. Salienta-se o facto de ambos os Utilizadores terem efectuado paragens para manutenção geral, no último trimestre de 2008.

À semelhança do registado em 2007, o Utilizador Carbogal voltou a registar um acréscimo de cerca de 45%. Este acréscimo é, mais uma vez, justificado pela alteração processual efectuada pelo Utilizador. Estima-se que a partir de 2009 o caudal descarregado por este Utilizador estabilize.

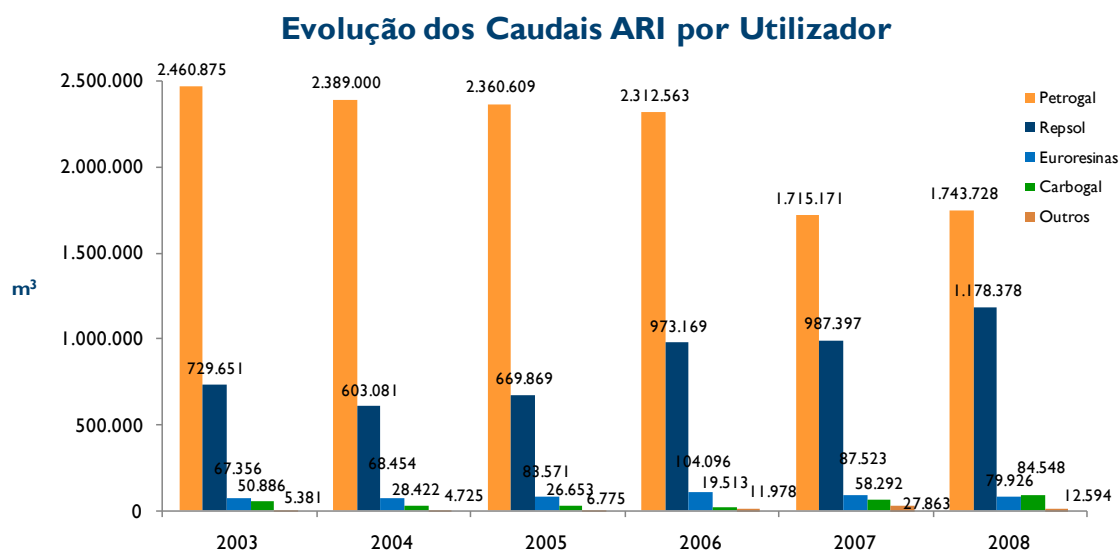


Fig 118 – Evolução dos Caudais ARI

Água Residual Salina

Na componente da água residual salina verificou-se um decréscimo de 23%, relativamente a 2007, para o qual contribuíram os dois Utilizadores deste sistema, a Petrogal e a Repsol, com decréscimos de 19 e 26%, respectivamente.

Evolução dos CaudaisARS por Utilizador

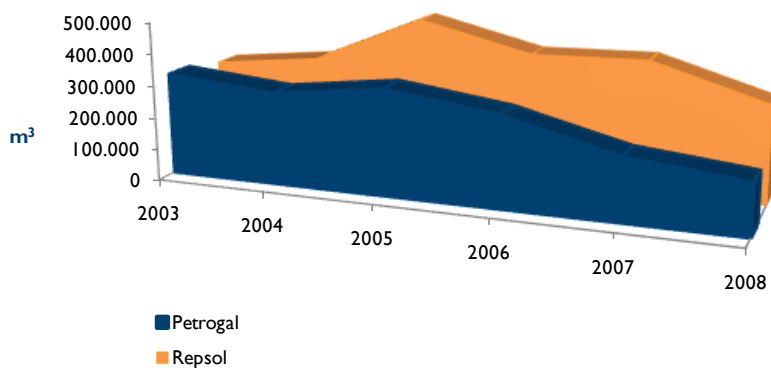


Fig 19 – Evolução Caudais ARS

Água Residual Urbana

No que respeita à componente urbana, registou-se decréscimo significativo dos caudais, 41% relativamente a 2007.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução dos caudais de ARU, provenientes da Freguesia de Santo André e da Cidade de Sines, salientando-se, no entanto, que entre Janeiro e Setembro de 2007 os caudais de Sines foram estimados com base no diferencial entre o somatório de outros clientes e o afluente à ETAR, devido à ausência de medidor de caudal específico.

Apesar de, em 2007, se ter efectuado a instalação de um medidor de caudal no ponto de recolha de ARU, durante o ano de 2008, foram constatadas perturbações no processo de medição do caudal, o que levou a que fosse efectuada uma optimização do sistema através da alteração da localização do referido medidor. Estas alterações de caudalímetro conduzem a que aos resultados medidos estejam associados provavelmente alguns erros.

Relativamente ao caudal proveniente da Freguesia de Santo André, registou-se um decréscimo de cerca de 5% relativamente ao período homólogo de 2007.

Evolução de Caudais ARU

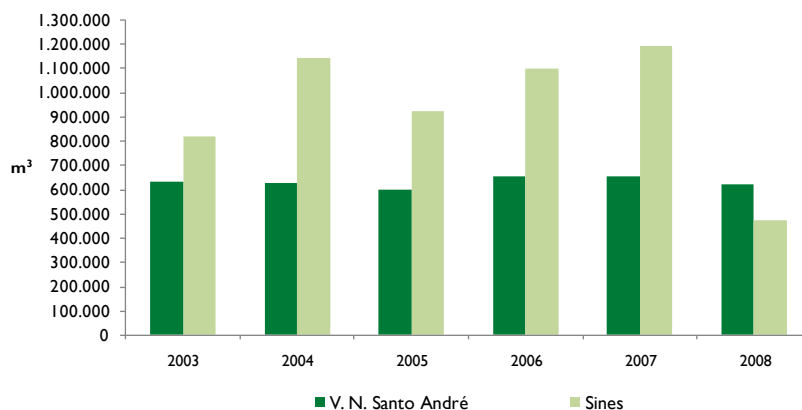


Fig 20 – Evolução de Caudais ARU

Tendo em consideração que em 2008, se registou um acréscimo de caudal recebido na componente ARI e um decréscimo de caudal recebido na componente ARU, fazendo fé nos valores medidos, obtém-se uma alteração significativa na relação entre estas duas afluições, conforme se pode constatar na figura seguinte, o que, dadas as características específicas destas origens, tem como consequência a diminuição da biodegradabilidade do afluente à ETAR.

Aspectos Qualitativos

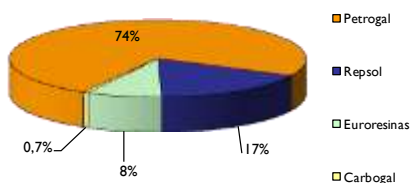
Apresenta-se seguidamente uma análise da qualidade da Água Residual Industrial admitida no subsistema, que é regida pelo Regulamento de Recolha e Tratamento de Água Residual Industrial do Sistema de Santo André (RARISA), aprovado em Abril de 2007.

No âmbito do controlo de qualidade efectuado às águas residuais descarregadas na rede de drenagem pelas indústrias da ZILS, foram realizadas 418 amostragens às quais se efectuaram 4159 análises a parâmetros físico-químicos. Este controlo de qualidade é efectuado aos principais Utilizadores Industriais, nos emissários da AdSA e a seguir ao respectivo ponto de recolha. A amostragem é feita através de colhedores automáticos, com uma frequência no mínimo horária. A recolha é efectuada duas vezes por semana, sob amostras compostas de 72 e 96 horas, sendo as determinações analíticas efectuadas por laboratório acreditado pelo IPAC.

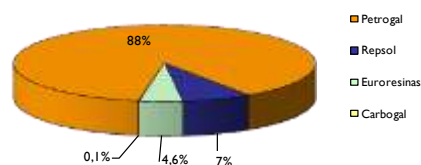
Quando solicitado pelas Indústrias a amostra é recolhida na presença de um representante do cliente e partilhada com este, a fim de ser analisada por outro laboratório com o intuito de validar os resultados obtidos. Tal é o caso da PETROGAL em permanência e da REPSOL esporadicamente.

Através das figuras seguintes pode observar-se a contribuição dos principais clientes da ZILS para a carga poluente afluente à ETAR de Ribeira de Moinhos.

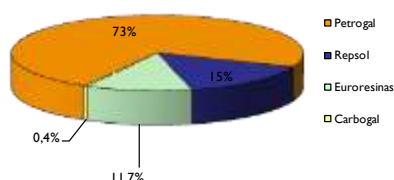
CQO - Contribuição por Indústrias



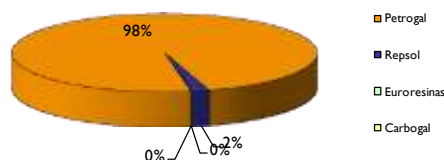
CBO₅ - Contribuição por Indústrias



SST - Contribuição por Indústrias



Óleos - Contribuição por Indústrias



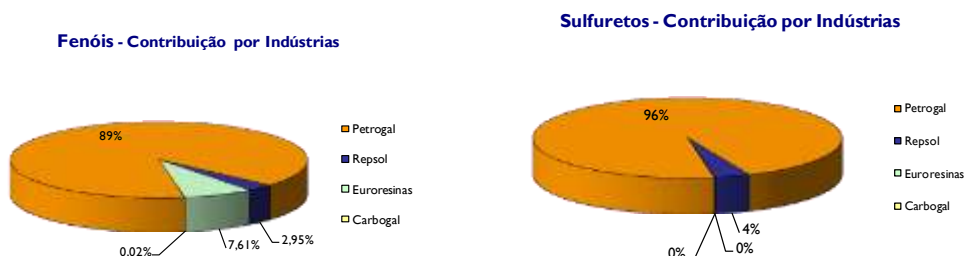


Figura 121 – Contribuição por cliente para a carga poluente afluente à ETAR Ribeira de Moinhos

Da análise das figuras acima apresentadas, ressalta o facto de a Petrogal ser o utilizador do Subsistema de Água Residual que mais contribui para as cargas mássicas poluentes, afluentes ao sistema. Esta situação é motivada pelo facto de ser a Petrogal quem mais contribui em termos de caudal.

Face ao importante contributo dos Utilizadores Petrogal e Repsol, que em conjunto representam mais de 90% do caudal de Água Residual Industrial afluente ao Subsistema, apresenta-se seguidamente a evolução do total das cargas mássicas de CQO descarregadas por estes Utilizadores.

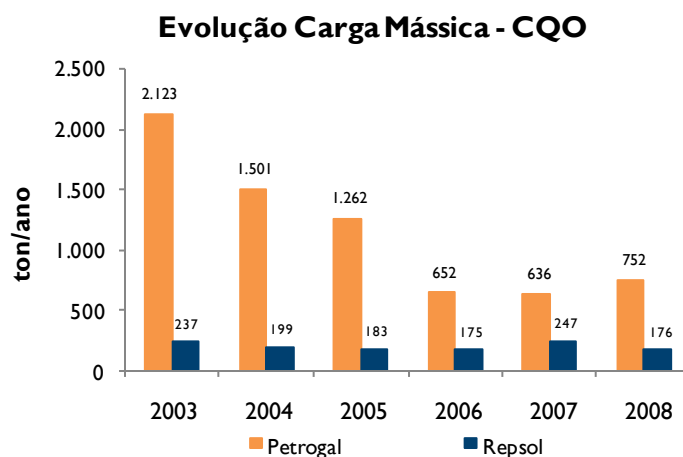


Figura 122 – Evolução Carga Mássica

Da análise do gráfico pode concluir-se que, relativamente a 2007, o Utilizador Petrogal aumentou em cerca de 18% a carga mássica em CQO descarregada na sua água residual, enquanto a Repsol reduziu em cerca de 30% o seu contributo para esta carga mássica.

A evolução da Petrogal é justificada pela realização de uma paragem geral para manutenção, entre Setembro e Novembro, que motivou a descarga de águas residuais mais carregadas.

A Repsol, dispondo de uma ETAR com tratamento ao nível secundário, mantém a descarga das suas águas residuais com baixas concentrações de poluentes desde há muito tempo a esta parte. É de salientar que as baixas concentrações destas águas residuais representam um crescimento de dificuldade de tratamento para a ETAR uma vez que constituem uma carga residual menos biodegradável e consequentemente mais difícil de remover.

Apesar do esforço realizado pela maioria dos Utilizadores do Subsistema AR, ainda assim ocorreram algumas Descargas Penalizantes, ou seja, descargas de água residual cujas concentrações em determinados parâmetros excederam os Valores Limite de Admissibilidade estipulados pelo RARISA. Na tabela seguinte apresentam-se resumidamente os agravamentos aplicados a cada Utilizador em 2008, devido a Descargas Penalizantes.

Utilizador	Nº Agravamentos	Parâmetros Responsáveis
Petrogal	25	Óleos e Gorduras
		Óleos Minerais
		Sulfuretos
		Fenóis
		Condutividade
		CBO ₅
		Ferro
		Azoto Amoniacal
Repsol	1	Condutividade
Euroresinas	31	CQO
		CBO ₅
		Fenóis
		SST
		Azoto Total
		Azoto Amoniacal
		Condutividade
Carbogal	0	-

Figura 123 – N.º Agravamentos aplicados a cada utilizador

7.3.2. Tratamento

Aspectos Quantitativos

No que respeita aos caudais afluentes à ETAR de Ribeira de Moinhos, apresenta-se no gráfico seguinte a evolução registada desde 2003.

É de referir, mais uma vez, que dos caudais drenados apenas os urbanos e industriais são conduzidos até à ETAR uma vez que a Água Residual Salina é descarregada directamente no emissário submarino.

Assim, e relativamente a 2008, o caudal afluente à ETAR foi de 5.225.930 m³, acima dos 4.198.517 m³ drenados, sendo o diferencial (20%) devido a eventuais entradas de água por infiltração no sistema e, com grande probabilidade, a possíveis erros de medição, em particular no caudalímetro de Sines.

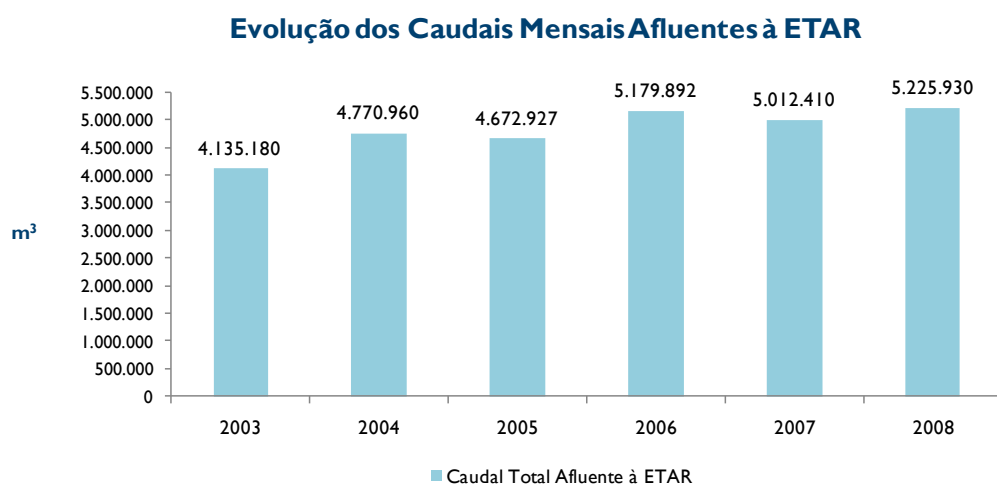


Figura 124 – Evolução dos Caudais Mensais Afluentes à ETAR

Em 2008, registou-se um acréscimo de cerca de 4% no caudal total afluente à ETAR, relativamente a 2007, o que acompanha o acréscimo de caudais industriais drenados para o subsistema AR.

Relativamente aos caudais mensais afluentes à ETAR, pode verificar-se, através da figura seguinte, que o caudal médio mensal se situação em cerca de 435.494 m³, apenas 34% do caudal de dimensionamento.

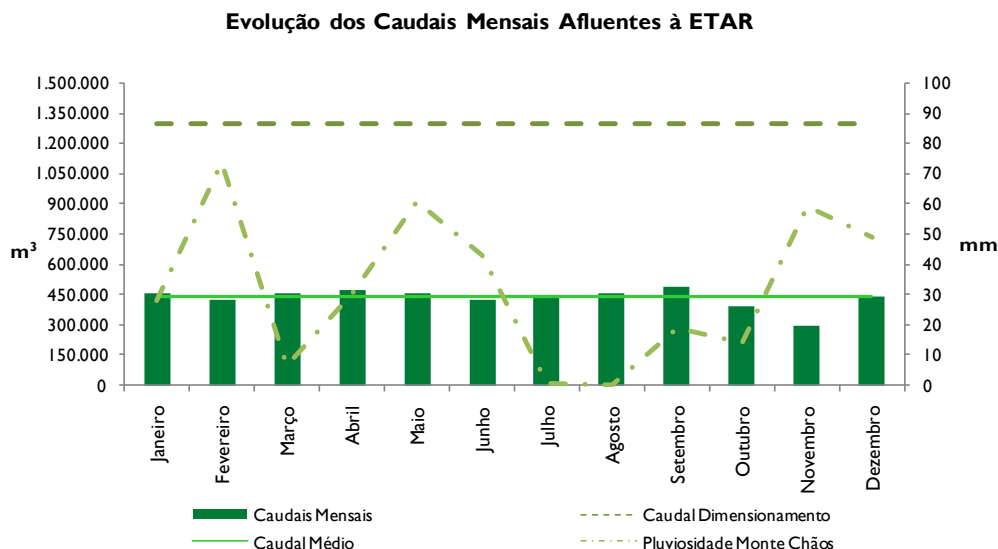


Figura 125 – Evolução dos Caudais Mensais Afluentes à ETAR

Através da análise da figura acima, não é possível constatar a existência de correlação entre os acréscimos verificados nos caudais mensais à entrada da ETAR e os episódios de maior pluviosidade ao longo de 2008.

Em termos globais, tem-se que a ETAR, em 2008, registou uma taxa de utilização máxima de 38% no mês de Setembro (tomando por base o dimensionamento hidráulico), reflectindo o sobredimensionamento desta estação, inicialmente projectada para um caudal afluente bastante superior ao actualmente tratado.

Aspectos Qualitativos

De Abril de 2001 a Junho de 2005, os objectivos de qualidade para descarga das águas residuais tratadas na ETAR de Ribeira de Moinhos estavam fixados pelo Regulamento Geral de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Sistema de Santo André (RGESA).

Em Junho de 2005, e pelo prazo de 2 anos, foi concedido, pela CCDR-Alentejo, o Alvará de Licença nº 035/DSGA/DDH/05, para as descargas de águas residuais tratadas na ETAR de Ribeira de Moinhos, que veio alterar significativamente os limites de descarga no meio receptor estipulados no RGESA.

Com o aproximar do prazo de validade do Alvará de Licença, a AdSA, em Junho de 2007, procedeu ao pedido de prorrogação do diploma à entidade licenciadora pelo período de um ano. Em 2008, foram desenvolvidas diversas acções no sentido de reforçar o pedido de emissão de novo alvará, nomeadamente, a apresentação dos resultados finais do Programa de Monitorização do Ambiente Marinho.

Controlo Analítico

A AdSA desenvolveu na ETAR um rigoroso Plano de Controlo Analítico com dois objectivos distintos: o controlo do processo de tratamento da ETAR (Plano Analítico – ETAR - Controlo de Processo) e o cumprimento do disposto no Alvará de Licença nº 035/DSGA/DDH/05 (Plano Analítico – ETAR - Licença de Descarga).

O primeiro plano analítico contemplou a realização de análises trissemanais, sobre amostras compostas de 48h, representando a realização de 286 amostragens, das quais resultaram 6024 análises, sendo que 572 correspondem a parâmetros microbiológicos e as restantes a parâmetros físico-químicos.

Relativamente ao Plano Analítico – ETAR - Licença de Descarga, foram efectuadas 103 amostragens, das quais resultaram 1199 análises, sendo que 103 correspondem a parâmetros microbiológicos e as restantes a parâmetros físico-químicos.

Os Planos Analíticos são da responsabilidade da AdSA, tendo sido as determinações analíticas executadas, por laboratórios acreditados pelo IPAC: a Quimitecnica Ambiente e o Laboratório de Análises do Litoral Alentejano – LALA.

No gráfico seguinte, apresenta a relação entre o número de análises requeridas pelo Alvará de Licença e o número de análises realizadas pela AdSA. Para a generalidade dos parâmetros o número de análises realizadas é igual ao número de análises requeridas, com excepção de alguns parâmetros, para os quais as análises realizadas superam as análises requeridas.

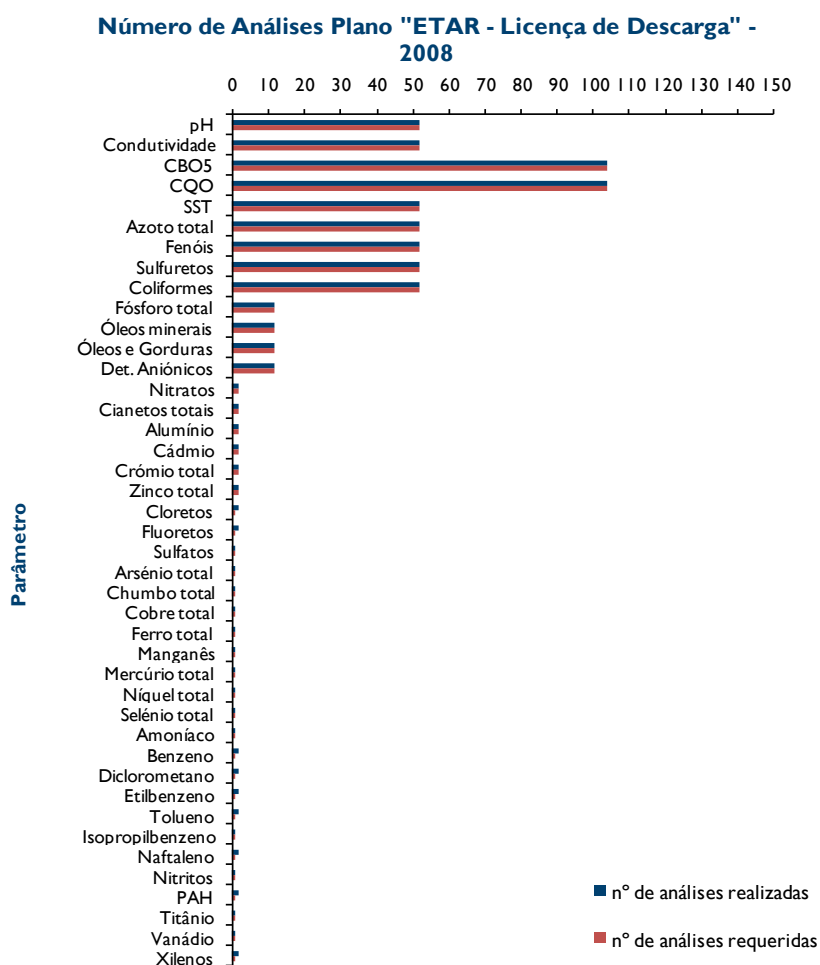


Figura 126 – N.º de Análises do Plano

Em 2008, relativamente ao Plano Analítico – ETAR - Licença de Descarga, foram determinados, no âmbito do Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR) e para além dos parâmetros já mencionados, mais 34 parâmetros por semestre.

De acordo com a metodologia de cálculo do IRAR para o indicador de desempenho AR18 – Cumprimento dos parâmetros de descarga, resulta que 77% da população equivalente servida pela ETAR de Ribeira de Moinhos, é servida com um tratamento adequado.

Na figura que seguidamente se apresenta, consta uma média dos resultados analíticos obtidos para cada parâmetro, e o número de incumprimentos registados ao longo de 2008.

Efluente ETAR de Ribeira de Moinhos - ETAR

Parâmetro	2008				VLE Licença Descarga	Expressão de Resultados
	Média	Nº Incumprimentos verificados	Nº Incumprimentos permitidos (DL 152/97)	Nº Incumprimentos considerados		
pH	7,8	0	5	0	6 - 9	Escala Sorensen
SST	38	8	5	3	60	mg/L
CQO	230	46	5	41	75	%
CBO ₅	61	11	5	6	70	%
Óleos e gorduras	9	3	2	1	15	mg/L
Óleos minerais	0,2	0	2	0	15	mg/L
Fenóis	0,14	4	5	0	0,5	mg/L
Sulfuretos	0,29	3	5	0	1	mg/L
Det. Aniónicos	0,31	0	2	0	2	mg/L
Azoto Total	54	49	5	44	15	mg N/L
Amoníaco	0,72	1	0	1	0,25	mg N/L
Fósforo Total	2,0	0	2	0	10	mg P/L
Nitratos	31	0	0	0	50	mg NO ₃ /L
Nitritos	3	0	0	0	-	mg NO ₂ /L
Coliformes	1.397.843	-	-	-	-	Nº de Colónias

Figura 127 – Plano Analítico da ETAR de Ribeira de Moinhos – 2007
Valores dos coliformes

Relativamente às cargas poluentes tratadas na ETAR de Ribeira de Moinhos, a figura seguinte apresenta a relação de cargas afluentes, rejeitadas e removidas nesta estação, relativas aos principais poluentes monitorizados, desde 2005.

Parâmetro	Cargas Mássicas - ETAR de Ribeira de Moinhos												Diferencial 2007-2008 (%)
	2005			2006			2007			2008			
	Entrada	Saída	Remoção	Entrada	Saída	Remoção	Entrada	Saída	Remoção	Entrada	Saída	Remoção	
	ton/ano		ton/ano	ton/ano		ton/ano	ton/ano		ton/ano	ton/ano		ton/ano	
CQO	2.172,9	1.145	1028	1.834	763	1071	2.688	1.077	1611	2.791	1.144	1646	2,1
CBO ₅	1.028,0	369	659	444	112	332	865	300	565	1.270	319	951	40,6
SST	436,5	210	226	582	176	405	443	161	283	977	199	779	63,7
Óleos e gorduras	247,7	38	210	136	26	110	218	52	166	178	49	129	-28,9
Óleos minerais	44,6	1	44	50	25	24	49	14	36	18	1	17	-115,1
Sulfuretos	45,3	2	43	12	3	9	67	5	63	23	2	21	-191,6
Fenóis	12,1	2	10	2	0	2	5,1	1	4	5,3	1	5	14,6
Detergentes aniônicos	7,5	2	5	4	1	3	6,0	2	4	5,1	2	3	-30,4
Azoto total	745,8	579	166	530	404	125	357	316	41	322	282	40	-3,0
Azoto amoniacal	684,3	444	240	572	372	200	346	259	87	291	204	87	-0,3
Fósforo Total	15,0	12	3	30	66	-37	16	8	7	17	11	6	-26,2

Figura 128 - Cargas Mássicas Removidas na ETAR de Ribeira de Moinhos

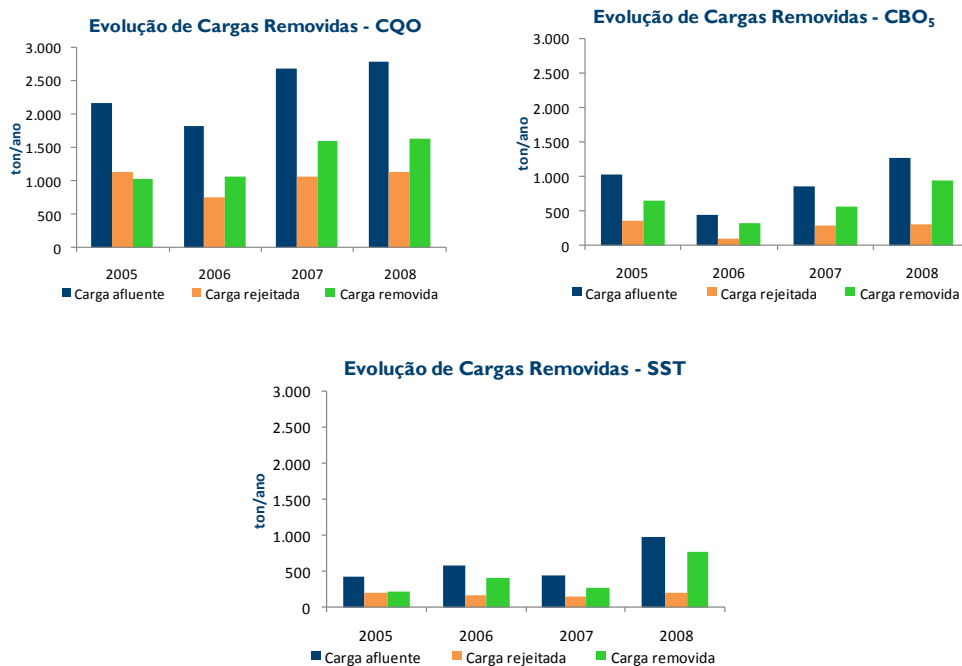


Figura 129 – Evolução das Cargas Removidas

Através da análise das figuras relativas à evolução de cargas removidas na ETAR de Ribeira de Moinhos, é possível constatar um aumento significativo (40%) da carga de CBO₅ removida em 2008, o que é justificável pelo acréscimo de cerca de 45% da carga no afluente à ETAR. O parâmetro SST também apresenta comportamento semelhante, com acréscimo de carga removida de 64%.

Produção de gradados, areias, óleos e gorduras e lamas

Conforme se pode observar na figura seguinte, em 2008, registou-se um ligeiro acréscimo na produção de gradados e areias.

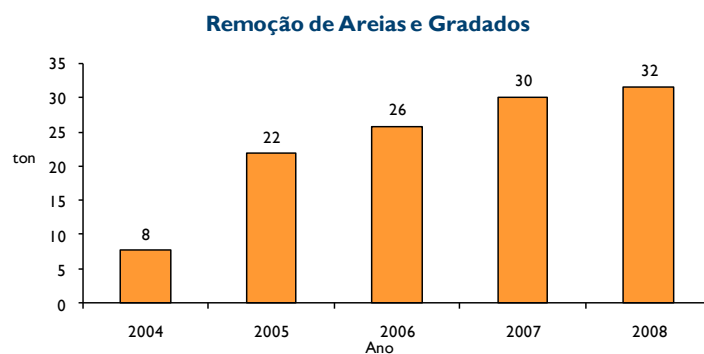


Figura 130 – Remoção de Areias e Gradados

Relativamente à produção específica de areias e gradados, verifica-se que em 2008 se registou uma manutenção do valor verificado em 2007.

Produção Específica (kg/m ³)	2004	2005	2006	2007	2008
	0,0016	0,0047	0,0050	0,0060	0,0060

Figura 131 – Produção de Areias e Gradados

No que respeita à produção de Óleos e Gorduras (O&G) e Lamas, é possível verificar no gráfico seguinte que, em 2008, houve um decréscimo significativo de cerca de (46%), relativamente a 2007.

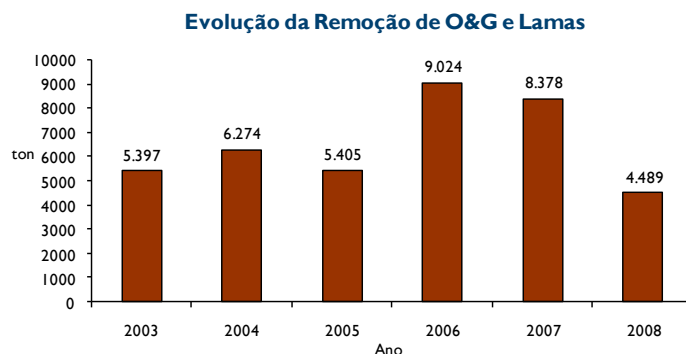


Figura 132 – Evolução da remoção de Óleos e Gorduras e Lamas

O decréscimo registado na produção destes resíduos está relacionado com o aumento de centrifugação das lamas espessadas e consequente redução de transporte a destino final de lamas apenas espessadas.

Em 2008, foram encaminhadas para o Aterro de Santo André apenas 556,43 ton de lamas e óleos, uma vez que este destino não se encontrava licenciado para a recepção dos referidos resíduos. Assim:

- Relativamente às lamas, entre Janeiro e Agosto, estas foram encaminhadas para Aterro devidamente licenciado, e a partir de Agosto foram encaminhadas para valorização;
- Quanto aos Óleos e Gorduras, desde Fevereiro de 2008 que são enviados para valorização.

Em 2008, a percentagem média de matéria seca contida nas lamas desidratadas foi de 16%, valor abaixo do desejável (20%).

Com o intuito de promover a melhoria da eficiência do tratamento da fase sólida, foi desenvolvido um ensaio com um tambor de espessamento. Através do ensaio foram determinadas as eficiências deste equipamento e os seus custos de exploração, tendo-se verificado um acréscimo de 1% na concentração das lamas espessadas.

Energia

Relativamente ao consumo de energia, na figura seguinte apresenta-se o consumo específico médio verificado na rede de drenagem e na ETAR, no ano de 2008.

	Consumo (kWh)	Volume (m ³)	Consumo Específico (kWh/m ³)
Transporte (E.E.)	572.426	4.198.517	0,136
Tratamento (ETAR)	1.365.291	5.225.930	0,261

Figura 133 – Energia na rede de drenagem

Ensaio com OPTIBIOM

Entre Julho e Outubro de 2008, a AdSA realizou, na ETAR de Ribeira de Moinhos, um ensaio com o bioaditivo Optibiom, através de um processo designado por “bioaugmentação fúngica”. Este ensaio teve como objectivo melhorar a composição da biomassa presente nos tanques de arejamento de modo a aumentar a estabilidade da biomassa e, consequentemente, as eficiências de degradação de matéria orgânica (CBO5 e CQO), bem como promover a redução de custos de funcionamento, nomeadamente um menor consumo de energia e um decréscimo na produção de lamas.

Como resultados deste ensaio, verificou-se uma ligeira melhoria na sedimentabilidade das lamas biológicas e um aumento ligeiro na eficiência de remoção de CQO. No entanto, não foi possível

concluir se o processo de “bioaugmentação fúngica” é economicamente vantajoso, uma vez que durante a realização do ensaio verificaram-se alterações nas condições de funcionamento da ETAR de Ribeira de Moinhos, para além da impossibilidade de controlar alguns factores, designadamente as condições de arejamento dos reactores biológicos e a variabilidade do caudal de recirculação de lamas.

Assim, a AdSA optou por concluir a implementação das melhorias previstas para a ETAR de Ribeira de Moinhos antes de voltar a realizar novos ensaios de bioaugmentação.

7.3.3. Descarga Final

No sentido de evidenciar as boas condições do ambiente marinho na envolvente meio receptor da água residual tratada na ETAR de Ribeira de Moinhos, e de acordo com o estipulado na 11ª Condição Especial do Alvará de Licença nº 35/ DSGA/DDH/05, relativa à rejeição de águas residuais tratadas no oceano Atlântico, a AdSA desenvolveu, entre Maio de 2007 e Julho de 2008, e em parceria com o Instituto Superior Técnico, o Programa de Monitorização do Ambiente Marinho (PMAM).

O PMAM tem como objectivo caracterizar o meio receptor e avaliar o impacte ambiental da descarga da ETAR de Ribeira de Moinhos através do Emissário Submarino de Sines na zona costeira vizinha, no que se refere a parâmetros físico-químicos, biológicos, microbiológicos e metais, na coluna de água e a caracterização físico-química de sedimentos superficiais e de comunidades bentónicas nos sedimentos.

Este programa incluiu a recolha de amostras na coluna de água e nos sedimentos para avaliação do estado do meio receptor e uma componente de modelação para interpretação dos processos que determinam o impacte, tendo pretendido determinar impactes a 3 níveis: microbiológico, trófico e sedimentar.

No total, ao longo do primeiro ano do PMAM, foram realizadas 5 campanhas na envolvente do emissário, 2 campanhas de mergulho no difusor, 2 campanhas de monitorização das lagoas e descargas na região e 1 campanha de amostragem dos sedimentos na zona envolvente ao emissário, esta última realizada por uma equipa do IPIMAR.

O programa de monitorização foi complementado por um programa de modelação matemática baseado no sistema de modelos MOHID Water Modelling System, desenvolvido e actualizado no Instituto Superior Técnico.

As principais conclusões deste 1º ano de monitorização foram:

- ✓ *Quanto às características da coluna de água junto da descarga efectuada pelo emissário,*
- 1. No que respeita aos parâmetros microbiológicos, embora estas águas não sejam destinadas a prática de banhos, os resultados obtidos para os parâmetros coliformes totais e coliformes fecais, foram comparados com o decreto-lei aplicado ao uso das águas balneares (Anexo XV do decreto-lei 236/98 de 1 Agosto de 1998), verificando-se o cumprimento dos Valores Máximos Admissíveis e dos Valores Máximos Recomendados do referido decreto-lei. Verificou-se ainda que os indicadores de contaminação microbiológica fecal mostraram que a pluma é muito pequena e não sobe à superfície.
- 2. No que respeita à Clorofila a, os valores registados estão normalmente abaixo dos 4 µg/L, que são típicos da zona costeira Portuguesa. De uma forma geral, observam-se valores mais altos junto ao fundo, decrescendo para a superfície. Este resultado confirma que a produção primária é feita a partir de nutrientes provenientes do fundo que podem ser atribuídos ao fenómeno de upwelling e mostra também que a água é suficientemente transparente para que a produção primária não seja limitada pela penetração da luz.
- 3. As concentrações de Azoto Amoniacal e de Amoníaco junto ao emissário foram normalmente muito baixas e idênticas às obtidas nas estações de amostragem mais afastadas do emissário, não sendo detectável qualquer vestígio da pluma do emissário.

4. Quanto ao Oxigénio Dissolvido, os resultados mostram que existe alguma variação vertical na concentração de oxigénio com valores nas camadas superficiais e médias superiores aos valores determinados no fundo. Os valores estão normalmente próximos da saturação.
5. Os valores de Carbono Orgânico Total obtidos nos pontos de descarga e de referência mostraram-se semelhantes, indicando que este parâmetro é proveniente da produção oceânica e não de descargas antropogénicas.
6. Os parâmetros Fenóis e Óleos Minerais apresentaram, em quase todas as estações e campanhas, valores abaixo do limite de quantificação, sugerindo que em condições normais não há descargas para o mar;
7. As concentrações de Metais na fracção dissolvida junto ao ponto de descarga foram normalmente abaixo dos limites de detecção, o que indica uma reduzida contaminação por metais nesta zona costeira. Por outro lado, não foram determinados padrões de distribuição dos metais, nem horizontais, nem verticais, nem temporais, o que mostra que a distribuição não pode ser associada a uma fonte pontual;

✓ *Quanto às características dos sedimentos e organismos junto da descarga efectuada pelo emissário,*

1. Os Sedimentos mostraram valores normais, quer em termos de granulometria, quer em termos de composição. Os baixos teores de matéria orgânica total, bem como a densidade elevada dos sedimentos, estão de acordo com os tipos sedimentares identificados.
2. A composição específica dos Macroinvertebrados Bentónicos é consistente com os tipos sedimentares, evidenciando dois grupos com abundância e diversidade distintas, embora essas diferenças não se apresentem relacionadas com a concentração de contaminantes analisados nos sedimentos. Foram também feitas análises em bivalves de interesse comercial, não tendo sido detectado qualquer indício de contaminação;

✓ *Quanto à dispersão da pluma do emissário,*

1. O emissário descarrega essencialmente na primeira metade do difusor, tendo-se verificado que os valores dos parâmetros microbiológicos no início do difusor são da mesma ordem de grandeza dos valores medidos à saída da ETAR. A salinidade e a temperatura indicaram que aproximadamente até metade do difusor, este descarrega o efluente da ETAR, águas doces e quentes;
2. O efluente libertado nos primeiros 100-150 metros do difusor, mistura-se rapidamente com o meio envolvente, devido à menor densidade do efluente relativamente à água salgada e, também, às elevadas velocidades da corrente nesta zona. A pluma fica aprisionada por volta dos 20 metros, correspondendo à localização da termoclina, nunca atingindo a superfície e deslocando-se no sentido da corrente;
3. A partir de metade do difusor para a extremidade observou-se a entrada de água salgada no seu interior, devido ao caudal actualmente descarregado pela ETAR ser baixo (≈ 150 L/s) e o emissário estar sobre-dimensionado, provocando a diluição do efluente ainda no interior do tubo e o seu transporte pela corrente de fundo.

✓ *Quanto às descargas na zona envolvente do emissário,*

1. A concentração microbiológica nas Lagoas de Melides e Santo André e na Ribeira de Moinhos foi bastante baixa, enquanto as descargas identificadas na zona de Sines apresentaram concentrações microbiológicas elevadas;
2. As concentrações de metais e hidrocarbonetos nas Lagoas de Melides e Santo André e na Ribeira de Moinhos foram quase sempre inferiores aos limites de detecção;
3. Não foi detectada nenhuma descarga anómala proveniente das ribeiras, em especial da Ribeira de Moinhos, nem vestígios na zona em que essa ribeira se infiltra na areia junto à praia;
4. Os resultados da amostragem de sedimentos da Ribeira dos Moinhos revelaram acumulação de matéria orgânica na parte jusante da ribeira, embora não tenham sido detectadas concentrações elevadas de nenhum parâmetro. Foi considerado que o sistema se encontra em equilíbrio, não havendo nenhum indício, mesmo quando se verifica a sua abertura ao mar, de que possa afectar de forma significativa a zona marinha envolvente;
5. Nem o emissário, nem as ribeiras são responsáveis pelos materiais betuminosos que os pescadores locais referem ficarem presos nas redes, na região entre Sines e Tróia. O

estudo sugere que esses materiais possam resultar da acumulação sobre o fundo de produtos betuminosos descarregados no passado e que, nas condições de agitação e de correntes da zona, ficam a descoberto por a areia que os cobre ter maior mobilidade.

Em síntese, o relatório final relativo ao 1º ano de execução do PMAM 2007-2008 mostra que, apesar da ETAR de Ribeira de Moinhos já se encontrar em funcionamento há mais de 20 anos, não há evidências de degradação da qualidade do meio ambiente onde é efectuada a descarga, nem se observaram alterações no ecossistema marinho na envolvente do emissário submarino. Esta informação foi confirmada com as observações visuais sobre a fauna e flora efectuadas pelo INAG e pela AdSA ao longo do tempo.

As principais conclusões do PMAM 2007-2008 relativamente ao impacte do Emissário Submarino de Sines na zona costeira vizinha foram:

- ✓ Grande parte dos nutrientes (compostos de azoto e fósforo) tem concentrações abaixo do limite de quantificação dos métodos utilizados no laboratório. O amoníaco apresentou, na quase totalidade dos pontos de amostragem, concentrações inferiores a 4 µg/L;
- ✓ Os indicadores de contaminação microbiológica fecal mostraram que a pluma é muito pequena e não sobe à superfície;
- ✓ Existe um sobredimensionamento do emissário para o caudal que descarrega actualmente permitindo uma intensa diluição do efluente ainda dentro do difusor, adquirindo propriedades similares às do meio envolvente;
- ✓ O grau de diluição no meio receptor é suficientemente elevado para baixar as concentrações de tal modo que a pluma se torna imperceptível a uma centena de metros do difusor do emissário submarino.

Na sequência dos resultados apresentados, e na sequência das reuniões realizadas, primeiro com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR-Alentejo) e depois com a Administração da Região Hidrográfica do Alentejo (ARH-Alentejo), a Águas de Santo André, S.A., solicitou à ARH-Alentejo que seja dado seguimento ao requerimento da emissão de novo Alvará de Licença, tendo em consideração os resultados obtidos pelo PMAM.

7.3.4. Operação e Manutenção

Relativamente à operação e à manutenção do Subsistema de Água Residual, estas estão contratualizadas, através do contrato de prestação de serviços nº85/95 – “Exploração, Manutenção e Conservação do Sistema de Drenagem, Tratamento e Descarga Final de Águas Residuais Industriais da Área de Sines” – adjudicado pelo INAG, ao Consórcio SISAQUA/CONSULGAL, com excepção de algumas infra-estruturas, construídas à posteriori da data do início do contrato.

Trata-se de um contrato com a duração de dez anos que, tendo entrado em vigor a 22 de Março de 1995, terminaria a 22 de Março de 2005. Entretanto. Após um processo contencioso entre as partes, as Administrações da AdSA e do Consórcio SISAQUA/CONSUGAL acordaram a renovação do contrato, por mais cinco anos.

Em Setembro de 2005 foi criada uma equipa própria de operação, com funções de fiscalização dos serviços de exploração e manutenção do Subsistema, prestados pela SISAQUA/CONSULGAL. Esta equipa tem permitido aumentar as competências directas, da AdSA, na supervisão da operação e manutenção deste Subsistema, e tem contribuído para uma melhoria na qualificação do controlo e acompanhamento efectuado à execução do Plano Analítico realizado no âmbito do controlo das águas residuais descarregadas no Subsistema AR.

Esta equipa tem ainda a cargo a exploração e manutenção de três estações elevatórias e respectivas redes de colectores e emissários, equipamentos que estão a ser directamente operados pela AdSA.

Como resultado do acompanhamento/fiscalização efectuado ao contrato com o Consórcio SISAQUA/CONSULGAL, pode afirmar-se que continua a ser evidente o facto de a prestação de serviços desenvolvida por este Consórcio ser suportada por um contrato, datado de 1995, com um nível de exigência e de responsabilização que não oferece garantias à AdSA, de um serviço de operação e manutenção adequados à especificidade e complexidade da ETAR de Ribeira de Moinhos.

7.3.5. Projectos e Obras

Foram desenvolvidos os seguintes projectos e obras:

Transporte

- ✓ “Remodelação da Estação Elevatória E.E. ZIP3 e de Construção da nova E.E. ZIP3-S” – foi desenvolvido o projecto e lançado o concurso para a respectiva empreitada.
- ✓ “Remodelação e Reforço da Capacidade de Transporte de Efluentes Industriais e Salinos entre a Estação Elevatória ZIP3 e a ETAR de Ribeira de Moinhos” - foi desenvolvido o projecto e lançado o concurso para a respectiva empreitada.

Tratamento

- ✓ “Fornecimento e Instalação de Equipamentos de Protecção Colectiva – ETAR de Ribeira de Moinhos” - foi lançado o concurso para a respectiva empreitada e realizada a obra.
- ✓ “Projecto, Fornecimento e Montagem de Sistema de Arejamento para a ETAR de Ribeira de Moinhos” - foi desenvolvido o projecto e lançado o concurso para a respectiva empreitada.
- ✓ “Desidratação de Óleos provenientes dos TROG e Reforço da Desidratação de Lamas da ETAR de Ribeira de Moinhos” - foi desenvolvido o projecto e lançado o concurso para a respectiva empreitada.
- ✓ “Projecto de Remodelação da ETAR de Ribeira de Moinhos” – foi feito o acompanhamento do desenvolvimento do projecto tendo sido apresentada e apreciada uma Nota Técnica Intercalar.

Descarga Final

- ✓ “Reparação do Emissário Submarino da ETAR de Ribeira dos Moinhos” - foi lançado o concurso para a respectiva empreitada.
- ✓ “Programa de Monitorização do Ambiente Marinho” – foi concluída a primeira fase do plano.

7.4. Resíduos Industriais

7.4.1. Aspectos Quantitativos

A actividade de recepção de resíduos produzidos por entidades exteriores à AdSA está suspensa, desde Janeiro de 2005.

Actualmente, e desde Janeiro de 2008, o Aterro de Santo André também deixou de receber os resíduos produzidos na ETAR de Ribeira de Moinhos, gradados/areias e lamas.

Na figura 134 é possível analisar a evolução das quantidades de resíduos recebidos no Aterro de Santo André.

Lamas (ton)

Proveniência	2006	2007	2008
ETAR de Ribeira de Moinhos	9.023,68	8.495,72	556,43
Indústrias	0,00	0,00	0,00

Resíduos Sólidos Industriais (ton)

Proveniência	2006	2007	2008
ETAR de Ribeira de Moinhos	25,86	30,05	0,00
ETA de Morgavel	0,00	0,00	0,00
Indústrias	0,00	0,00	0,00

Figura 134 - Evolução das Quantidades de Resíduos Recebidos

As quantidades de resíduos depositadas no aterro apresentaram variações ao longo dos anos, situação que pode ser observada nas figuras 135.

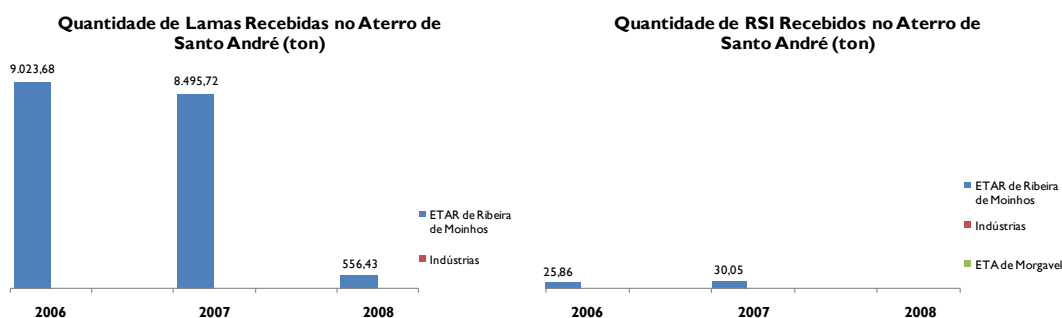


Figura 135

Pela análise da figura 135, verifica-se, entre o ano de 2006 e 2007, um decréscimo de cerca de 6% e, entre o ano de 2007 e 2008, um decréscimo na ordem dos 93%, na quantidade de lamas recebidas no Aterro de Santo André. A elevada variação, quando comparamos o ano de 2008 com 2007, está associada à suspensão da actividade de recepção de resíduos.

7.4.2. Controlo Analítico

Apesar da actividade de recepção de resíduos se encontrar suspensa, na sua totalidade, desde Janeiro de 2008, a AdSA, na qualidade de entidade exploradora, tem dado continuidade ao controlo e monitorização ambiental do Aterro de Santo André.

O controlo e monitorização ambiental do aterro passam pelo controlo da quantidade e qualidade dos lixiviados produzidos pelos RSU e RSI depositados e dos sobrenadantes produzidos nas bacias de lamas oleosas. É também promovido o controlo do nível piezométrico e da qualidade das águas subterrâneas.

Lixiviados e Sobrenadantes

Com o objectivo do controlo da qualidade dos lixiviados e sobrenadantes produzidos no Aterro de Santo André, e do cumprimento do Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio, foi implementado um programa analítico para o ano de 2008, tendo sido executado por laboratório acreditado.

No âmbito do programa analítico acima referido foram efectuadas 21 amostragens que originaram 762 análises. Estas amostragens foram realizadas com periodicidade mensal, trimestral e semestral, contemplando os parâmetros dispostos no Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio.

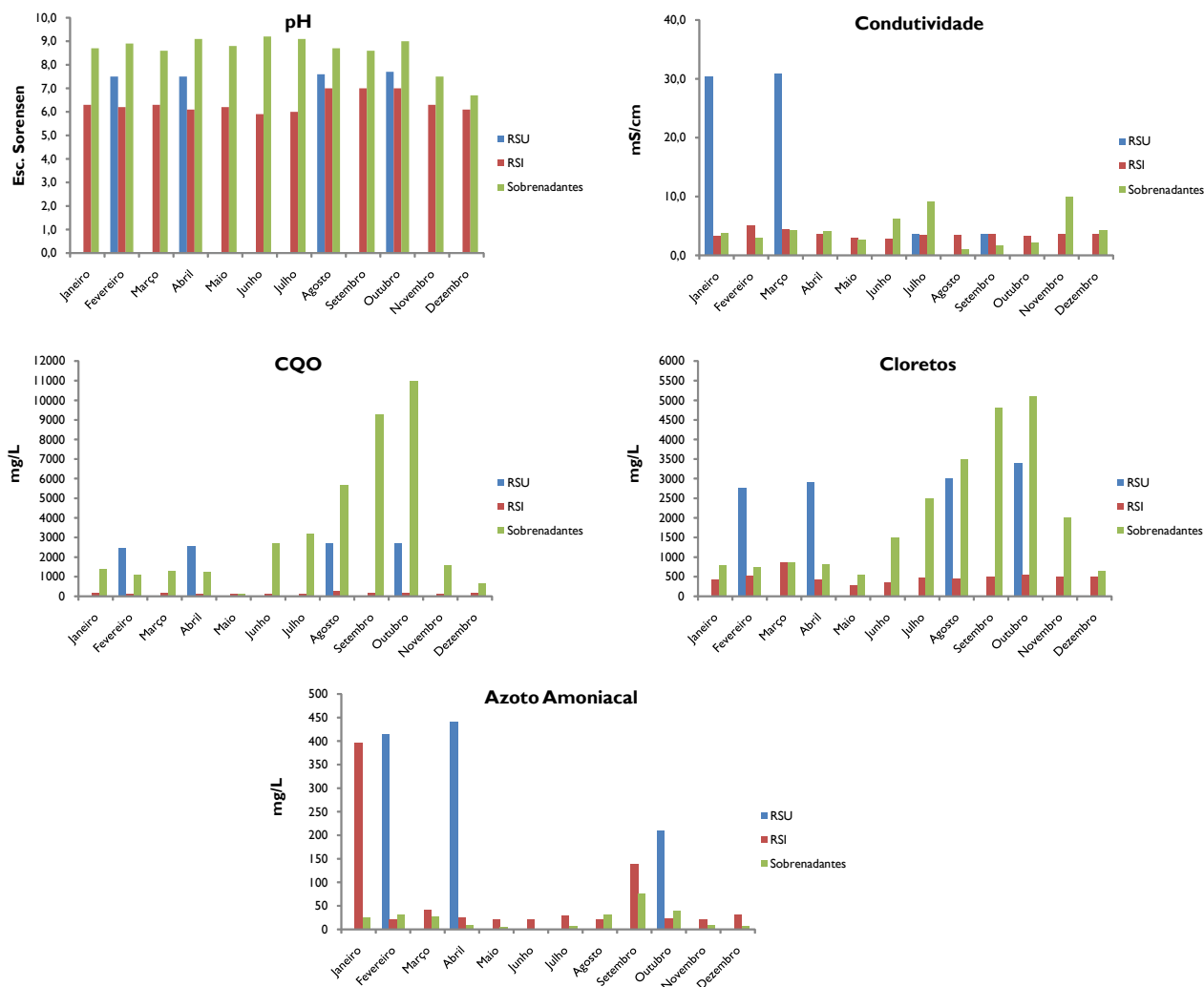


Figura 136 – Parâmetros Mensais dos Lixiviados e Sobrenadante

Os resultados analíticos dos lixiviados e sobrenadantes para além de serem comparados com os Valores Máximos Admissíveis (VMA) do Decreto-Lei n.º 152/2002, são também comparados com os Valores Limite de Emissão (VLE) do Regulamento de Recolha e Tratamento de Água Residual Industrial do Sistema de Santo André (RARISA). Desta comparação verificou-se que os resultados analíticos dos lixiviados e sobrenadantes se enquadram, na sua grande maioria, abaixo dos VMA fixados para os aterros de Resíduos Não Perigosos.

Quando se compara os mesmos resultados com o RARISA, constata-se que existem alguns parâmetros, que ultrapassam os VLE previstos neste regulamento, designadamente Azoto amoniacal, Cloretos, Condutividade, CQO e Ferro. No entanto, salienta-se que, no ano de 2008, não foi bombeado caudal de lixiviados e sobrenadantes para a ETAR de Ribeira de Moinhos.

Águas Subterrâneas

À semelhança dos lixiviados e sobrenadantes, e também com o objectivo do controlo da qualidade das águas subterrâneas na envolvente do Aterro de Santo André, bem como do cumprimento do Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio, foi implementado um programa analítico para o ano de 2008, executado por um laboratório acreditado através de campanhas analíticas realizadas aos oito piezómetros existentes na envolvente do Aterro de Santo André.



Figura 137 - Rede Piezométrica na Envolvente do Aterro de Santo André

No âmbito deste programa foram efectuadas 63 amostragens, que resultaram em 504 análises. Estas amostragens foram realizadas com periodicidade mensal, semestral e anual, sendo que os parâmetros analisados são os dispostos no Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio.

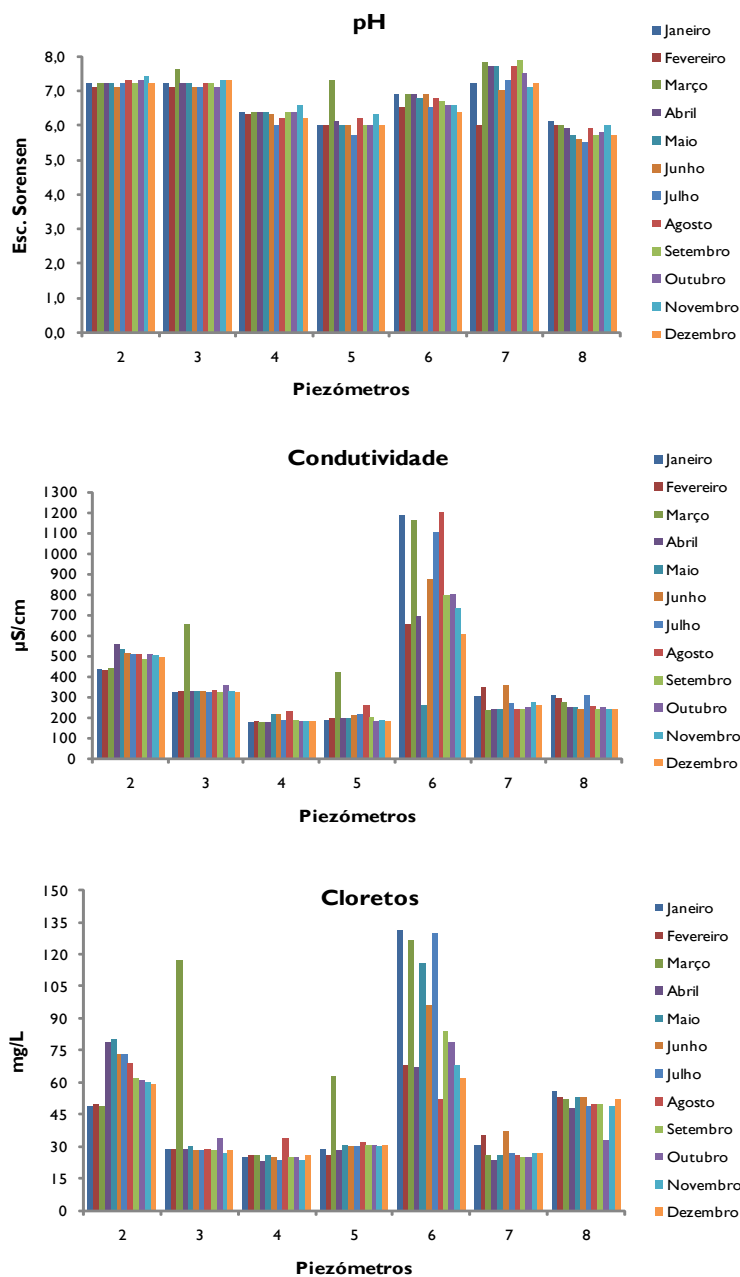


Figura 138 – Parâmetros Mensais das Águas Subterrâneas

A análise dos resultados analíticos permite verificar que os mesmos se apresentam praticamente constantes ao longo do ano de 2008, excepto nos piezómetros 3 e 5, que apresentam alguns picos. No entanto, salienta-se que estes picos não estão relacionados com uma potencial influência do aterro, uma vez que se situam a montante do mesmo.

Quando se comparam os parâmetros mensais com o Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, verifica-se que os mesmos não revelam indícios significativos de contaminação, uma vez que apenas o parâmetro Condutividade, e apenas em situações pontuais, é que ultrapassa o Valor Máximo Recomendável (VMR) e unicamente no piezómetro 6.

Nos termos do Contrato de Concessão, foi atribuída à AdSA a competência para a operação do Sistema de Resíduos Industriais de Sines. Motivado pelo esgotamento da capacidade no Aterro de Santo André e pela inexistência de licenciamento das instalações, esta área de actividade encontra-se encerrada para clientes desde Janeiro de 2005. No sentido de retomar o exercício desta actividade, componente fundamental do objectivo de actividades da AdSA, foi delineado, em 2006, uma estratégia para a reactivação desta actividade, composta em 2 domínios de acção: o licenciamento da instalação e a resolução do passivo ambiental.

7.4.3. Operação e Manutenção

A operação e manutenção primária do Subsistema de Resíduos Industriais foi executada sob a responsabilidade directa da AdSA, tendo sido realizada pela Equipa de Operação do Departamento de Resíduos Industriais.

Durante o ano de 2008, das actividades de operação e manutenção, desenvolvidas pela Equipa de Operação, destacam-se as seguintes:

- Accionamento eléctrico de bombas;
- Medição do nível piezométrico;
- Acompanhamento das colheitas dos lixiviados, sobrenadantes e águas subterrâneas;
- Limpeza e organização dos espaços exteriores;
- Rondas periódicas a toda a instalação para verificação das condições normais de funcionamento;
- Fiscalização de trabalhos executados por subempreiteiros.

A restante manutenção do Subsistema de Resíduos Industriais foi executada pela Equipa de Manutenção da AdSA e por outsourcing, nomeadamente:

- Instalação de iluminação e pára-raios na zona de deposição temporária das lamas;
- Aferição da báscula;
- Desmatação anual da envolvente das bacias de lamas e dos RSI.

7.5. Outras Actividades

Projectos e Obras de Infra-estruturas Comuns

Foram realizados algumas obras de melhoria na sede da empresa e outras zonas de onde existem infra-estruturas como se indica:

- Obras de renovação de salas de escritório e de reunião no edifício sede.
- Instalação do posto de gasóleo para abastecimento interno de máquinas.
- Instalação de toldos nas zonas de estacionamento de viaturas.
- Desmatações e limpezas nas faixas de terreno sobre as principais condutas, nas zonas dos furos de captação e na zona da barragem de Morgavel.

Comunicação e Imagem

A Águas de Santo André (AdSA), em 2008, deu continuidade às actividades de Comunicação desenvolvidas nos últimos anos, sempre com o objectivo de consolidar a Imagem do Grupo e da AdSA e potenciar a notoriedade da empresa na Região em que se insere, reforçando relações com stakeholders e mantendo a forte aposta na sensibilização ambiental.

Para além das actividades desenvolvidas inerentes à própria actividade da área em referência, tais como atribuição de patrocínios diversos, produção de diversos suportes de comunicação, desenvolvimento das artes finais e produção do Relatório e Contas referente ao exercício anterior (2006), levantamento fotográfico das principais infra-estruturas da ADSA, organização de eventos institucionais, tratamento de inserções publicitárias nos órgãos de comunicação sociais locais, entre outros, o ano 2008 ficou marcado com alguns momentos que merecem algum destaque.

No que respeita à **Comunicação Empresarial**, organizou-se, a 12 de Junho, uma apresentação junto dos Clientes Industriais, com o objectivo de promover os resultados obtidos com o ensaio EDR (electrodialise reversível), que foi efectuado com o intuito de testar a concentração de sais no produto Água Industrial, concretamente, a redução de cloretos.

Recorrendo ainda à mesma tecnologia, foi feito um projecto-piloto onde foram realizados ensaios com a água para consumo humano, sendo o objectivo principal para este produto, a redução de cálcio e magnésio (dureza total). Assim, à semelhança do que se realizou para o produto água industrial, em Dezembro, realizou-se uma breve apresentação desses resultados.

Relativamente à **Comunicação Institucional**, a AdSA decidiu apoiar a prova de Windsurfing Grand Prix como Silver Partner, em parceria com outras empresas da região. O evento decorreu na praia de S. Torpes, em Sines e teve uma enorme cobertura ao nível dos órgãos de comunicação social regionais e nacionais, inclusive, televisiva.

Em destaque temos também o Concurso Internacional para “Valorização das Lamas Industriais Depositadas/Confinadas em Bacias Próprias no Aterro de Santo André”, relativamente ao qual houve necessidade de comunicar a decisão da Administração deliberada, em Dezembro de 2007, de não adjudicação e a abertura de um Procedimento por Negociação sem Publicação Prévia de Anúncio, que se traduziram na emissão de dois comunicados de imprensa e duas entrevistas com órgãos de comunicação social nacionais (Antena 1 e RTP).

Merece igualmente destaque a Greve dos colaboradores da SISAQUA/CONSULGAL, em que a AdSA, de modo a manter a sua imagem positiva junto da população, teve necessidade de prestar diversos esclarecimentos particulares a várias entidades locais e nacionais, resposta a questões colocadas por Grupos Parlamentares da Assembleia da República, que estiveram permanentemente interessados no desenvolvimento deste acontecimento tendo, inclusivamente, sido realizada uma visita de uma delegação de deputados da Assembleia da República às instalações da ETAR para tomar conhecimento da evolução dos acontecimentos e outra, da Assembleia Municipal de Sines. Para esta ocorrência foram realizados 4 comunicados de imprensa.

Em termos de **Sensibilização Ambiental**, a principal acção desenvolvida relacionou-se com a comemoração da Semana do Ambiente que se realizou a 3 de Junho. A AdSA recebeu, na ETA de Morgavel cerca de 200 crianças, provenientes das escolas básicas de Santiago do Cacém, Sines e Vila Nova de Santo André. A recepção e as respectivas actividades foram realizadas desfasada de acordo com as equipas organizadas.

As actividades indoor foram:

- A Água no Mundo (uma apresentação em slides realizada em sala para um grupo de 15 crianças);
- Ao Comando da ETA (funcionamento da ETA de Morgavel directamente a partir da Sala de Comando);
- O Laboratório de Química (realização de algumas experiências no laboratório da ETA que se encontra desactivado).

Estas actividades foram articuladas com uma quarta actividade que decorreu no exterior – a Subida em Balão de Ar Quente. Uma quinta actividade relacionada com o uso eficiente da água que deixou as crianças entretidas de uma forma muito educativa foi o paddy paper.

Durante a recepção foram entregues aos presentes t-shirts, sacos para transporte de objectos, bonés e um caderno preparado internamente. Os conteúdos referiam todas as actividades que iriam decorrer e uma breve apresentação da AdSA.



A Chegada e a Recepção



A Água no Mundo



Ao Comando da “Fábrica da Água”



O Laboratório de Química



A Subida em Balão de Ar Quente



O Paddy Paper

Figuras 139 – Comemoração da Semana do Ambiente

Ainda durante esse dia a Administração da AdSA recebeu a comunicação social local durante os períodos de Merenda.

À semelhança de anos anteriores, a AdSA, apoiou uma vez mais, a actividade “Limpeza das Praias”, desenvolvida em parceria com entidades da região.



140 – A Limpeza das Praias

Foi ainda celebrado o Dia Nacional da Água, 1 de Outubro, através da visita ao “Ciclo Urbano da Água”, que consistiu na visita às principais componentes do Sistema de Santo André: captações de água subterrânea, sistema adutor, estação de tratamento de água, reservatório, rede de distribuição e estação de tratamento de água residual. Durante o percurso foram abordadas temáticas relacionadas com a função de cada instalação.

Na ETA de Morgavel, preparou-se uma recepção que incluía a oferta de um lanche para toda a pequenada.



Figuras 141 – Comemoração do dia Nacional da Água

Foram ainda apoiadas acções pontuais promovidas por entidades regionais, tais como a “Acção de Sensibilização sobre a Protecção da Natureza e Meio Ambiente”, promovida pelo Destacamento Territorial de Santiago do Cacém, da Guarda Nacional Republicana, tendo sido proporcionada uma visita, no dia 17 de Junho, à envolvente do Emissário Submarino.

Outra acção que a AdSA promoveu em conjunto com ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade) e com ICE (instituto das comunidades educativas) foi sessão de informação sobre a temática “Avaliação dos Efeitos das descargas do Emissário Submarino de Sines sobre o Ecossistema Marinho”, inserida no programa “Sábados no Monte”. A sessão foi desenvolvida pelo Professor Ramiro Neves do Instituto Superior Técnico, e teve lugar no Monte do Paio, que é um espaço que, em tempos não muito longínquos, constituía um centro de animação e convívio local, e que, actualmente, é revitalizado pelo ICNB e pelo ICE, através da exposição e venda de produtos da região, onde cada um pode vender desde o artesanato ao excedente da horta, ainda se organiza a passagem de filmes e sessões de informação sobre temáticas pertinentes, bem como percursos pedestres e/ou pequenos eventos culturais.



Figura 142 – Sábados no Monte do Paio

No que diz respeito à **Comunicação Interna**, a AdSA desenvolveu as seguintes acções:

- Realizou a primeira festa de celebração do seu aniversário (7º), no dia 25 de Maio, com colaboradores e familiares. O evento realizou-se na ETA de Morgavel e contou com actividades lúdicas (canoagem, btt) e desportos radicais (slide, rappel) seguidas de almoço e convívio geral. Para a criançada também não faltaram actividades: pinturas, visualização de filmes infantis e muitos pulos no insuflável! A Festa terminou com mais um divertimento para todos: o Karaoke.



Figuras 143 – Comemoração do Dia da Empresa (25 de Maio)

- Participou de forma activa na realização do passeio de todo o terreno Na Rota das Condutas”, promovido pelo Clube Náutico Águas de Santo André (CNASA). Através deste passeio, foi possível apresentar todo o Sistema de Santo André aos vários colaboradores e aos seus familiares, com o objectivo de trabalhar o conceito muito actual: o local de trabalho como prolongamento da vida pessoal de cada trabalhador. A AdSA procura desenvolver actividades que promovam o bem-estar dos trabalhadores, aumentando a motivação de cada colaborador e por acréscimo a família.



Figuras 144 – Na Rota das Condutas

- Apoiou, ainda, uma actividade igualmente promovida pelo CNASA, o 2º Grande Prémio de Karting, que teve como principais participantes os colaboradores da empresa e respectivos familiares.



Figura 145 – O 2º Grande Prémio de Karting

- A Administração proporcionou o habitual Magusto e a habitual festa de Natal para os colaboradores e respectivas famílias, no sentido de continuar a aproximar os colaboradores e estimular o espírito de equipa.



Figura 146 - O Magusto



Figura 147 – O Natal da AdSA

7.6. Análise Comercial

Evolução do Volume de Negócios

Com forme se pode verificar pelas figuras seguintes, em 2008, o produto água industrial representou 46% do volume de negócios da AdSA, registando um ligeiro decréscimo em relação à média dos últimos anos.

Relativamente aos outros serviços a água residual industrial e salina representa 34% do volume total de negócios, a água potável, em baixa e alta, 16% e a água residual urbana 4%.

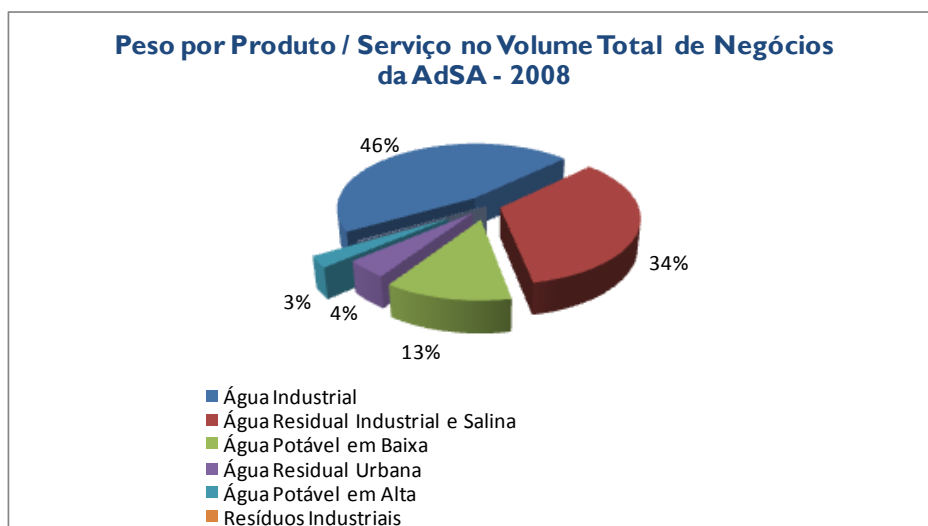


Figura 148 – Peso por Produto no Volume de Negócios da AdSA

Da análise à evolução do volume de negócios, no triénio de 2006 a 2008, por cada uma das áreas de actividade, desagregadas pelas suas categorias de produtos, no ano de 2008 regista-se uma alteração na tendência verificada nos anos anteriores. Em 2008 o peso do fornecimento de água industrial no volume de negócios foi 46%, registando um decréscimo de 10% em relação ao ano de 2007, e um decréscimo de 6% em relação à média do triénio. Em contrapartida, a área de água residual industrial e salina registou um aumento de 12% em relação ao ano de 2007, passando de 22% para 34%, e um aumento de 7% em relação à média do triénio. No que se refere à área de água potável esta registou um ligeiro

decréscimo de 1% de 2007 para 2008, sendo 17% e 16% respectivamente. Os Outros Serviços são financeiramente inexpressivos e não se relacionam com o *core business* da Empresa.

Actividade	Volume de Negócios (€)				Peso por Actividade de Negócio (%)			
	2006	2007	2008	Média	2006	2007	2008	Média
Água Industrial	3.702.638	3.957.124	4.069.320	3.909.694	56	56	46	52
Água Residual Industrial e Salina	1.432.608	1.563.623	3.015.814	2.004.015	22	22	34	27
Água Potável em Baixa	995.055	1.061.504	1.099.665	1.052.074	15	15	13	14
Água Residual Urbana	324.175	357.841	385.496	355.837	5	5	4	5
Água Potável em Alta	87.121	142.039	239.433	156.198	2	2	3	2
Outros Serviços	24.314	1.256	12.223	12.598	0	0	0	0
Resíduos Industriais	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	6.565.910	7.083.387	8.821.950	7.490.416	100	100	100	100

Figura 149 – Volume de Negócio por área de actividade

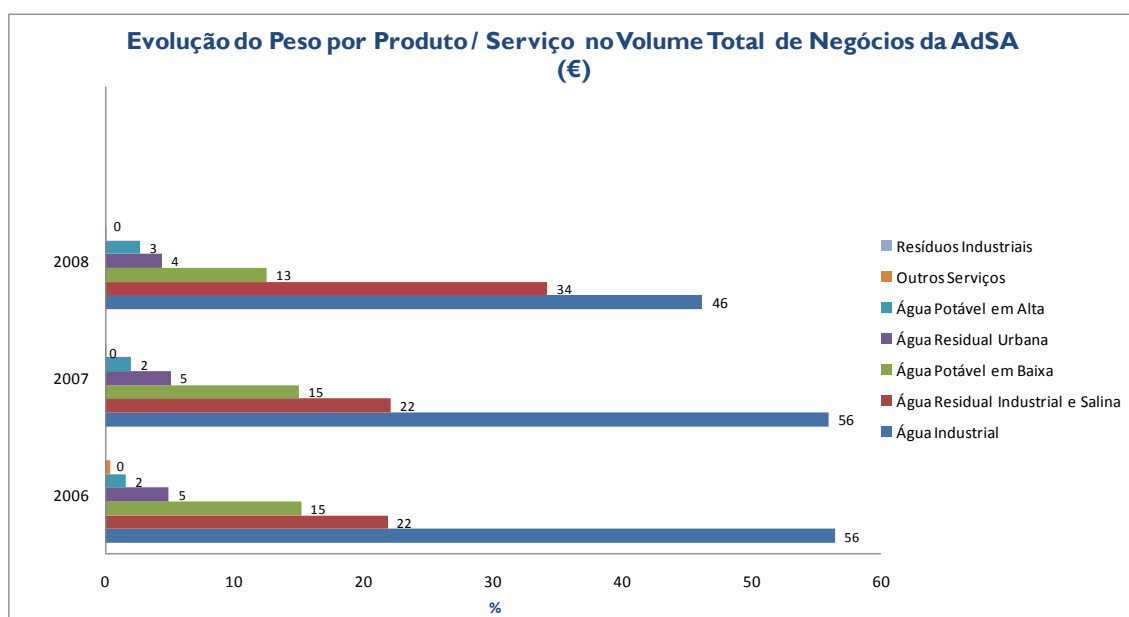


Figura 150 – Evolução do Peso por produto no Volume de Negócio

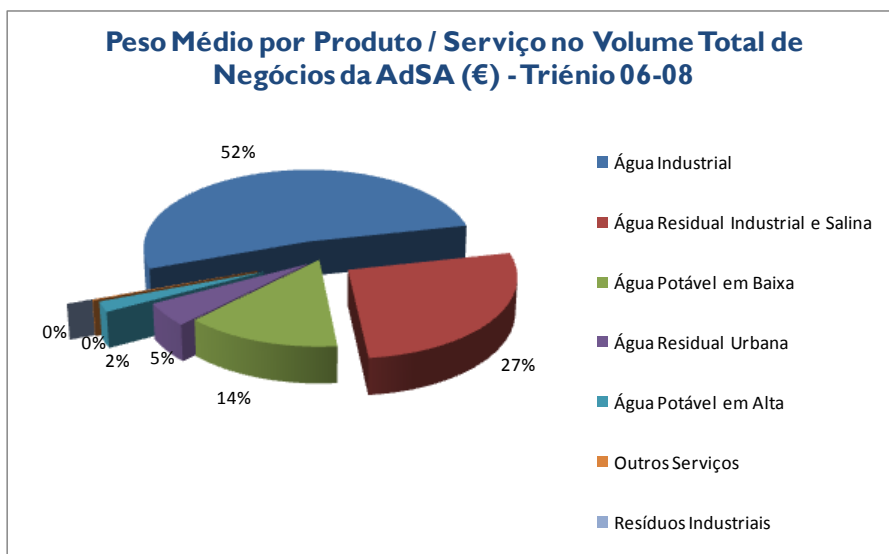


Figura 151 – Peso Médio por produto no Volume Total de Negócios

A redução da representatividade do produto água industrial, no volume de negócios da AdSA, é justificada, essencialmente pelo aumento do contributo da água residual industrial que ocorreu por dois factores, o incremento do volume facturado em 4 % e fundamentalmente pelo agravamento da qualidade das afluições de água residual industrial e consequente aumento tarifação registada nas classes superiores.

Actividade	Volumes Facturados (m3)				Peso (%)			
	2006	2007	2008	Média	2006	2007	2008	Média
Água Industrial	9.604.532	9.889.894	9.677.477	9.723.968	59	59	59	59
Água Residual Industrial	3.421.320	2.876.246	3.450.223	3.249.263	21	17	21	20
Água Potável em Baixa	262.467	269.644	242.937	258.349	2	2	1	2
Água Potável em Baixa VNSA	835.466	827.502	905.387	856.118	5	5	6	5
Água Residual Urbana	1.194.570	1.851.151	1.099.343	1.381.688	7	11	7	8
Água Potável em Alta	324.879	425.406	599.770	450.018	2	2	3	3
Água Residual Salina	686.014	605.649	463.938	585.200	4	4	3	4
Total	16.329.248	16.745.492	16.439.075	16.504.605	100	100	100	100

Água Residual Industrial e Salina	Valor (€)			Peso (%)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Industrial	1.370.305	1.510.052	2.943.145			
ARI - Classe 1	87.427	85.209	233.299	6	5	8
ARI - Classe 2	457.106	313.461	331.028	32	20	11
ARI - Classe 3	368.845	406.332	274.109	26	26	9
ARI - Classe 4	152.204	163.636	339.679	11	10	11
ARI - Classe 5	304.722	430.980	963.620	21	28	32
Agravamentos	0	110.434	801.410	0	7	27
Outras Prestação de Serviços	20.298	13.510	38.480	1	1	1
AR Salina	42.005	40.062	34.189	3	3	1
Total	1.432.608	1.563.623	3.015.814	100	100	100

Figura 152 – Volumes Facturados

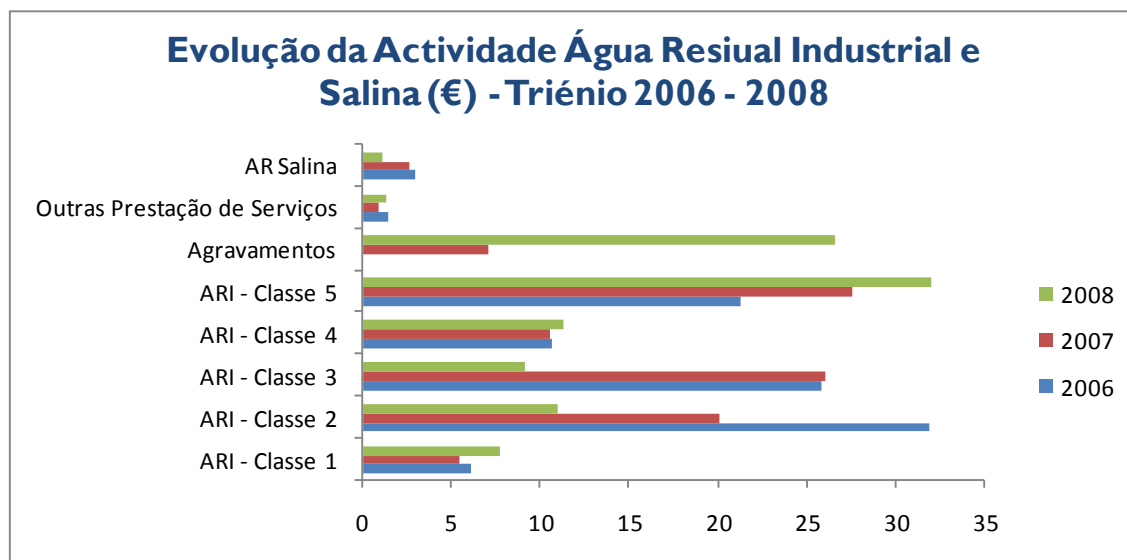


Figura 153 – Evolução da ARI e ARS

Análise por tipo de Clientes

Da análise ao universo dos clientes servidos pelo sistema de Santo André, verifica-se que o volume de negócios da AdSA é gerado essencialmente por um reduzido número de clientes, concentrados na Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS), nomeadamente grandes indústrias, Galp Energia, a Repsol Polímeros e EDP Produção de Energia e Calor. Esta dependência é justificada pelo facto de o Sistema de Santo André, na sua génese, ter sido projectado para servir a ZILS.

No que concerne ao ano de 2008, 86% do Volume de Negócios da AdSA foi gerado pelas empresas sitas na ZILS, 7% pelos Municípios de Santiago do Cacém e Sines e 7% pelo Centro Urbano de Vila Nova de Santo André. O ano de 2008 confirma e iguala a média dos valores registados no triénio de 2006 a 2008.

Designação	Volume de Negócios (€)				Peso (%)	
	2006	2007	2008	Média	Média	2008
Zona Industrial e Logística de Sines	5.618.110	6.037.491	7.596.579	6.417.393	86	86
Municípios	411.307	499.880	624.929	512.039	7	7
Vila Nova de Santo André	536.493	546.016	600.442	560.984	7	7
Total ...	6.565.910	7.083.387	8.821.950	7.490.416	100	100

Figura 154

Peso Médio no Volume Total de Negócios (€) Triénio 06-08

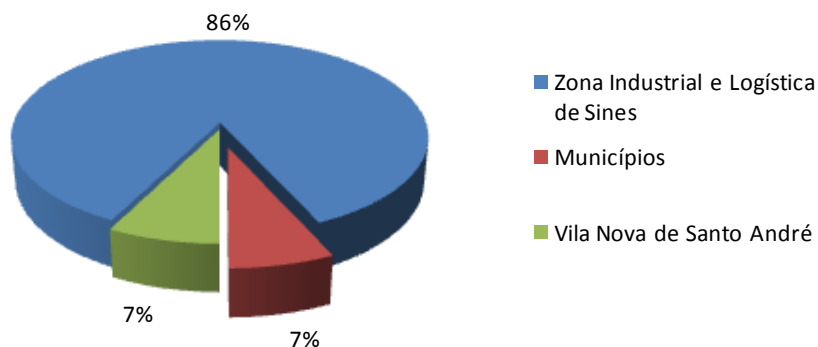


Figura 155 – Peso Médio no Volume Total de Negócios/ Triénio 2006/2008

Peso no Volume Total de Negócios € 2008

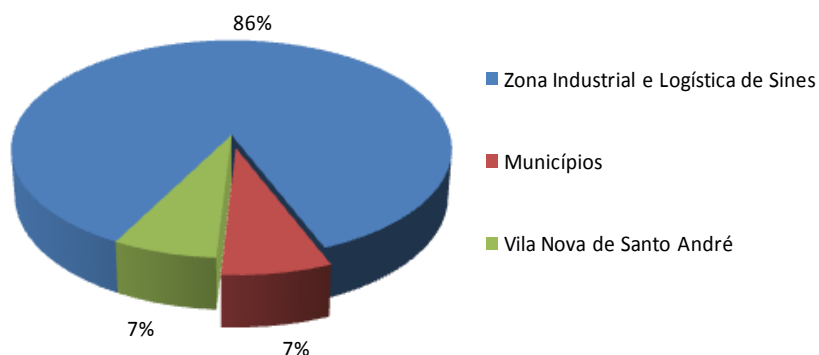


Figura 156 – Peso no Volume Total de Negócios/2008

De seguida apresentamos uma desagregação do quadro anteriormente apresentado, centrada nos principais clientes e de categorias de produtos e serviços disponibilizados pela AdSA.

Análise por Clientes

Cliente	Peso no Volume Total de Negócios (%)		
	2006	2007	2008
Petrogal - Galp Energia	43	41	47
Repsol Polímeros	29	31	23
EDP	8	7	9
Euroresinas	2	3	3
Outras Industrias	3	4	4
Vila Nova de Santo André	8	7	6
Município de Santiago do Cacém	4	5	4
Município de Sines	3	4	4
Total ...	100	100	100

Figura 157 – Peso no volume total de negócios por cliente

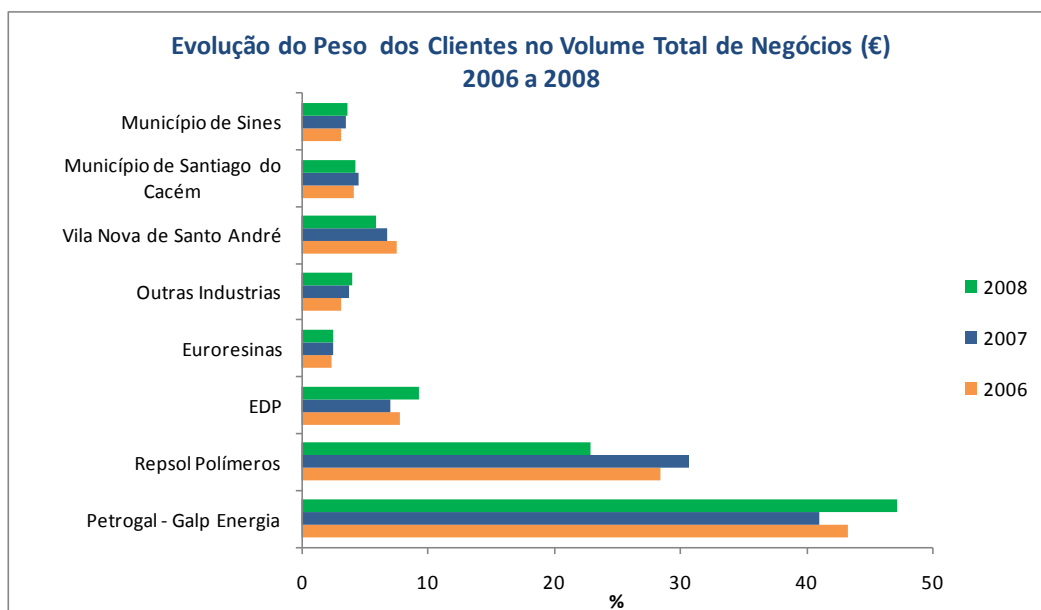


Figura 158 – Evolução do Peso dos Clientes no volume Total de Negócios

Análise por produtos e serviços

Zona Industrial e Logística de Sines

Importa referir que as gamas de produtos e serviços, água industrial, água residual industrial e água residual salina, estão cingidas ao Pólo industrial de Sines. Pode ainda concluir-se que os produtos e serviços com maior representatividade no volume de negócios da AdSA, são originados na sua maioria, cerca de 80%, pela actividade de três empresas Petrolgal Petróleos de Portugal, a Repsol Polímeros, e a EDP Produção de Energia e Calor. Os gráficos seguintes caracterizam o volume de negócios gerados pela ZILS, como já referido são 86% do Volume Total de Negócios da AdSA.

**ZILS - Distribuição Produtos / Serviços (€)
2008**

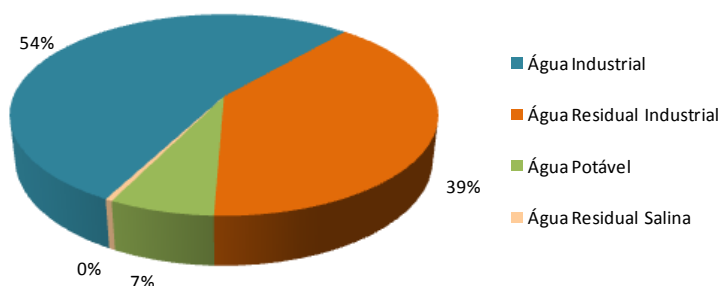


Figura 159 – ZILS – Distribuição por Produtos

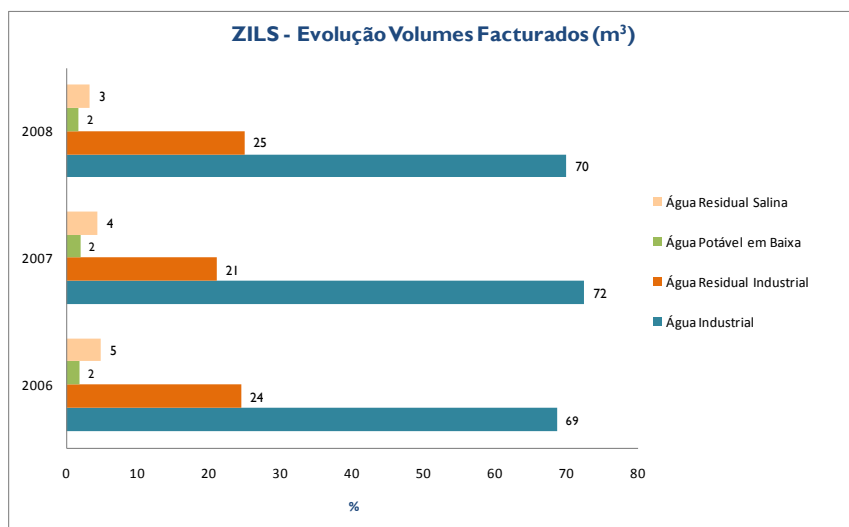


Figura 160 – ZILS – Evolução dos Volumes Facturados

O facto das principais actividades de negócio da empresa se encontrarem dependentes da actividade de 3 empresas revela um elevado risco, uma vez que a própria viabilidade financeira da AdSA, está estreitamente associada a estes clientes.

Municípios

Os Municípios, que representam apenas 7% do volume de negócios da AdSA, têm merecido uma particular atenção, por parte desta empresa, essencialmente pelo bem-estar da população que lhe está associado. Em termos de água potável em alta a AdSA presta este serviço ao Município de Sines em 4 localidades, designadamente Paiol, Bêbeda, Porto Côvo e Sines, esta última esporadicamente, e ao Município de Santiago do Cacém em 3 povoações, designadamente Galiza, Foros da Quinta e Brescos. No âmbito da água residual urbana a AdSA procede à recolha e tratamento de água residual urbana das cidades de Sines e de Vila Nova de Santo André, que pertencem, respectivamente, aos Municípios de Sines e Santiago do Cacém. No ano de 2008 registou-se um aumento de consumo de água potável, justificado essencialmente pelo consumo da cidade de Sines que passou a recorrer com maior frequência aos serviços da AdSA, devido a problemas no seu próprio sistema.

Municípios - Distribuição Produtos / Serviços (€) 2008

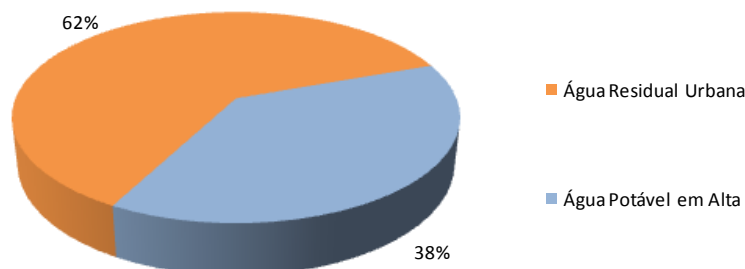


Figura 161 – Municípios Distribuição por Produtos

Municípios - Evolução de Volumes Facturados (m³)

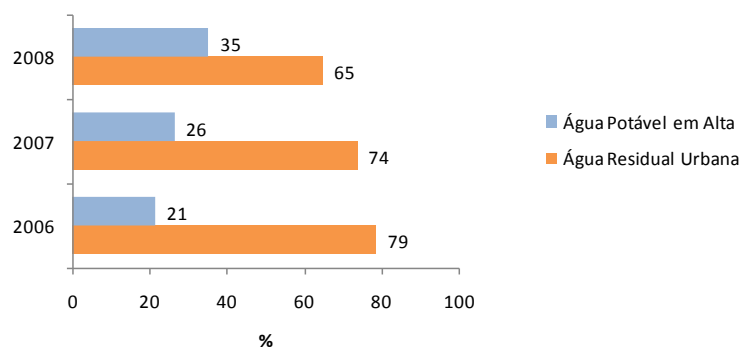


Figura 162 – Municípios Evolução de Volumes Facturados

Municípios (€) - 2008

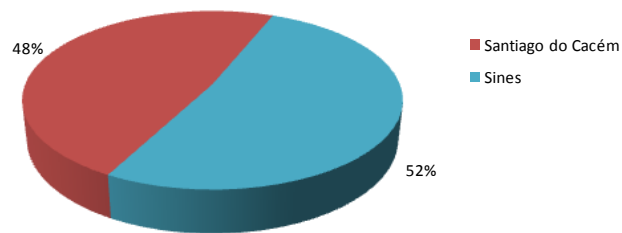


Figura 163 - Municípios

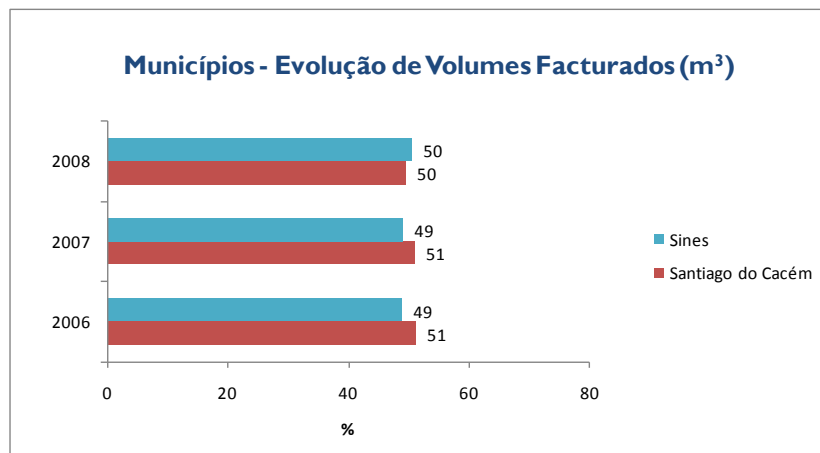


Figura 164 – Municípios Evolução dos Volumes Facturados

Vila Nova de Santo André

No centro urbano de Santo André, que representa 7% do volume de negócios da AdSA, a empresa presta serviço de fornecimento de água potável a cerca de 5.500 clientes, dos quais 131 locais de consumo pertencem ao Município de Santiago do Cacém, que representam 15 % das receitas geradas em Vila Nova de Santo André. Importa, ainda, referir que:

- 54% das receitas referem-se ao tipo de clientes domésticos num total de 4.782 clientes;
- 26% de receitas referem-se ao tipo comércio/indústria, num total de 514 clientes; e,
- 5% de receitas são geradas por 80 clientes do tipo Instituições / Associações / Estado, do universo de clientes em Vila Nova de Santo André.

Centro Urbano Santo André - Distribuição por Tipo de Tarifa 2008 (€)

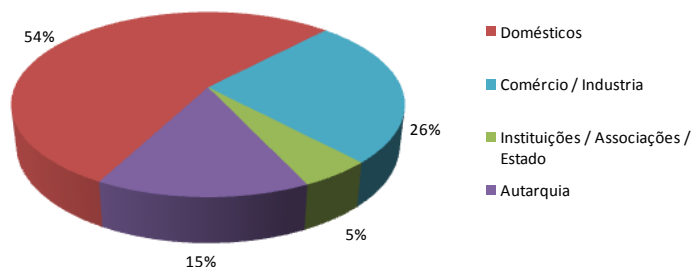


Figura 165 – Centro Urbano de Santo André – Distribuição por Tipo de tarifa

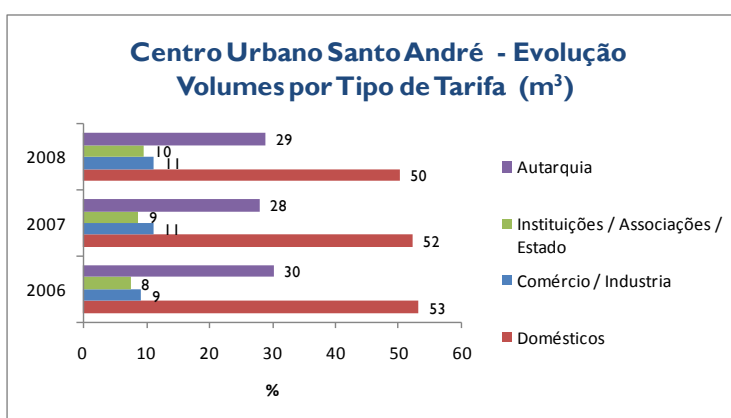


Figura 166 – Centro Urbano de Santo André – Evolução de Volumes por tipo de tarifa

No ano de 2008 o fornecimento de água em baixa em Vila Nova de Santo André registou um ligeiro aumento em relação aos anos anteriores, que é justificado por um lado, por um aumento real de consumos e por outro pela alteração da periodicidade de facturação que, ao passar a ser mensal, antecipou as facturações de Dezembro que genericamente só eram efectuadas no mês seguinte. Na figura seguinte pode-se verificar, também, que de 2006 para 2007 registou-se um ligeiro aumento das receitas, embora o volume, em m³, de 2007 seja relativamente inferior ao do ano 2006. Este facto é justificado pelo aumento da tarifa de acordo com a aprovação do tarifário de 2007, pelo IRAR em Julho de 2007, situação que não se verificou de 2007 para 2008, dado que o tarifário de 2008 manteve-se igual ao do ano transacto.

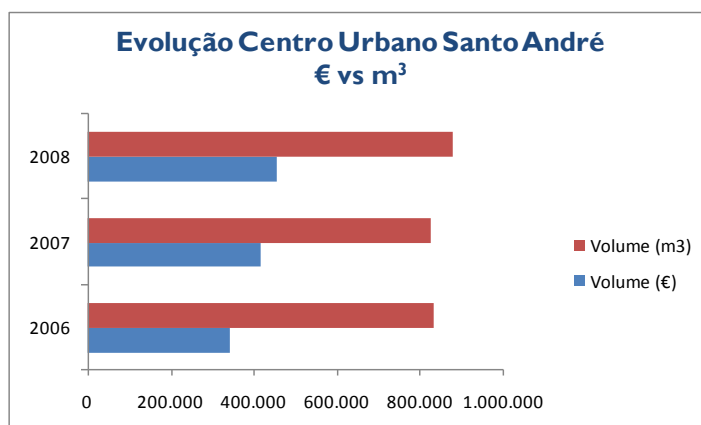


Figura 167 – Evolução Centro Urbano de Santo André € vs m³

Relacionamento com Clientes

A AdSA, em 2008, continuou a desenvolver o fortalecimento de relações com os seus principais clientes, realizando para o efeito reuniões periódicas visando essencialmente a satisfação dos serviços prestados.

No contexto da ZILS a AdSA tem desenvolvido e consolidado uma parceria com a AICEP - Global Parques, concebendo sinergias inerentes a novas plataformas de conhecimento e instalação de novos clientes. Em 2008 a AdSA estabeleceu contrato com três novos clientes, designadamente Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A., Sociedade Portuguesa do Ar Líquido “ARLIQUIDO”, Lda. e Arténius Sines PTA. A Tecnovia, empresa do sector de construção e obras públicas, será um cliente temporário que terá a duração do período de construção das infra-estruturas da Zona Industrial e Logística de Sines. A ARLIQUIDO, empresa do grupo Air Liquide, encontra-se na fase de construção de uma fábrica de separação de gases do ar, para a produção de Oxigénio, Azoto e Argon, com data de arranque da actividade prevista para os finais de 2009. A Arténius Sines PTA, filial do grupo La Seda de Barcelona, líder europeia no sector de Pet-Packaging, assinou um com a AdSA, a 13 de Março de 2008, um Memorando de Entendimento, onde foram estabelecidos os princípios básicos, termos e condições relativamente à futura formalização de contrato a estabelecer entre as partes. A Unidade de Produção de PTA encontra-se neste momento em fase de construção, prevendo a sua conclusão no final de 2009 e início da sua produção comercial durante o primeiro trimestre de 2010.

Mantiveram-se as reuniões periódicas com os principais clientes das ZILS, nomeadamente, Petrogal, Repsol, EDP, Euroresinas e Evonik Carbogal

No relacionamento com os Municípios, as principais questões resultam do seu elevado endividamento, por não pagamento dos serviços prestados que ascendem ao montante de € 3.025.042. A AdSA tem desenvolvido, junto dos Municípios, todos os esforços no sentido de providenciar a negociação desta dívida.

O Município de Santiago do Cacém tem realizado esforços para liquidar a dívida no âmbito da prestação de serviços de fornecimento de água, através de pagamentos casuais e tem demonstrado interesse em estabelecer acordo de plano de pagamento para a dívida mais antiga. Contudo, continua a não reconhecer a prestação do serviço de recolha e tratamento da água residual urbana, proveniente da cidade de Vila Nova de Santo André, procedendo à devolução de todos os documentos de facturação desde 2002. A dívida resultante da prestação desse serviço é de € 1.339.402.

No que se refere ao Município de Sines, apesar das diligências desenvolvidas pela AdSA no sentido de chegar a um acordo bilateral, este Município tem revelado um comportamento de impassibilidade face à dívida, não efectuado nem revelando intenção de liquidação da dívida, quer da prestação de serviço de fornecimento de água quer de prestação de serviço de recolha e tratamento de água residual urbana da cidade de Sines. Para este Município a dívida ascende a € 1.420.772.

Câmara Municipal de Santiago do Cacém		2002 a 2007		2008		Dívida Total	
Designação		Facturado	Dívida	Facturado	Dívida	Facturado	Dívida
Água para Consumo Humano		621.607	84.092	180.446	180.446	802.053	264.538
Água Residual Urbana		1.012.207	1.012.207	327.194	327.194	1.339.402	1.339.402
Prestações Serviços		1.699	184	146	146	1.844	330
Sub-Total ...		1.635.513	1.096.484	507.786	507.786	2.143.300	1.604.270

Câmara Municipal de Sines		2002 a 2007		2008		Dívida Total	
Designação		Facturado	Dívida	Facturado	Dívida	Facturado	Dívida
Água para Consumo Humano		549.646	381.243	199.974	199.974	749.620	581.217
Água Residual Urbana		586.492	579.054	257.572	257.572	844.064	836.626
Prestações Serviços		2.929	2.929	0	0	2.929	2.929
Sub-Total ...		1.139.068	963.226	457.546	457.546	1.596.614	1.420.772
Total ...		2.774.581	2.059.710	965.332	965.332	3.739.913	3.025.042

Figura 168 – Evolução das Dívidas dos Municípios

Face a esta situação foram instaurados, a 12 de Novembro de 2008, processos de injunção relativamente às dívidas de Água Potável e Água Residual Urbana ao Município de Sines, e Água Residual Urbana ao Município de Santiago do Cacém.

No relacionamento com o Município de Santiago do Cacém importa ainda referir que se efectuou um acordo para a Cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos Urbanos, formalizado num Protocolo de Colaboração, assinado entre as partes, em 28 de Outubro de 2008. A Cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos iniciou-se com a facturação de Março de 2008, constituindo uma receita do Município de Santiago de Cacém, cobrando a AdSA um fee de gestão para a realização deste processo.



Figura 169 – Assinatura do Protocolo de Colaboração para a Cobrança da Taxa de Resíduos Sólidos Urbanos

Qualidade do Serviço Prestado

Constituindo um dos principais objectivos da empresa satisfazer os seus clientes nomeadamente, no fornecimento de água e na recepção e tratamento de águas residuais, a AdSA preocupa-se em reduzir ao mínimo o número de eventuais interrupções na prestação do serviço, designadamente as quebras no abastecimento, a falta de pressão ou outras ocorrências associadas à distribuição de água.

Neste sentido, a empresa tem por norma avisar antecipadamente sempre que surge a necessidade de realizar intervenções de manutenção no sistema. Na situação de rupturas, a AdSA, tem a preocupação de avisar de imediato, da ocorrência, em particular aos clientes industriais e ainda, naturalmente, proceder à reposição do fornecimento, no menor prazo possível.

Reclamações

A utilização das melhores técnicas preventivas com que a empresa procura evitar rupturas na rede, detectando e reparando em tempo oportuno troços de tubagens envelhecidos, repercute-se no baixo número de reclamações recebidas, relacionadas com o abastecimento de água, de acordo com o quadro seguinte, que claramente o expressa:

Vila Nova de Santo André	
Reclamações por Tipologia	
	2008
Facturação	1
Leituras	1
Total ...	2

ZIL Sines Reclamações por Tipologia	2008
Total ...	0

Figura 170 - Reclamações por tipologia

Todas as reclamações foram respondidas de modo célere e a contento dos clientes.

Tarifário

O tarifário é aprovado anualmente pelo Concedente, em conjunto com a proposta de orçamento, com o parecer do IRAR.

O tarifário para 2008 foi aprovado por Sua Excelência o Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, pelo Despacho n.º MAOTDR/3374/2008/4116, datado de 04 de Julho de 2008, tendo sido aplicado com efeitos a partir de 1 de Abril, na sequência de circulares antecipadamente enviadas aos consumidores finais.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 97/2008 de 11 de Junho, que estabelece o regime económico e financeiro dos recursos hídricos (REF), a AdSA passou a cobrar, a partir 01 de Julho de 2008, aos seus clientes a Taxa de Recursos Hídricos (TRH). As receitas provenientes desta taxa são integralmente entregues à Administração de Região Hidrográfica (ARH) do Alentejo, entidade competente para a aplicação da TRH, nos termos do n.º 1 do Artigo 14º, do mesmo Decreto-Lei.

8. Perspectivas para o Futuro

Tal como já apresentados no Relatório e Contas de 2007, mantém-se os objectivos estratégicos então estabelecidos. No quadro seguinte apresentam-se os principais constrangimentos a que a empresa está sujeita e que motivaram o estabelecimento desses objectivos.

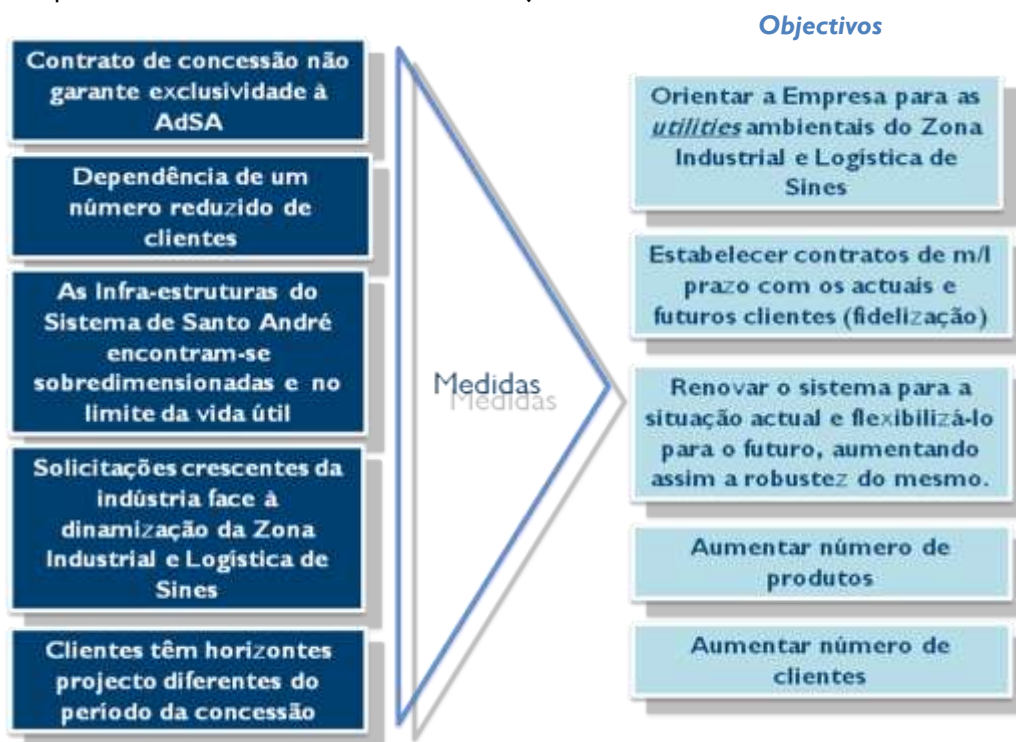


Figura 171 – Objectivos Estratégicos AdSA

9. Considerações Finais

Apresentados os resultados das actividades desenvolvidas em 2008, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, directa ou indirectamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

A Entidade Concedente, na pessoa de Sua Excelência o Ministro de Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional;

O Accionista Águas de Portugal, SGPS, S.A.;

Os Organismos e Serviços Públicos, em geral, e à CCDR – Alentejo, Instituto da Água, Instituto Regulador de Águas e Resíduos e Instituto de Resíduos;

Aos nossos parceiros Institucionais, AICEP Global Parques, Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Câmara Municipal de Sines e Administração do Porto de Sines;

Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;

Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração, em particular, os grandes clientes industriais: Galp Energia, Repsol e EDP;

O Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento das actividades da empresa;

Os Membros da Mesa da Assembleia-Geral;

Os Colaboradores de AdSA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o desempenho da sociedade não poderia ter sido o que foi.

10. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no Artigo 25º dos Estatutos da Águas de Santo André, S.A., propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido positivo de 386.987,59 Euros (trezentos e oitenta e seis mil novecentos e oitenta e sete euros e cinquenta e nove cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- € 80.000,00 (oitenta mil Euros) para constituição da Reserva Legal, na conta 57.1;
- € 306.987,59 (trezentos e seis mil novecentos e oitenta e sete euros e cinquenta e nove cêntimos) para distribuição de dividendos ao Accionista.

O Resultado do Exercício, expurgado da Reserva Legal no valor de € 80.000,00, é de € 306.987,59 ao que acresce os Resultados Transitados acumulados de € 796.240,09, pelo que se propõe que os mesmos, no valor total de € 1.103.227,68, sejam entregues ao Accionista a título de dividendos, tendo em atenção a alínea l) do n.º 4 da cláusula 17.ª do contrato de concessão – remuneração ao Accionista.

Tendo em consideração que para a AdSA obter o licenciamento como operador de resíduos industriais necessita de um capital social de pelo menos um milhão de euros, no termos do DL n.º 152/2002 de 23 de Setembro de 2002, propõe-se que se aumente de 500 mil euros para um milhão de euros o Capital Social.

II. Anexo ao Relatório

O Capital Social ascende a 500.000 Euros, representado por 100 000 acções da Classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada, detido a 100% por AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

12. Objectivos de Gestão

OBJECTIVOS DE GESTÃO PARA O ANO DE 2008				
INDICADORES			VALOR FIXADO ⁽¹⁾	VALOR ATINGIDO ⁽²⁾
INDICADORES FINANCEIROS – RENTABILIDADE E CRESCIMENTO (Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
1.	ROCE	(%)		
2.	EBITDA / Receitas	(%)		
INDICADORES FINANCEIROS – EFICIÊNCIA (Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
3.	Custos com Pessoal / EBITDA	(%)		
4.1	Cash-Cost Abastecimento	(€/m3)		
4.2	Cash-Cost Saneamento	(€/m3)		
INDICADORES FINANCEIROS – PMR e PMP (Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)				
6.	Prazo Médio de Recebimentos	(dias)		
7.	Prazo Médio de Pagamentos	(dias)		
INDICADORES DE SERVIÇO – QUALIDADE DO SERVIÇO (Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objectivos nacionais no domínio do ambiente)				
8.	Volume de Actividade	(10 ³ m ³)		
10.1	Qualidade da Água Fornecida	(%)		
10.2	Cumprimento dos Parâmetros de Descarga	(%)		
11.	Reforço da Eficiência Contratual	(%)		

OBJECTIVOS DE GESTÃO PARA O ANO DE 2008				
INDICADORES			VALOR FIXADO ⁽¹⁾	VALOR ATINGIDO ⁽²⁾
INDICADORES DE REPORTE – CUMPRIMENTO DE REPORTE (Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)				
12.	Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias)		
13.	Cumprimento de Orientações Corporativas	(%)		

Figura 172 – Objectivos de Gestão para 2008

NOTAS:

VALOR FIXADO (1) – Valor fixado pela Assembleia Geral de ___ de Julho de 2008.

VALOR ATINGIDO (2) – Valor alcançado no exercício de 2008, devidamente auditado.

O Conselho de Administração,

Dr. Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)

Eng.º João Manuel da Silva Costa
(Administrador Delegado)

Dr. Octávio Romeu dos Santos Almeida
(Vogal)

Vila Nova de Santo André, 13 de Março de 2009

C. CONTAS DO EXERCÍCIO

Demonstrações Financeiras 2008

Balanço

ACTIVO	Dezembro 2008			Dezembro 2007
	Activo Bruto	Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	292.777,00	292.777,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	72.705,50	60.153,83	12.551,67	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imob. incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	365.482,50	352.930,83	12.551,67	0,00
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	1.045.784,65	0,00	1.045.784,65	1.045.784,65
Edifícios e outras construções	3.310.276,67	775.880,94	2.534.395,73	2.664.885,45
Equipamento básico	74.242.466,80	19.277.890,11	54.964.576,69	57.204.903,27
Equipamento de transporte	311.000,44	295.204,34	15.796,10	15.593,25
Ferramentas e utensílios	68.556,09	44.657,57	23.898,52	22.077,76
Equipamento administrativo	671.114,65	610.632,54	60.482,11	85.464,65
Taras e vasilhame	9.115,75	6.192,93	2.922,82	4.743,89
Outras imobilizações corpóreas	33.855,89	16.596,06	17.259,83	12.341,50
Imobilizações em curso	463.754,82	0,00	463.754,82	217.865,21
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
	80.155.925,76	21.027.054,49	59.128.871,27	61.273.659,63
Investimentos Financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos a empresas do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
Partes de capital em empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. em Imóveis - Ter. Rec. Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Invest. em Imóveis - Edif. Out. Construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos e aplicações financeiras	5.790.894,48	0,00	5.790.894,48	5.584.949,44
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de inv. financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
	5.790.894,48	0,00	5.790.894,48	5.584.949,44
Circulante:				
Existências				
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	157.290,99	50.000,00	107.290,99	134.733,74
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
	157.290,99	50.000,00	107.290,99	134.733,74

ACTIVO	Dezembro 2008			Dezembro 2007
	Activo Bruto	Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo				
Clientes, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas do Grupo	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - Curto Prazo				
Clientes, c/c	2.165.219,87	0,00	2.165.219,87	1.634.443,50
Clientes - Títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	1.972.214,50	1.972.214,50	0,00	0,00
Fornecedores, c/c	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas do Grupo	5.908,17	0,00	5.908,17	5.908,17
Empresas associadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Empresas participadas e participantes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros accionistas (sócios)	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	492,92	0,00	492,92	(182,32)
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e Outros entes públicos	835.545,22	0,00	835.545,22	619.113,75
Outros devedores	211,53	0,00	211,53	0,00
Subscritores de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	4.979.592,21	1.972.214,50	3.007.377,71	2.259.283,10
Títulos negociáveis:				
Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	695.658,89
Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	2.091.528,97
	0,00	0,00	0,00	2.787.187,86
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	2.999.193,68	0,00	2.999.193,68	90.093,67
Caixa	5.593,72	0,00	5.593,72	3.344,50
	3.004.787,40	0,00	3.004.787,40	93.438,17
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	208.870,14	0,00	208.870,14	384.392,14
Custos diferidos	51.578,27	0,00	51.578,27	47.774,74
Ajust diferidos-Contratos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos diferidos	535.886,84	0,00	535.886,84	355.476,32
	796.335,25	0,00	796.335,25	787.643,20
Total de amortizações		21.379.985,32		
Total de Ajustamentos		2.022.214,50		
Total do activo	95.250.308,59	23.402.199,82	71.848.108,77	72.920.895,14

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Dezembro 2008	Dezembro 2007
Capital próprio:		
Capital	500.000,00	500.000,00
Ações (quotas) próprias - Valor nominal	0,00	0,00
Reservas:		
Reservas legais	116.561,48	116.561,48
Outras reservas	0,00	0,00
Resultados transitados	796.240,09	1.832.772,02
	<u>1.412.801,57</u>	<u>2.449.333,50</u>
Resultado líquido do exercício	<u>386.987,59</u>	<u>(1.036.531,93)</u>
Total do capital próprio	<u>1.799.789,16</u>	<u>1.412.801,57</u>
Passivo:		
Provisões		
Provisões para impostos	0,00	0,00
Outras provisões	1.164,54	1.164,54
	<u>1.164,54</u>	<u>1.164,54</u>
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
Adiantamentos de Clientes		
Empresas do Grupo	0,00	0,00
Outros credores	7.645.255,71	7.880.816,17
Subscritores de capital	0,00	0,00
	<u>7.645.255,71</u>	<u>7.880.816,17</u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
Clientes, c/c	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes	7.314,76	7.314,76
Empresas associadas	0,00	0,00
Fornecedores, c/c	474.529,03	755.304,93
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado	147.799,20	122.035,90
Outros empréstimos obtidos	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	341.294,07	54.166,81
Outros credores	511.064,60	276.311,66
Subscritores de capital	0,00	0,00
	<u>1.482.001,66</u>	<u>1.215.134,06</u>
Acréscimos e Diferimentos:		
Acréscimos de custos	8.818.543,29	8.106.316,44
Proveitos diferidos	52.101.354,41	54.304.662,36
Impostos diferidos	0,00	0,00
Total do passivo	<u>70.048.319,61</u>	<u>71.508.093,57</u>
Total do Capital Próprio e do Passivo	<u>71.848.108,77</u>	<u>72.920.895,14</u>

Figura 173 - Balanço

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,

Demonstração dos Resultados por Natureza

CUSTOS E PERDAS	Dezembro 2008	Dezembro 2007
CMVMC:		
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias	123.323,57	130.073,75
	<u>123.323,57</u>	<u>130.073,75</u>
Fornecimentos e serviços externos	4.144.358,98	3.849.722,10
Custo com o pessoal:		
Remunerações	1.529.709,48	1.552.693,29
Encargos Sociais:		
Outros	435.029,45	433.635,22
	<u>6.109.097,91</u>	<u>5.836.050,61</u>
Amortizações de Imob. Corpóreo/Incorpóreo	4.024.066,03	3.948.398,40
Ajustamentos	680.794,43	583.899,12
Impostos	41.737,09	39.943,26
Outros custos e perdas operacionais	4.140,00	8.261,40
(A)	<u>10.983.159,03</u>	<u>10.546.626,54</u>
Amort. e Ajustamentos de aplic. e investimentos financeiros	0,00	0,00
Juros e custos similares:		
Relativos a empresas associadas	0,00	0,00
Outros	257.053,87	288.816,28
(C)	<u>11.240.212,90</u>	<u>10.835.442,82</u>
Perdas relativas a empresas associadas	0,00	0,00
Custos e perdas extraordinários	289.368,86	260.497,49
(E)	<u>11.529.581,76</u>	<u>11.095.940,31</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	282.538,50	4.479,30
Impostos diferidos	(180.410,52)	(154.733,27)
(G)	<u>11.631.709,74</u>	<u>10.945.686,34</u>
Interesses minoritários	0,00	0,00
Transacções inter-companhias (conta de transição)	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	386.987,59	(1.036.531,93)
	<u>12.018.697,33</u>	<u>9.909.154,41</u>

PROVEITOS E GANHOS		Dezembro 2008	Dezembro 2007
Vendas:			
Mercadorias		0,00	0,00
Produtos		5.006.639,58	4.928.968,31
Prestações de serviços		3.362.562,41	2.260.275,01
Desvios Tarifários			
		8.369.201,99	7.189.243,32
Varição da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria empresa		15.385,08	19.569,90
Proveitos suplementares		42.413,27	10.024,21
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Outros proveitos e ganhos operacionais		1.818,60	0,00
Reversões de amortizações e ajustamentos		0,00	0,00
	(B)	8.428.818,94	7.218.837,43
Ganhos de participações de capital:			
Relativos a empresas associadas		0,00	0,00
Relativos a outras empresas		0,00	0,00
Rendi. de títulos negociáveis e de outras aplic. financeiras:			
Relativos a empresas associadas		0,00	0,00
Outras		0,00	0,00
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas associadas		0,00	0,00
Outras		616.538,09	214.840,90
	(D)	9.045.357,03	7.433.678,33
Proveitos e ganhos extraordinários		2.973.340,30	2.475.476,08
	(F)	12.018.697,33	9.909.154,41
Resultados operacionais	(B) - (A)	(2.554.340,09)	(3.327.789,11)
Resultados financeiros	(D)-(B)-((C)-(A))	359.484,22	(73.975,38)
Resultados correntes	(D)-(C)	(2.194.855,87)	(3.401.764,49)
Resultados antes de impostos	(F)-(E)	489.115,57	(1.186.785,90)
Resultado do exercício	(F)-(G)	386.987,59	(1.036.531,93)

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,

Figura 173 - Demonstração dos Resultados por Natureza

Demonstração dos Resultados por funções

Rubrica			2008	2007	2006
Vendas e prestações de serviços			8.369.201,99	7.189.243,32	6.508.619,32
Custo das vendas e das prestações de serviços			-123.323,57	-130.073,75	-129.257,83
Resultados Brutos			8.245.878,42	7.059.169,57	6.379.361,49
Outros proveitos e ganhos operacionais			2.743.588,39	2.244.572,70	6.297.551,91
Custos de distribuição			0,00	0,00	0,00
Custos administrativos			-10.813.958,37	-10.368.348,13	-9.880.486,66
Outros custos e perdas operacionais			-45.877,09	-48.204,66	-537.933,34
Resultados Operacionais			129.631,35	-1.112.810,52	2.258.493,40
Custo Líquido de financiamento			0,00	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em filiais e associadas			0,00	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em outros investimentos			359.484,22	-73.975,38	-159.539,53
Resultados correntes			489.115,57	-1.186.785,90	2.098.953,87
Impostos sobre os resultados correntes			-102.127,98	150.253,97	-715.012,24
Resultados correntes após impostos			386.987,59	-1.036.531,93	1.383.941,63
Resultados extraordinários			0,00	0,00	0,00
Impostos sobre os resultados extraordinários			0,00	0,00	0,00
Resultados líquidos			386.987,59	-1.036.531,93	1.383.941,63
Resultados por acção			0,32	-0,86	1,15

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,

Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2008	2007
Actividades Operacionais		
Recebimentos de clientes	8.530.527,71	6.861.734,63
Pagamentos a fornecedores	-5.353.592,53	-4.012.081,12
Pagamentos ao pessoal	-1.107.384,96	-1.098.399,62
Fluxo gerado pelas operações	2.069.550,22	1.751.253,89
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-89.318,09	-906.639,37
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-1.004.684,59	-921.480,29
Outros	-565.831,75	-486.458,89
Pagamentos à Segurança Social	-438.852,84	-435.021,40
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-1.094.002,68	-1.828.119,66
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	6.284,45	0,00
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-49.917,40	-68.224,58
Fluxo de actividades operacionais (1)	931.914,59	-145.090,35
Actividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	408.498,34	0,00
Juros e proveitos similares	0,00	0,00
Sub-total	408.498,34	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-29.234,91	-1.269.317,95
Imobilizações corpóreas	-883.099,13	-480.035,92
em firme	-695.548,82	-480.035,92
em curso	-187.550,31	0,00
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
Sub-total	-912.334,04	-1.749.353,87
Fluxos das actividades de investimento (2)	-503.835,70	-1.749.353,87
Actividades de Financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	5.211,44	8.227,63
Outros	5.211,44	8.227,63
Sub-total	5.211,44	8.227,63
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-309.128,96	-359.218,62
Outros	-5.604,20	-22.442,92
Amortizações de contratos de locação financeira	-60.239,26	-48.780,61
Juros e custos similares	-243.285,50	-250.146,48
Dividendos	0,00	-37.848,61
Sub-total	-309.128,96	-359.218,62
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-303.917,52	-350.990,99
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	124.161,37	-2.245.435,21
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.880.626,03	5.126.061,24
Caixa	3.344,50	4.475,99
Depósitos bancários	2.181.622,64	3.883.890,40
Títulos negociáveis	695.658,89	1.237.694,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.004.787,40	2.880.626,03
Caixa	5.593,72	3.344,50
Depósitos bancários	2.999.193,68	2.181.622,64
Títulos negociáveis	0,00	695.658,89

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,

Figura 175 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas às Demonstrações Financeiras

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Águas de Santo André, S.A. – Exercício de 2008

NIF – 505600005

Valores expressos em Euros

Actividade

Água de Santo André, S.A. é uma sociedade anónima de duração Indeterminada, constituída pelo Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de Maio, com um capital social de 500.000 Euros, realizados a 100%.

A sociedade tem por objecto, nos termos do artigo 3º dos estatutos, a "...exploração e gestão do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André."

Tendo por base o contrato de concessão celebrado com o Estado Português, à sociedade é atribuída, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da concepção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, pelo prazo de 30 anos.

Princípios Contabilísticos

As demonstrações financeiras da sociedade, a 31 de Dezembro de 2008 compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, por natureza e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados, que foram preparadas na base dos custos históricos e da continuidade das operações da sociedade em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, especialização dos exercícios, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

As notas que se seguem, respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contas (POC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, e alterado posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 127/95, de 1 de Junho e pelo DL 35/2005 de 17 de Fevereiro.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

N.º 3. Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração dos resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de custo, líquido das amortizações acumuladas. As amortizações dos bens são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas fiscalmente permitidas, as quais não diferem significativamente da vida útil estimada dos activos (Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, actualizado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/94, de 12 de Julho). As amortizações aplicadas ao activo imobilizado corpóreo reversível é calculado tendo por base o disposto na Directriz Contabilística n.º 4.

b) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são contabilisticamente relevadas pelo seu custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização fiscalmente aceites decorrentes das tabelas do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro (actualizado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/94, de 12 de Julho).

c) Acréscimos e Diferimentos

A Águas de Santo André S.A., regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

d) Existências

As existências são contabilisticamente relevadas pelo custo de aquisição ou seja, pela soma do preço de compra e respectivos gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar em armazém ou no seu estado normal.

e) Dívidas de Terceiros

As dívidas a receber de terceiros estão reflectidas pelo seu valor nominal, caso se considere a existência de créditos que não vão ser integralmente recuperáveis, é constituída uma provisão para cobrança duvidosa (ver nota 34).

f) Outros Títulos Negociáveis

Os Outros Títulos Negociáveis referem-se a títulos de participação mobiliária que se encontram valorizados a custo histórico.

N.º 6. Indicação das situações que afectem significativamente os impostos futuros

A sociedade Águas de Santo André S.A encontra-se sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) à taxa de 25%, que é aumentada em 1,5% pela aplicação da derrama.

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal de Águas de Santo André, S.A. está sujeita a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a segurança social). Deste modo, as declarações fiscais de Águas de Santo André, S.A. do exercício de 2008 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração de Águas de Santo André, S.A., no quadro da aplicação das normas contabilística em vigor no seio do grupo AdP - Águas de Portugal, SGPS, AS, não prevê que eventuais correcções, resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, possam ter efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DOS IMPOSTOS DIFERIDOS - DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS					
Rubrica	2007	Correcções	Dotação	Utilização	2008
Taxa de IRC	25%	25%	25%	25%	25%
Taxa de Derrama	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
Activos por impostos diferidos					
Provisões	1.341.420,07		680.794,43		2.022.214,50
Prejuízos reportáveis	398.427,91		0,00	-398.427,91	0,00
Outros (detalhe outros)					
Base de incidência...	1.739.847,98	0,00	680.794,43	0,00	2.022.214,50
IRC...	434.962,00		170.198,61	-99.606,98	505.553,63
Derrama...	20.121,30		10.211,92	0,00	30.333,22
Imposto...	455.083,30	0,00	180.410,53	-99.606,98	535.886,85
D- IMPAIRMENT...	-99.606,98		0,00	99.606,98	0,00
Imposto diferido activo reconhecido...	355.476,32	0,00	180.410,53	0,00	535.886,85
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Figura 176 – Demonstração do Cálculo dos Impostos Diferidos

N.º 7. Número médio de pessoas ao serviço da Empresa

Durante o ano de 2008 o número médio de colaboradores ao serviço da Águas de Santo André, S.A. calculado com base na média do último dia de cada mês, foi de 63 colaboradores.

N.º 10. Movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:					
Despesas de Instalação	292.777,00	0,00	0,00	0,00	292.777,00
Despesas Investigação & Desenvolvimento	52.500,00	14.693,50	0,00	5.512,00	72.705,50
Prop.Industrial e Out.Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (1)	345.277,00	14.693,50	0,00	5.512,00	365.482,50
Imobilizações Corpóreas:					
Terrenos e Recursos Naturais	1.045.784,65	0,00	0,00	0,00	1.045.784,65
Edifícios e Outras Construções	3.310.276,67	0,00	0,00	0,00	3.310.276,67
Equipamento Básico	73.629.874,95	91.716,56	0,00	520.875,29	74.242.466,80
Equipamento de Transporte	294.860,76	18.955,30	-2.815,62	0,00	311.000,44
Ferramentas e Utensílios	59.673,89	8.882,20	0,00	0,00	68.556,09
Equipamento Administrativo	665.539,61	12.077,19	0,00	-6.502,15	671.114,65
Taras e Vasilhame	7.947,75	1.168,00	0,00	0,00	9.115,75
Outras Imobilizações Corpóreas	25.308,89	14.059,00	0,00	-5.512,00	33.855,89
Imobilizado Corpóreo em Curso	217.865,21	766.764,90	0,00	-520.875,29	463.754,82
Adiantamentos por Conta de Imobilizações Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (2)	79.257.132,38	913.623,15	-2.815,62	-12.014,15	80.155.925,76
Investimentos Financeiros:					
Partes de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras	5.584.949,44	205.945,04	0,00	0,00	5.790.894,48
Total (3)	5.584.949,44	205.945,04	0,00	0,00	5.790.894,48
Total (1) + (2) + (3)	85.187.358,82	1.134.261,69	-2.815,62	-6.502,15	86.312.302,74

Figura177 – Activo Bruto

Nota 10 - Amortizações e Ajustamentos

Coluna-chave	Saldo Inicial	Reforços	Anulação Reversão	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de Instalação	292.777,00	0,00	0,00	292.777,00
Despesas Investigação & Desenvolvimento	52.500,00	6.275,83	1.378,00	60.153,83
Prop.Industrial e Out.Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Imobilizações Incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (1)	345.277,00	6.275,83	1.378,00	352.930,83
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	645.391,22	130.489,72	0,00	775.880,94
Equipamento Básico	16.424.971,68	2.852.918,43	0,00	19.277.890,11
Equipamento de Transporte	279.267,51	18.752,45	-2.815,62	295.204,34
Ferramentas e Utensílios	37.596,13	7.061,44	0,00	44.657,57
Equipamento Administrativo	580.074,96	33.885,17	-3.327,59	610.632,54
Taras e Vasilhame	3.203,86	2.989,07	0,00	6.192,93
Outras Imobilizações Corpóreas	12.967,39	5.006,67	-1.378,00	16.596,06
Total (2)	17.983.472,75	3.051.102,95	-7.521,21	21.027.054,49
Investimentos Financeiros:				
Partes de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e Títulos de Participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos de Financiamento	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (3)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total (1) + (2) + (3)	18.328.749,75	3.057.378,78	-6.143,21	21.379.985,32

Figura 178 – Amortizações e Ajustamentos

	Amortizações do Exercício	Amortizações Acumuladas
<u>Amortizações pelo DR 2/90</u>		
. amortizações de investimento reversível	3.051.102,95	20.622.058,69
. amortizações de investimento não reversível	6.275,83	404.995,80
<u>Subtotal</u>	3.057.378,78	21.027.054,49
<u>Ajustamentos decorrentes da DC4</u>		
. ajustamentos relativos a investimento realizado	-562.887,35	-1.799.707,11
. ajustamentos relativos a investimento futuro	1.529.574,60	6.921.325,24
<u>Subtotal</u>	966.687,25	5.121.618,13
<u>Amortizações Totais</u>		
. investimento realizado (DC4)	3.051.102,95	20.622.058,69
. investimento futuro (DC4)	966.687,25	5.121.618,13
<u>Total</u>	4.017.790,20	25.743.676,82

		31-Dez-08
AC-Invest Esper-Imob	27350001	416.877,88
AC-Invest Esper	27350002	-5.644.105,36
		-6.060.983,24
AE-Invest.Esperado	66800001	1.529.574,60
AE-Dif. DC4 e 2/90	66800002	-562.887,35
		966.687,25

Denominação	Conta	31-Dez-08
AE-IC-Ed.O.Cons.	66220000	130.489,72
AE-IC-Equip.Bás.	66230000	2.852.918,43
AE-IC-Eq.Transp.	66240000	18.752,45
AE-IC-Ferram.Ut.	66250000	7.061,44
AE-IC-Equip.Adm.	66260000	33.885,17
Am-IC-Taras e V.	66270000	2.989,07
AE-IC-Outras IC	66290000	5.006,67
AE-II-Desp.Inst.	66310000	0
AE-II-Desp. I&D	66320000	6.276
AE-Invest.Esperado	66800001	1.529.575
AE-Dif. DC4 e 2/90	66800002	-562.887
		4.024.066

Figura 179 – Amortizações pelo DR 2/90

N.º 14. Identificação dos bens do activo imobilizado afectos à concessão e que, no final da mesma, irão reverter a favor da Concedente, a 31 de Dezembro de 2008:

Designação	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor contábil
Terrenos	1.045.784,65	0,00	1.045.784,65
Edifícios e Outras Construções	3.310.276,67	775.880,94	2.534.395,73
Equipamento Básico	74.242.466,80	19.277.890,11	54.964.576,69
Equipamento de Transporte	311.000,44	295.204,34	15.796,10
Ferramentas e utensílios	68.556,09	44.657,57	23.898,52
Equipamento Administrativo	671.114,65	610.632,54	60.482,11
Taras e Vasilhames	9.115,75	6.192,93	2.922,82
Outros Imobilizados Corpóreos	33.855,89	16.596,06	17.259,83
Despesas de Instalação	292.777,00	292.777,00	0,00
Despesas de Investigação e Desempenho	72.705,50	60.153,83	12.551,67
Imobilizado em Curso	463.754,82	0,00	463.754,82
Total	80.521.408,26	21.379.985,32	59.141.422,94

Figura 180 – Bens do Activo Imobilizado

Imobilizado em Curso	Valor
Renovação da rede de Água Industrial	9.009,00
Arejamento ETAR	14.083,88
Remodelação da rede de dist. Água St. André	12.300,00
Furo Porto Peixe	19.602,11
Porto Peixe - Electricidade e Instrumentação	15.230,00
Reparação dos edificios da ETAR	258.886,17
Remodelação EE ZIP3	33.319,49
AdSA 6	21.286,62
Remodelação ETAR	46.264,00
Reparação do Emissário Submarino	2.577,08
Equipamentos dos TROG da ETAR	5537,18
Construção Célula R.I.B.	4.969,30
Outros investimentos	20.689,99
	463.754,82

Figura 181 – Imobilizado em Curso

N.º 15. Indicação dos bens utilizados em regime de localização financeira

Matrícula	Data de Início	Data de Termo	Entidade	Valor do Veículo	Renda Anual	Divida
72-AH-62	17-08-2005	16-08-2009	Leaseplan	20.967,37	5.651,57	2.938,95
85-AL-74	20-09-2005	19-09-2009	Leaseplan	20.702,86	5.540,40	3.517,10
85-AL-75	20-09-2005	19-09-2009	Leaseplan	20.702,86	5.540,40	3.517,10
TOTAL				62.373,09	16.732,37	9.973,15

Figura 182 – Bens utilizados em regime de locação financeira

AdSA tem 10 viaturas em regime de locação operacional, nomeadamente:

Matrícula	Data de Início	Data de Termo	Entidade	Valor do Veículo	Renda Anual
83-AZ-56	23-12-2005	22-12-2009	Leaseplan	15.177,18	3.187,01
67-BG-45	02-03-2006	01-03-2010	Leaseplan	10.960,90	2.598,05
83-AZ-58	23-12-2005	22-12-2009	Leaseplan	15.208,96	3.219,12
86-CM-29	15-12-2006	14-12-2010	Leaseplan	31.787,04	5.737,10
07-CN-84	14-12-2006	13-12-2010	Leaseplan	15.337,07	3.830,24
39-CV-38	16-02-2007	15-02-2011	Leaseplan	15.337,07	3.856,16
05-FQ-65	06-05-2008	05-05-2012	Leaseplan	20.877,35	2.287,30
44-FV-90	06-06-2008	05-06-2012	Leaseplan	19.944,10	2.174,49
25-GF-16	29-07-2008	28-07-2012	Leaseplan	13.697,81	1.105,51
42-GJ-24	11-09-2008	10-09-2012	Leaseplan	16.512,83	1.456,50
TOTAL				174.840,31	29.451,48

Figura 183 – Bens utilizados em regime de locação operacional

N.º 16. Firma e sede das empresas do grupo e das empresas associadas com indicação da fracção de capital detida bem como dos capitais próprios e do resultado do último exercício

As demonstrações financeiras de Águas de Santo André, S.A. são incluídas na consolidação de contas de AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., com sede na Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700 - 421 Lisboa, que detém uma participação correspondente a 100% do capital.

N.º 18. Discriminação dos valores constantes na conta 415 “fundos” e identificação das respectivas afectações

A empresa constituiu o fundo de renovação no montante de € 5.674.518,95 e o fundo de constituição do capital no montante de € 116.374,53, de acordo com o previsto, respectivamente, nas cláusulas 13ª e 18ª do contrato de concessão.

N.º 21. Movimentos dos Ajustamentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Provisão para depreciação de existências	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Clientes de cobrança duvidosa	1.341.420,07	630.794,43	0,00	1.972.214,50
Total	1.341.420,07	680.794,43	0,00	2.022.214,50

Figura 184 - Ajustamentos

Os reforços, no montante de 630.794,43 Euros devem-se ao não reconhecimento da facturação de Águas Residuais Urbanas pelos Municípios de Sines e Santiago do Cacém.

N.º 23. Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Foi reforçado o ajustamento para clientes de cobrança duvidosa no montante de € 630.794,43, à Câmara Municipal de Santiago do Cacém e Câmara Municipal de Sines, devido a estas não reconhecerem as dívidas relativas à facturação de Águas Residuais Urbanas.

N.º 25. Valor global das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da Empresa

Não aplicável à data de 31.12.2008.

N.º 28. Discriminação das dívidas incluídas na conta "Estado e outros entes públicos" em situação de mora

Em 31 de Dezembro de 2008, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e Outros Entes Públicos.

N.º 29. Discriminação das dívidas a terceiros a mais de cinco anos

A Empresa deverá suportar nos exercícios seguintes os custos relativos ao descrito no n.º 4 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de Maio, no montante de € 12.529.293,53 (transferências mensais para o INAG de € 39.903,83).

A 31 de Dezembro de 2008, a Empresa actualizou a dívida ao INAG, que se encontra registada na rubrica de fornecedores de curto prazo, no montante de € 308.507,62, na rubrica de fornecedores de m/l prazo, no montante de €7.645.255,71 em contrapartida da rubrica de proveitos diferidos no montante de €4.575.530,20, valor referente aos juros da dívida do INAG bem como o registo no valor de €12.529.293,53, referente ao capital em dívida que se encontra reflectida nas contas de fornecedores de curto e m/l prazo.

N.º 31. Valor global dos compromissos financeiros que não figure no balanço, na medida em que a sua indicação seja útil para a apreciação da situação financeira da empresa. Para além disso devem ser indicadas separadamente os compromissos relativos a pensões, bem como os que respeitem a empresas interligadas

Os compromissos financeiros assumidos por Águas de Santo André, S.A. a 31 de Dezembro de 2008 são os seguintes:

Descrição do Compromissos	Adjudicado	Facturação	Por Facturar
GESTÃO ANÁLISES E RELATÓRIOS, INCLUI OS ACESSÓRIOS INEGI	€ 12.204,00	€ 4.746,00	€ 7.458,00
MANUAL PRÁTICO P/ CERTIFICAÇÃO E GESTÃO	€ 299,52	€ 97,35	€ 202,17
REVISÃO DO GRUPO ELECTROBOMBA MARCA EMU MOD: DCH 705-2+NU 120-4/90	€ 1.659,98	€ 0,00	€ 1.659,98
PRESTAÇÃO SERVIÇOS COORDENAÇÃO SEGURANÇA E HIGIENE NA EMPREITADA DECANTADORES 1 E 2 ETA DE MORGAVEL	€ 5.000,00	€ 4.400,00	€ 600,00
ÁCIDO MURIÁTICO P/ESTACÃO PILOTO EDR	€ 36,24	€ 0,00	€ 36,24
MATERIAL PARA O GABINETE DO ENG.º PAULO MARREIROS (SECRETÁRIA, MÓDULO GAVETAS, ARMÁRIO, CADEIRA E MESA DE	€ 1.155,23	€ 215,73	€ 939,50
EQUIPAMENTOS DE PROTECÇÃO INDIVIDUAL	€ 13.320,82	€ 12.118,32	€ 1.202,50
ESTOFAR O BANCO VIATURA 67-76-ML	€ 245,00	€ 0,00	€ 245,00
2 IMPULSORES PARA GRUPO ELECTROBOMBA ABS MODELO AF 300-6 DO PRI DA ETA MORGAVEL	€ 1.360,00	€ 680,00	€ 680,00
CUBA PEAD PARA PRODUTOS QUÍMICOS, FECHADA	€ 2.799,00	€ 0,00	€ 2.799,00
CONCEPÇÃO GRÁFICA E PROGRAMAÇÃO DE SITE "ÁGUAS DE SANTO ANDRÉ"	€ 3.900,00	€ 1.170,00	€ 2.730,00
MEDIDOR CAUDAL ULTRASÓNICO KROHNE OPTISONIC 6300	€ 4.915,00	€ 0,00	€ 4.915,00
INSTALAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES, QUADRO ELÉCTRICO E CABOS DE LIGAÇÃO NA E.E. ERMIDAS	€ 4.850,00	€ 0,00	€ 4.850,00
DESLOCAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA À INSTRUMENTAÇÃO	€ 550,00	€ 0,00	€ 550,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E HIGIENE NA EMPREITADA DAS OBRAS DE REPARAÇÃO DOS	€ 3.900,00	€ 3.600,00	€ 300,00
EDIFÍCIOS DA ETAR DE RIBEIRA DE MOINHOS			
65 PARES BOTA BIQUEIRA DE AÇO SKIN E 3 PARES BOTA SEGURANÇA SOLDADURA LAVORO	€ 2.922,40	€ 2.806,84	€ 115,56
CADEADO "BURG" REF. 116/40"	€ 1.342,00	€ 0,00	€ 1.342,00
LIMPEZA DO EDIFÍCIO 2 E 4 DA ETA MORGAVEL	€ 4.800,00	€ 0,00	€ 4.800,00
TRABALHOS COMPLEMENTARES DE DESMATAÇÃO NA BARRAGEM DE MORGAVEL - COROAMENTO E PONTOS DE LEITURA	€ 2.950,05	€ 600,00	€ 2.350,05
PORCA 3/4" LATÃO P/SELAGEM CONTAD.13M	€ 36,00	€ 0,00	€ 36,00
CHAPA XADRÊS 2X1METROS DE 3MM	€ 268,95	€ 0,00	€ 268,95
CONTROLO DE QUALIDADE DE ÁGUA DO SISTEMA DE MORGAVEL - G3	€ 1.500,49	€ 1.031,36	€ 469,13
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE SUPERVISÃO, AUTOMAÇÃO E TELEGESTÃO DA ETA DE	€ 1.440,00	€ 0,00	€ 1.440,00
AQUISIÇÃO DE REAGENTES - 2 GARRAFAS DE CLORO 65KG PARA CO ST.º ANDRÉ E 2 PARA MONTE CHÃOS	€ 3.305,30	€ 505,30	€ 2.800,00
ADICIONAL CONSULTA PRÉVIA N.º09/DIFC/CL/07 - CONTRATO ANUAL DE FARDAMENTO	€ 5.731,46	€ 630,20	€ 5.101,26
RECTIFICADORA GRANDE E RECTIFICADORA PEQUENA	€ 220,03	€ 0,00	€ 220,03
TRABALHO LIMPEZA NO EDIFÍCIO 1 - ETA	€ 740,00	€ 0,00	€ 740,00
FORNECIMENTO/MONTAGEM DE ROTAMETROS E ACESSÓRIOS NA INSTALAÇÃO DE CLORO DE SOCORRO DA ETA DE	€ 1.961,50	€ 0,00	€ 1.961,50
ELABORAÇÃO DE PARECER SOBRE A VALIDAÇÃO DA SOLUÇÃO TÉCNICA E DOS OBJECTIVOS PREVISTOS NO CADERNO DE			
ENCARGOS DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL "VALORIZAÇÃO DAS LAMAS INDUSTRIAIS DEPOSITADAS/CONFINADAS	€ 2.500,00	€ 0,00	€ 2.500,00
EM BACIAS PRÓPRIAS NO ATERRO DE SANTO ANDRÉ".			
ALICATE PORTA ELECTRODOS - OPTIMUS 400	€ 7,33	€ 0,00	€ 7,33
REPARAÇÃO DO VARIADOR SIEMENS MICROMASTER 440	€ 1.788,50	€ 0,00	€ 1.788,50
EMBALAGEM DPD F CHLORINE TOTAL REF. 530120, EMB. DPD CHLORINE REF. 530100	€ 75,00	€ 0,00	€ 75,00
MANUTENÇÃO DOS POSTOS DE TRANSFORMAÇÃO DA ETAR DE RIBEIRA DE MOINHOS E DA ZIP3	€ 6.390,00	€ 0,00	€ 6.390,00
6000 UN. ÍMANS 0,60 MICRONS COM IMPRESSÃO 3 CORES E RECORTE VECTORIAL DÍSTICO 85MM	€ 3.576,00	€ 0,00	€ 3.576,00
BLOCOS REQUISICÇÃO INTERNAS 3X50 FLS. CARIMBO COM LOGOTIPO ADSA	€ 159,00	€ 0,00	€ 159,00
APARAFUSADORA DEWALT 18 V 13 MM. JOGO TARRACHAS MANUAL MARCA REMS EVA.	€ 562,00	€ 0,00	€ 562,00
CAPSULA CORTE INOX PIVALV ESFERA	€ 45,00	€ 0,00	€ 45,00
CRAVAR KONITES COBRE 3MM NOS CABOS DE SUSTENTAÇÃO DOS CONES DOS DECANTADORES DA ETA. CABO AÇO INOX	€ 151,26	€ 0,00	€ 151,26
REALIZAÇÃO DE ENSAIO DE VIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO GPRS/UMTS	€ 550,00	€ 0,00	€ 550,00
NORMA NP-ISO-10019	€ 20,45	€ 0,00	€ 20,45
OLHAL REF. 820 75X15/76X14	€ 1,28	€ 0,00	€ 1,28
ENSAIO COM TAMBOR DE ESPESSAMENTO NA SAIA SIFÓIDE DA ETAR DE RIBEIRA DE MOINHOS	€ 5.070,00	€ 0,00	€ 5.070,00
CORTE DE TODAS AS ÁRVORES NA ESTRADA DE ALCATRÃO ENTRE A ETA E A EDP E TRANSPORTE DOS MATERIAIS SOBRANTES			
PARA LOCAL INDICADO PELO NOSSO TÉCNICO, JUNTO DA BARRAGEM MORGAVEL	€ 3.400,00	€ 0,00	€ 3.400,00
TRABALHOS DE DESMATAÇÃO E LIMPEZA DO TRAÇADO DA CONDUTA ADUTORA ETA-MTC			
CEDÊNCIA MÃO DE OBRA P/REPARAÇÃO DOS TALUDES DO RESERVATÓRIO 5000 M3	€ 684,00	€ 0,00	€ 684,00
REPARAÇÃO PAVIMENTO LAJETAS JUNTO AO BL N.º6 NO BAIRRO SERROTES	€ 235,00	€ 0,00	€ 235,00
EMPREITADA DE REPARAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA ETAR DE RIBEIRA DE MOINHOS	€ 253.018,32	€ 227.046,17	€ 25.972,15
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA PARA APOIO TÉCNICO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E HIGIENE DO	€ 15.600,00	€ 13.000,00	€ 2.600,00
TRABALHO AO SERVIÇO DE SHT			
8UN. LAPTOPS LATITUDE D630 INTEL CORE T81000,			
1 UN. LAPTOPS M2300 CORE 2 DUO 2,5GHZ 6MB	€ 35.894,08	€ 6.065,68	€ 29.828,40
36 UN. DESKTOPS OPTIPLUX 755 SF CORE 2 DUO			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NA ÁREA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS	€ 18.967,34	€ 1.354,81	€ 17.612,53
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA PARA APOIO TÉCNICO AO DEPARTAMENTO DE PROJECTOS E OBRAS DA	€ 30.000,00	€ 27.500,00	€ 2.500,00
DIRECÇÃO DE ENGENHARIA			
PRESTAÇÃO DE APOIO TÉCNICO E ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS NA ZONA 2 DA ZONA INDUSTRIAL E LOGÍSTICA DE	€ 7.110,00	€ 3.555,00	€ 3.555,00
SINES (ZILS), DESENVOLVIDAS PELA AICEP - GLOBAL PARQUES			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA AOS SISTEMAS DE TELEGESTÃO, AUTOMAÇÃO, INSTRUMENTAÇÃO E	€ 30.000,00	€ 20.908,00	€ 9.092,00
ELECTRICIDADE, ASSIM COMO APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA TÉCNICA - DOP	€ 19.200,00	€ 9.600,00	€ 9.600,00
ASSISTÊNCIA TÉCNICA A HARDWARE E SOFTWARE	€ 2.592,00	€ 0,00	€ 2.592,00
SERVIÇOS DE ASSESSORIA E ACOMPANHAMENTO NA EXECUÇÃO DE SONDAgens DOS PIEZOMETROS NO SISTEMA DE	€ 40.500,00	€ 36.000,00	€ 4.500,00
MONITORIZAÇÃO DOS RECURSOS HIDRICOS			
TOTAL	€ 505.914,01	€ 336.787,41	€ 169.126,60

Figura 185 – Compromissos Financeiros

Adicionalmente, salientamos que o valor dos investimentos futuros previstos no contrato de concessão ascende a € 35.180.215,68.

A empresa, para efeitos de cálculo da DC4, actualizou o montante de investimentos futuros de 2008 para um valor de € 42.226.158,83.

N.º 32. Descrição das responsabilidades da Empresa por garantias prestadas desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais

A Empresa solicitou, de forma a cumprir o disposto no n.º 2 do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de Maio, uma garantia bancária no montante de € 249.398,95.

N.º 34. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas de terceiros:				
Provisões para Riscos e Encargos	1.164,54	0,00	0,00	1.164,54
Total	1.164,54	0,00	0,00	1.164,54

Figura 186 - Provisões

Foi constituída, em 2004, uma provisão para riscos e encargos no valor de Euros 1.164,54, relativa ao funcionário Paulo Ferreira.

N.º 36. Número de acções de cada categoria em que se divide o capital da empresa e seu valor nominal

O Capital Social ascende a 500.000 Euros, representado por 100 000 acções da Classe A, com o valor nominal de 5 Euros cada, detido a 100% por AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

N.º 40. Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço, para além das referidas anteriormente

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Capital	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00
Reservas Legais	116.561,48	0,00	0,00	116.561,48
Resultados Transitados	1.832.772,02	0,00	1.036.531,93	796.240,09
Resultados Liquidados	-1.036.531,93	1.423.519,52	0,00	386.987,59
Total	1.412.801,57	1.423.519,52	1.036.531,93	1.799.789,16

Figura 187 – Rubricas do Capital Próprio

N.º 41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Mat. Primas, Subsid. e de Consumo
Existências Iniciais	0,00	134.733,74
Compras	0,00	124.566,93
Regularização de Existências	0,00	21.313,89
Existências Finais	0,00	157.290,99
CMVMC	0,00	123.323,57

Figura 188 – Demonstração do CMVMC

N.º 43. Indicação, global para cada um dos órgãos, das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais que estejam relacionadas com o exercício das respectivas funções

Foram atribuídas, no decorrer do ano de 2008, aos membros dos Órgãos Sociais, as seguintes remunerações relacionadas com o exercício das suas funções.

- Conselho de Administração: € 156.368,30 (cento e cinquenta e seis mil, trezentos e sessenta e oito euros e trinta cêntimos).
- Fiscal Único: € 13.000,00 (treze mil euros).
- Assembleia-geral: € 0,00.

N.º 44. Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, por actividades e por mercados

Volume de Negócios	
Áreas de Negócio	2008
Água Potável em Alta	242.573,10
Água Potável em Baixa	1.083.117,95
Água Industrial	4.039.234,01
Água Residual Industrial e Salina	2.618.781,00
Água Residual Urbana	385.495,93
Resíduos Industriais	0,00
Total	8.369.201,99

Figura 189 – Volume de Negócios

N.º 45. Demonstração dos resultados financeiros

Demonstração dos Resultados Financeiros	2008	2007
Custos e perdas		
Juros Suportados	248.212,73	286.870,36
Outros custos e perdas financeiros	8.841,14	1.945,92
Total	257.053,87	288.816,28
Proveitos e ganhos		
Juros Obtidos	-590.784,44	-195.622,95
Ganhos na alienação de aplic. tesouraria	-25.753,65	-19.217,95
Total	-616.538,09	-214.840,90
Resultados Financeiros	-359.484,22	73.975,38

Figura 190 – Demonstração dos Resultados Financeiros

N.º 46. Demonstração dos resultados extraordinários

DR Extraordinários	2008	2007
Custos e perdas		
Donativos	8.073,75	8.375,00
Perdas em existências	7.915,93	4.281,65
Perdas em Imobilizações	3.174,56	0,00
Multas e Penalidades	16.299,14	10.725,30
Correcções relativas a exerc. anteriores	225.569,18	161.966,71
Outros custos e perdas extraordinários	28.336,30	75.148,83
TOTAL	289.368,86	260.497,49
Proveitos e ganhos		
Ganhos em existências	-4.122,37	-103,11
Ganhos em imobilizações	-401.709,33	-2.856,00
Penalizações Contratuais	0,00	-38.886,65
OPGE - Correção de Exer. Anteriores	-1.637,42	-233.879,15
OPGE - Amortização Integração de Activos	-2.053.702,55	-2.053.701,67
Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	-512.168,63	-146.049,50
TOTAL	-2.973.340,30	-2.475.476,08
Resultados Extraordinários	-2.683.971,44	-2.214.978,59

Figura 191 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

N.º 47. Informações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66º, 324º, 447º e 448º, do Código das Sociedades Comerciais, das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro, e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, importa referir que:

- Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais informa-se que Águas de Santo André, S.A. não possui quaisquer acções próprias e nem efectuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Setembro, informa-se que Águas de Santo André, S.A. não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência.

N.º 48. Outras Informações Consideradas Relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Em 31.12.2008, tinham especial expressão as importâncias relativas a:

- Reconhecimento dos direitos com férias, subsídios de férias e seus encargos, no montante de 221.948,52 Euros, e reconhecimento de prémios por processar no montante de 50.320,00 Euros, decorrente dos direitos devidos aos colaboradores, os quais se encontram reflectidos na conta 273 – acréscimos de custos;

b) Reconhecimento na conta 274 – Proveitos Diferidos da integração de activos provenientes do INAG e mencionados na nota 14, da importância de 47.526.024,21 Euros relativa à aplicação do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 191/93, de 24 de Maio, receitas da aquisição do passivo ambiental dos resíduos industriais, no montante de 1.425.293,29 Euros, as quais só deverão ser reconhecidas como proveito quando se efective o respectivo custo de tratamento e deposição final, também inclui a actualização da renda ao INAG de 3.440.925,60 Euros e -290.888,69 Euros relativos à bonificação da Caixa Geral de Aposentações, dos aposentados do INAG.

c) O imposto estimado para o exercício de 2008 no montante de 282.538,50 Euros encontra-se reflectido na conta 2413 – Imposto Estimado;

d) De acordo com o princípio da especialização dos exercícios, reconhecemos o valor de 208.870,14 Euros dos quais € 165.456,83 referentes à facturação de água potável e águas residuais, emitida em Janeiro de 2009 mas referente a Dezembro de 2008, o valor de €40.854,17 relativos a juros a receber de aplicações financeiras e € 2.559,14 relativos a seguros de doença e vida a receber. Encontram-se reflectidos na conta de acréscimo de proveitos – 271;

e) Nos termos da cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os capitais próprios aplicados na Sociedade serão remunerados através de uma margem, a qual não poderá ser inferior à aplicação, ao capital social e reserva legal, de uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que a venha substituir, acrescida de 3 pontos percentuais a título de prémio de risco. O valor da remuneração do capital calculado nos termos da concessão era o seguinte:

Ano	Remuneração mínima (€)	Proposta (€)	Dividendos pagos (€)
2001	5.250,00	0,00	0,00
2002	35.000,00	40.250,00	0,00
2003	30.600,00	37.928,70	40.250,00
2004	31.200,00	36.400,00	37.928,70
2005	27.321,78	17.647,52	36.400,00
2006	42.633,38	37.848,61	17.647,52
2007	46.427,08	0,00	37.848,61
2008	92.730,85	92.730,85	0,00

Figura 192 – Remuneração ao Accionista

O Conselho de Administração,

Dr. Joaquim Marques Ferreira
(Presidente)

Eng.º João Manuel da Silva Costa
(Administrador Delegado)

Dr. Octávio Romeu dos Santos Almeida
(Vogal)

O Técnico Oficial de Contas,

Dra. Branca Gabriela Malho Lima

Relatório e Parecer do Fiscal Único



PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayor
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1069-316 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Águas de Santo André, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da actividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069 - 317 Lisboa
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o nº 506 826 752 (ex nº. 110102)

Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183
NIPC 506 628 752 Capital Social Euro 512,000
Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9007



SIMILIS – Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A.

Águas de Santo André, S.A.
12 de Março de 2009

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida

Lisboa, 12 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.

(2)

Certificação Legal de Contas



PricewaterhouseCoopers
& Associados - Sociedade de
Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Palácio Sottomayer
Rua Sousa Martins, 1 - 3º
1000-316 Lisboa
Portugal
Tel +351 213 599 000
Fax +351 213 599 999

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Águas de Santo André, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 71.848.108,77 euros e um total de capital próprio de 1.799.789,16 euros, incluindo um resultado líquido de 386.987,59 euros), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayer, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1000 - 317 Lisboa
Matriculada no Conservatório do Registo Comercial sob o nº 006 629 752 (ou nº 11919)

Inscrita na lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 165
NIPC 535 628 752 Capital Social Euros 312.000
Inscrita no Conselho do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 607



Águas de Santo André, S.A.
12 de Março de 2009

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Águas de Santo André, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

8.1 Tal como referido no Relatório de Gestão, embora a actividade da Empresa inclua vários negócios, o seu actual equilíbrio económico e financeiro baseia-se essencialmente no negócio da "Água Industrial", concentrado num número muito restrito de clientes e conduzindo, por isso, a uma extrema vulnerabilidade a eventuais perturbações ao nível tecnológico ou de mercado nesses clientes. Adicionalmente, encontra-se em curso uma reorientação da actividade da Empresa cujas implicações não se encontram, a esta data, totalmente definidas.

8.2 Por a actividade da Empresa se enquadrar no âmbito das actividades reguladas, em que se determinam tarifas e preços permitindo a recuperação dos custos necessários para providenciar os serviços regulados bem como a remuneração dos capitais aplicados, e não se encontrarem ainda reguladas as regras e métodos que permitam regularizar os excessos e insuficiências de recuperação, optou-se por não registar a periodização daqueles excessos ou insuficiências.

Lisboa, 12 de Março de 2009

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:


José Manuel Oliveira Vitorino, R.O.C.

(2)